

RELATÓRIO DE PESQUISA

FATORES POSITIVOS E OBSTÁCULOS PARA A REINTEGRAÇÃO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Coordenador DUVAL FERNANDES

Pesquisadoras JULIANA JAYME . MARIA DA CONSOLAÇÃO GOMES DE CASTRO

Assistentes de Pesquisa PALOMA COELHO . SILVANA PENA KNUP

Implementação e Coordenação Geral ISABELA SALIM . ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
PARA AS MIGRAÇÕES (OIM) – MISSÃO EM PORTUGAL



International Organization for Migration (IOM)
Organisation internationale pour les migrations (OIM)
Organização Internacional para as Migrações (OIM)

RELATÓRIO DE PESQUISA

FATORES POSITIVOS E OBSTÁCULOS PARA A REINTEGRAÇÃO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) está comprometida com o princípio de que uma migração humana e ordenada beneficia os migrantes e a sociedade em geral. Enquanto Organização Intergovernamental, a OIM actua com os seus parceiros na comunidade internacional para: Apoiar nos desafios operacionais relacionados com as migrações; promover o conhecimento das questões migratórias; encorajar o desenvolvimento social e económico através das migrações, e trabalhar para o efectivo respeito da dignidade humana e do bem-estar dos migrantes.

Editado por:

Organização Internacional para as Migrações
Missão em Portugal
Rua José Estêvão, nº 137 – 8º
1150-201 Lisboa
Portugal
Tel: +351 21 324 29 40
Fax: +351 21 324 29 49
E-mail: iomlisbon@iom.int

Concepção gráfica e impressão por: DPI Cromotipo

Deposito Legal: 363552/13

Todos os direitos reservados. Não está autorizada a reprodução ou transmissão, através de quaisquer meios, quer electrónicos, mecânicos, reprodução por fotocópia, gravação ou outra, de qualquer parte desta publicação sem o prévio consentimento do Editor.

As opiniões expressas neste trabalho são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a visão da Organização Internacional para as Migrações (OIM) ou dos seus financiadores.

As designações utilizadas e a apresentação do material ao longo da publicação não implica a expressão de qualquer opinião por parte da OIM respeitante ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou das suas autoridades, ou respeitante às suas fronteiras.

EQUIPE

Coordenador

Duval Fernandes

Pesquisadoras

Juliana Jayme

Maria da Consolação Gomes de Castro

Assistentes de Pesquisa

Paloma Coelho

Silvana Pena Knup

Estagiários

Alice Izabel da Veiga

Bruna Beatriz Pimenta

Igor César Lemos Santiago

Vanessa do Carmo

Implementação e coordenação geral

Isabela Salim

Organização Internacional para as Migrações (OIM) – Missão em Portugal

Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRe)

Fundo Europeu de Regresso 2011

“Todo imigrante vai atrás de um sonho, para aprender mais coisas, uma condição de vida que possibilite um crescimento social, de aprendizagem [...] Outra cultura.”

(Beneficiária do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO RETORNO VOLUNTÁRIO E À REINTEGRAÇÃO.	13
2.1.	Parceiros.	19
2.1.1	Projeto Resgate	19
2.1.2	Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT)	20
2.1.3	Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD)	20
3	A PESQUISA	21
3.1	Descrição das etapas da pesquisa.	21
3.1.1	Levantamento	21
3.1.2	Instrumentos	25
4	CARACTERIZAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DA PESQUISA E DOS BENEFICIÁRIOS ANTES DA PARTIDA.	27
4.1	Breve caracterização dos estados: <i>locus</i> da pesquisa.	27
4.1.1.	Goiás.	27
4.1.2	Minas Gerais	30
4.1.3	São Paulo	33
4.2	Características dos imigrantes antes da partida	36
5	RESULTADOS	39
5.1	Resultados gerais contemplando os três estados pesquisados	39
5.2	Assistência da OIM e não apoio do parceiro local: diálogo com os retornados.	42
5.3	Resultados por estados	43
5.3.1	Goiás.	44
5.3.2	Minas Gerais	57
5.3.3	São Paulo	70
5.4	Diálogo com os parceiros	87
5.4.1	Projeto Resgate	87
5.4.2	CIAAT	88
5.4.3	ASBRAD.	90

5.5	Diálogo com autoridades locais e ONGs que trabalham com a questão migratória.	92
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
6.1	Avaliação da Assistência	98
6.2	Fatores internos e/ou externos que contribuíram ou obstaculizaram a reintegração, contemplando o impacto das atividades desenvolvidas na comunidade e apoios e parcerias que reforçariam a reinserção social no Brasil.	100
6.3	Recomendações	103
6.3.1	Avaliação da assistência	103
6.3.2	Fatores internos e/ou externos que contribuíram ou obstaculizaram a reintegração, contemplando o impacto das atividades desenvolvidas na comunidade e apoios e parcerias que reforçariam a reinserção social no Brasil	105
	REFERÊNCIAS	107
	ANEXO I – Termo de consentimento livre e esclarecido	110
	ANEXO II – Roteiro: entrevista aberta de retornados pelo PRV	112
	ANEXO III – Roteiro: entrevista com instituições	116
	ANEXO IV – Quadro de entrevistados e situação da entrevista.	118
	ANEXO V – Indicadores: município de goiás.	122
	ANEXO VI – Indicadores: município de minas gerais	124
	ANEXO VII – Indicadores: município de são paulo.	126
	ANEXO VIII – Relato do diálogo com as autoridades e ONGs	128

Lista de Figuras

Figura 1 – Estados dos beneficiários pesquisados projecto ARVoRe – Brasil – 2013	22
Figura 2 – Quadro do número de beneficiários por grupos de cidades. . .	23
Figura 3 – Municípios de residência dos beneficiários de Goiás/com apoio da ONG local.	29
Figura 4 – Municípios de residência dos beneficiários de Goiás/sem apoio da ONG local.	29
Figura 5 – Municípios de residência dos beneficiários de Minas Gerais/com apoio da ONG local.	32
Figura 6 – Municípios de residência dos beneficiários de Minas Gerais/sem apoio da ONG local.	32
Figura 7 – Municípios de residência dos beneficiários de São Paulo/com apoio da ONG local.	34
Figura 8 – Municípios de residência dos beneficiários de São Paulo /sem apoio da ONG local.	35
Figura 9 – Quadro de beneficiários segundo benefício e acompanhamento recebidos por estado.	40
Figura 10 – Resultados dos Investimentos dos Beneficiários do Programa de Retorno Voluntário e Reintegração da OIM	40
Figura 11 – Beneficiários com empreendimentos funcionando segundo a fonte de renda	41
Figura 12 – Perfil dos beneficiários de Goiás	44
Figura 13 – Perfil dos beneficiários de Minas Gerais	57
Figura 14 – Perfil dos Beneficiários de São Paulo	71

Introdução

O PRESENTE ESTUDO VISA IDENTIFICAR E ANALISAR QUAIS FORAM OS fatores internos (dependentes do Programa) e externos (independentes do Programa) que favoreceram ou foram obstáculos para uma reintegração efetiva dos retornados de Portugal no Brasil e, por consequência, para um retorno sustentável, no âmbito do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da Organização Internacional para as Migrações (OIM) de Portugal.

Por reintegração efetiva entende-se, no âmbito deste estudo, o impacto do apoio à reintegração recebido para um retorno menos penoso e definitivo ao país de origem. Ou seja, buscou-se analisar se esse apoio possibilitou o reingresso mais rápido na sociedade brasileira e no mercado de trabalho, a autonomia financeira para o beneficiário e, eventualmente, para sua família. Procurou-se ainda avaliar se esse apoio permitiu ao beneficiário alcançar maior estabilidade emocional no seu país de origem e satisfação em ter voltado a casa.

Este relatório não só apresenta os resultados dessa análise, mas também inclui sugestões concretas para planejamento futuro das atividades de assistência à reintegração, bem como para possíveis ações externas e complementares ao Programa.

Foram analisados os seguintes pontos:

1. as atividades de assistência à reintegração fornecidas pela OIM, antes e após retorno, e o impacto que tal assistência teve no processo de reintegração dos retornados (com e sem o apoio da rede de parceiros no Brasil).

Assim, buscou-se perceber se e em que medida essa assistência (nas suas várias componentes, e em particular na sua vertente de acompanhamento no terreno) permitiu aos retornados se reintegrar de forma efetiva (de acordo com definição de reintegração efetiva previamente estabelecida) e conseqüentemente qual o impacto que esse apoio teve na vida dessas pessoas;

2. os fatores externos que a princípio poderiam facilitar ou obstaculizar a reintegração efetiva, além de avaliar se esses fatores influenciaram concretamente no processo de reintegração dos retornados;
3. nos casos em que os beneficiários montaram um microempreendimento se, e de que forma esse negócio impactou no desenvolvimento das comunidades locais (por exemplo, na geração de emprego), além de avaliar como o Programa poderia contribuir para assegurar a relevância do projeto individual para o contexto econômico local, de modo a maximizar tal impacto.

O público-alvo foi constituído por **dois grupos de retornados**: i) os beneficiários de apoio à reintegração que não foram assistidos pela rede de parceiros locais; e ii) os beneficiários do mesmo apoio que receberam a assistência dos parceiros locais. Ambos os grupos foram compostos por pessoas que regressaram (entre maio de 2009 e dezembro de 2012) aos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, onde a OIM trabalha em parceria com a rede local de parceiros, além de serem os principais estados de retorno de Portugal.

Considerando o universo a ser pesquisado, optou-se pelo levantamento qualitativo, que tornou possível a reflexão teórica e crítica a respeito do conteúdo analisado.

Minayo (1996) sustenta que, ao invés de reconhecer na subjetividade um obstáculo para a construção científica, é necessário trazê-la para o interior da análise, tendo em conta que nas ciências sociais o objeto é também sujeito e a produção científica é sempre uma criação que carrega a marca de seu autor. Nessa perspectiva, considera-se fundamental tal reflexão no âmbito deste estudo.

Como fonte principal, a pesquisa qualitativa fundamenta-se na via subjetiva, capaz de resgatar o modo de perceber o cotidiano dos sujeitos envolvidos; a fonte de dados é o ambiente natural, a investigação é descritiva, os dados coletados são em forma de palavras ou imagens. Para Chizzotti (2006), na pesquisa qualitativa, “há uma relação dinâmica entre a realidade vivida e o

sujeito envolvido, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (p. 70). A via qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, aprofundando-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e que não pode ser captado em estatísticas.

Os instrumentais utilizados foram entrevistas e visitas domiciliares, em sua maioria devidamente agendadas por telefone e gravadas. As entrevistas foram aplicadas aos beneficiários do Programa e aos representantes das Organizações Não Governamentais (ONGs) coordenadoras do trabalho em cada estado.

Este estudo tem, portanto, como objetivo contribuir para a melhoria do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da OIM, com base nos trabalhos desse programa no Brasil, levado a cabo desde o início da implementação pela rede de parceiros de assistência aos beneficiários. Ele se insere dentro do atual Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da OIM Lisboa (ARVoRe III), financiado pelo Fundo Europeu de Regresso 2011 (FR 2011) e cofinanciado pelo governo português.

O documento está estruturado em seis capítulos. A introdução é o capítulo 1, seguido pela descrição do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração que compõe o capítulo 2, juntamente com uma breve caracterização das entidades parceiras que implementam as atividades do Programa no Brasil. O capítulo 3 trata da descrição do levantamento realizado nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Os resultados do trabalho de campo compõem o capítulo 4, no qual são, primeiramente, discutidos os dados gerais da pesquisa e, posteriormente, incorporadas informações para cada um dos estados separadamente. As conclusões e recomendações compõem os capítulos 5 e 6, respectivamente.

Descrição do programa de apoio ao retorno voluntário e à reintegração

O PROGRAMA DE APOIO AO RETORNO VOLUNTÁRIO E À REINTEGRAÇÃO executado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Portugal tem por objetivo promover, de maneira ordenada e efetiva, o retorno voluntário de imigrantes regulares e irregulares em situação vulnerável, de requerentes de asilo cujo pedido tenha sido recusado ou esteja pendente de decisão final, de refugiados ou de pessoas sob proteção temporária ou outras que pretendam regressar voluntariamente para o seu país de origem.

A implementação do Programa em Portugal, iniciado em 1997 e renovado anualmente por meio de um protocolo de colaboração com o governo português, permitiu que, até 2012, mais de 4.600 imigrantes contassem com apoio para o seu retorno. Somente no período de 2007 a 2012 foram 2.915 imigrantes, sendo 2.383 brasileiros. Nesse período, a proporção de brasileiros que foram auxiliados no seu retorno passou de 69,0% em 2007 para 85,0% em 2012.

Atendendo ao crescente número de pedidos e à necessidade de maior informação no terreno, o Programa foi reforçado pela implementação do Projeto SuRRIA (Sustentação do Retorno – Rede de Informação e Aconselhamento), promovido pelo governo português, co-financiado pela Comissão Europeia e implementado pela OIM entre janeiro de 2007 e junho de 2008. O Projeto SuRRIA representou a primeira resposta concreta no sentido de promover a proximidade, facilitar o acesso à informação aos beneficiários do programa e aumentar o envolvimento das entidades sociais em nível local, proporcionando assistência e aconselhamento ao retorno mais eficaz, graças à criação de uma rede integrada e descentralizada de aconselhamento e informação espalhada pelo território nacional português. Como resultado, no âmbito da

implementação desse projeto, 491 imigrantes receberam orientação e foram assistidos no retorno voluntário aos seus países de origem.

A partir de 2009, o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRe) aumentou a sua capacidade financeira, podendo apoiar cerca de 700 imigrantes, reforçando ulteriormente a componente de assistência ao imigrante. O programa promoveu a coordenação desse apoio entre o momento anterior à partida e a fase pós-chegada, amparando-se em estratégias de sustentabilidade para o retorno, além de reforçar e flexibilizar os serviços de assistência à reintegração no país de origem. Propõe, assim, contribuir para um retorno efetivamente sustentável e integrado, numa perspectiva mais abrangente e, portanto, não limitada à fase anterior à partida. Esse programa é atualmente cofinanciado pelo Fundo Europeu de Regresso e pelo governo português por meio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna.

Paralelamente, o Programa ARVoRe inclui também um elemento de apoio à reintegração voltado, especificamente, aos retornados de nacionalidade brasileira. Esse componente justifica-se pelo substancial aumento de candidatos brasileiros que recorrem ao programa (sendo atualmente cerca de 90,0% dos candidatos) e responde à necessidade de acompanhamento dos retornados em médio prazo, por meio da criação de um mecanismo de monitoramento do processo de reintegração no Brasil.

Tal mecanismo se dá por meio de uma rede de parceiros locais no Brasil, formada por Organizações Não Governamentais (ONGs) nos principais estados de destino dos retornados de Portugal (Goiás, Minas Gerais e São Paulo) e que atuam no local desde outubro de 2009. As ONGs que compõem essa rede são:

- Projeto Resgate, no estado de Goiás;
- Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT), no estado de Minas Gerais;
- Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), no estado de São Paulo.

O conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito do Programa ARVoRe inclui as seguintes **ações antes da partida**:

- explorar o potencial da rede de informação e aconselhamento em Portugal, continuando a reforçar o papel dos seus técnicos como pontos multipli-

cadres de informação em nível local, prevendo momentos de encontro com e entre esses técnicos para troca de impressões/experiências, bem como momentos alargados às entidades externas, identificando canais específicos de acesso à comunidade migrante;

- contar com os técnicos da rede no aconselhamento ao público migrante sobre o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, com a inscrição no Programa dos imigrantes interessados e o encaminhamento dos casos para a OIM;
- proporcionar serviços efetivos e eficientes na fase pré-partida – tais como, aconselhamento individualizado, ajuda na preparação do plano de reintegração, disponibilização de informações sobre o país de origem sempre que possível – com o intuito de facilitar o processo de reintegração;
- reforçar e personalizar a ajuda financeira, identificada com base em um aconselhamento individualizado e em coordenação com os parceiros no país de origem.

São também contempladas **ações voltadas efetivamente para a fase de retorno**, tais como:

- prestar assistência no retorno voluntário de imigrantes (regulares e irregulares) em situação vulnerável, de requerentes de asilo, de refugiados e de outros estrangeiros em situação irregular;
- apoiar a obtenção de documentos de viagem junto às representações diplomáticas sempre que necessário;
- implementar as atividades logísticas do retorno propriamente dito: compra dos bilhetes de avião; informação sobre a viagem aos beneficiários; assistência no aeroporto à partida e, quando necessário, nos países de trânsito e destino em articulação com outras missões da OIM ou com outros parceiros locais, caso a OIM não tenha presença no local.

Quando da **chegada**, o projeto prevê o desenvolvimento das seguintes ações:

- onde e sempre que possível, acompanhar os processos dos retornados beneficiários do apoio à reintegração em articulação com as missões da OIM;
- especificamente em relação aos retornados de nacionalidade brasileira, acompanhar, assistir e monitorizar o processo de implementação dos planos de reintegração e os respectivos progressos por meio da atividade da rede de apoio à reintegração;
- apoiar e reforçar a rede de apoio à reintegração no Brasil;

- reforçar o apoio à reintegração no local, tentando identificar políticas de desenvolvimento comunitário que possam aumentar o impacto e a sustentabilidade do projeto individual de reintegração, além de potenciais parceiros locais para cooperação futura.

Os princípios norteadores do Programa incluem a visão de autossustentabilidade, assistindo os candidatos na identificação das suas prioridades de reintegração e na definição das propostas que permitam a sua reinserção laboral e pessoal. Na quase totalidade dos casos, os planos de reintegração consistem em atividades de microempreendedorismo ou no investimento em formação profissional que possibilite melhor colocação no mercado de trabalho *a posteriori*. Em alguns poucos casos, os candidatos apresentam como prioritárias para a sua reinserção questões de saúde ou outros tipos de apoios sociais.

Outro princípio indica a importância do entendimento do processo de retorno de forma ampla, holística, voltada para o indivíduo, em que fatores humanos e psicossociais recebam relevante consideração. A satisfação e a sustentabilidade do retorno são fatores importantes, tanto na decisão de regressar de um indivíduo como em sua qualidade de vida. O processo de reintegração de cada pessoa deve contemplar não somente as suas condições socioeconômicas e familiares, mas também a sua saúde e bem-estar físico e mental, o seu histórico familiar, as suas condições de moradia e as suas expectativas frente ao novo projeto de vida. Nesse sentido, pode-se dizer que o programa de reintegração concebe o indivíduo de maneira integrada.

Os parceiros locais possuem papel fundamental nesse contexto, uma vez que, ao detectar certos problemas, podem encaminhar o beneficiário do programa a profissionais e entidades específicas para sanar as suas dificuldades. Por esse motivo, o acompanhamento e o monitoramento dos parceiros locais são essenciais para o sucesso de todo o processo. Por último, mas não menos importante, é necessário considerar a sinergia com as políticas públicas existentes nos estados de retorno no Brasil, que podem otimizar os resultados das iniciativas.

Muitos beneficiários, ao regressar para seu país de origem, sentem-se desconectados dos serviços públicos e dos programas sociais vigentes. Alguns sequer possuem conhecimento sobre os seus direitos como cidadãos. Não obstante, na perspectiva do retorno sustentável, é fundamental promover a integração dos indivíduos que regressam nos sistemas públicos de saúde, educação, moradia, emprego, entre outros. Por meio da criação da Rede de

Parceiros, o Programa procura estimular e promover a integração dos seus beneficiários nos serviços sociais e de apoio oferecidos pelo Estado. Os parceiros locais, com o apoio da OIM, são responsáveis pelo encaminhamento ou orientação aos retornados sobre os serviços e programas estatais que possam ajudá-los.

O processo de execução do Programa segue passos bem definidos que se iniciam já no primeiro contato do interessado com a OIM, quando este toma conhecimento do Programa e das exigências para ser contemplado com o auxílio. Cabe à instituição nessa etapa prestar as informações necessárias ao beneficiário, além de avaliar a sua situação e as suas necessidades. Os objetivos e a estratégia do Programa são explicados detalhadamente, bem como as condições a que se vincula o beneficiário ao regressar assistido pela OIM, tal como previstas na legislação em vigor. Ao se tornar beneficiário, o imigrante que retorna ao seu país de origem não pode entrar em Portugal por um período de três anos, a menos que reembolse ao Estado português o que foi gasto em seu retorno.

Na oportunidade, também se esclarecem as expectativas do beneficiário para evitar mal-entendidos, além de serem prestadas informações sobre o apoio da organização no Brasil que o assistirá. Discutem-se, ainda, os papéis desempenhados por cada uma das partes (beneficiário, OIM Lisboa, OIM Buenos Aires, e a rede de parceiros locais no Brasil). Informações práticas sobre o Brasil (como chegar ao lugar de destino, encontrar moradia, procurar emprego, assim como dados das instituições que possam ajudar ou aconselhar sobre tais temas, por exemplo) são dadas ao beneficiário a partir da base de dados e de informação já compilada pelo Projeto Informação sobre o Retorno e a Reintegração nos Países de Origem (IRRiCO), e outras informações são fornecidas pela OIM e pela rede de parceiros do Brasil sempre que possível.

O Projeto IRRiCO constitui uma ferramenta de apoio muito importante na implementação dos Projetos PRV e ARVoRe por contar com uma base de dados repleta de informações sobre os países de origem dos imigrantes. Trata-se de uma fonte de informação necessária para o processo de reintegração do candidato ao retorno e para a eventual abertura de uma pequena atividade de negócio.

Uma vez decidido que o imigrante terá acesso, é solicitada a elaboração, com apoio da OIM, de um Plano Individual de Reintegração (PIR), cujo objetivo é dar uma oportunidade ao beneficiário de criar e levar a cabo um

projeto de vida que seja sustentável em longo prazo. Entende-se, assim, que esse projeto – um microempreendimento, habilidades e conhecimentos adquiridos durante um curso de capacitação ou assistência em questões de saúde, por exemplo – aumentaria as oportunidades de autossuficiência e autonomia econômica dos beneficiários e de suas famílias. Se a intenção é a abertura de um negócio, elabora-se, também, um plano de negócios.

Em seguida, os beneficiários são informados sobre os procedimentos antes e depois do retorno ao Brasil. No decorrer da primeira semana, a OIM realiza um contato telefônico com o beneficiário em que ele confirma a sua chegada, as condições da viagem e a sua situação atual. Esse contato também permite esclarecer novamente os procedimentos, as responsabilidades e as expectativas do beneficiário. Um mês após o regresso, o beneficiário se reúne com o parceiro local. Ao se identificar um caso vulnerável que necessite de assistência no aeroporto no momento da chegada, o contato inicial passará a ser com o parceiro local que o receberá. Antes do retorno, o parceiro local recebe o PIR e insere os dados do beneficiário em uma base de dados.

No decorrer das duas semanas seguintes, o parceiro entrará em contato com o beneficiário a fim de definir e coordenar a data de uma visita *in loco*. A visita deve ser realizada dentro do primeiro mês após a chegada, ou seja, em no máximo 15 dias depois da comunicação telefônica entre o parceiro e o beneficiário. O parceiro viajará até o local de retorno do beneficiário ou outro local previamente acordado entre ambos. O encontro *in loco* possui o intuito de conhecer as condições de vida dos beneficiários e aprofundar o processo de reflexão e avaliação de suas necessidades e recursos, além de finalizar o preenchimento do formulário do PIR. Durante essa primeira visita, os planos de reintegração são reavaliados pelos parceiros da rede juntamente com o beneficiário para sua melhor adequação à realidade local, considerando a metodologia do programa.

Concluída essa etapa, é feita pela OIM a transferência bancária diretamente à conta do beneficiário (ou de uma pessoa próxima de sua confiança). O parceiro local fica a cargo de entrar em contato com o beneficiário para informá-lo sobre a transferência e confirmar o recebimento do montante transferido, além de comunicar o êxito do processo à OIM. Por último, cabe aos parceiros locais o acompanhamento dos beneficiários por meio da aplicação de questionários, de observação e registro de acontecimentos e dados específicos, bem como prestar informações e orientações que se fizerem necessárias. O acompanhamento ocorre por um período de aproximada-

mente seis meses, envolvendo etapas presenciais e contatos telefônicos que deverão ser realizados em momentos específicos e registrados em instrumento próprio.

É importante ressaltar que esse componente de apoio à reintegração específico para a comunidade brasileira é elaborado com a estreita colaboração da OIM Buenos Aires, responsável por fazer a ligação com a rede de parceiros no Brasil, acompanhando e monitorando, também, o processo de reintegração dos brasileiros beneficiários desse apoio.

2.1. Parceiros

Os parceiros locais são responsáveis por acompanhar a implementação dos planos de reintegração, tendo a missão de compartilhar com a OIM o andamento dos processos e, por isso, possuem um papel muito importante na estratégia de monitoramento. Em geral, conhecem o contexto local e têm credibilidade aos olhos da comunidade. Além disso, representam um contato físico e uma ajuda ao beneficiário. São responsáveis tanto pelo seguimento do processo quanto pelo aconselhamento e apoio ao beneficiário. Criar e fortalecer uma rede de apoio de parceiros locais, capacitados e informados, que compartilhe o compromisso de reintegração integral, é fundamental para o êxito do Programa de Retorno Voluntário Assistido e Reintegração da OIM.

A seguir faremos uma breve identificação dos parceiros que no momento da pesquisa estavam incorporados ao Programa da OIM.

2.1.1 Projeto Resgate

O Projeto Resgate é uma organização com sede na Suíça e no Brasil, especificamente no estado de Goiás, que defende as pessoas que são exploradas sexualmente ou forçadas a trabalhar em condições análogas à escravidão. A entidade busca garantir às vítimas um retorno seguro ao seu país de origem, além da reinserção social e ocupacional. O público-alvo da organização são as mulheres que, ao se engajarem no processo de apoio, recebem alojamento seguro (abrigo), apoio médico e psicológico, assim como ajuda no caminho de volta para seu país de origem e sua integração profissional e social subsequente. Desde 2006, a ONG estabeleceu uma rede de parceiros no Brasil que compreende 15 cidades em todas as regiões do país.

2.1.2 Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT)

O Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT) é uma organização não governamental criada em 2006, que hoje se encontra consolidada como uma agência de desenvolvimento regional que tem como missão transformar a realidade de pequenas organizações – urbanas e rurais – através de projetos sociais que visam a geração de trabalho e renda de forma coletiva e solidária. O objetivo do CIAAT é promover a inserção de pequenos grupos em cadeias produtivas por meio do associativismo e do cooperativismo.

Ainda no momento de sua fundação, a organização começou suas atividades realizando um diagnóstico participativo em parceria com a Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), o que resultou em uma proposta de oficinas de geração de renda e desenvolvimento em comunidades rurais e urbanas, visando à fixação do cidadão na região e à redução do fluxo migratório internacional. A instituição atua com projetos sociais em várias áreas e trata o tópico da migração internacional como tema transversal. Recentemente, respondeu ao Edital da Chamada Pública 02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, para a implantação de um Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior. Até o momento, maio de 2013, o resultado desse Edital não foi anunciado. O CIAAT possui um corpo de colaboradores contratados por tempo determinado para executar os projetos, e os recursos são captados via editais.

2.1.3 Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD)

A ASBRAD, sediada em Guarulhos, São Paulo, foi fundada em 1997 por profissionais de diversas áreas engajados na causa dos direitos humanos. A equipe da instituição é multidisciplinar e os atendimentos são voltados para a população carente do município de Guarulhos, sendo que, a partir de 2008, a instituição ampliou o seu trabalho, passando a abranger 27 capitais brasileiras. Por meio de convênios celebrados com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com a Fundação CASA, com a Prefeitura de Guarulhos (por meio do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Assistência Social) e com a Agência de Cooperação Internacional – CORDAID são desenvolvidos projetos de apoio às vítimas de violência doméstica e sexual, às vítimas do tráfico de seres humanos, aos idosos vítimas de violência, à execução de medidas sócioeducativas à adolescentes em conflito com a lei e de defesa das crianças e adolescentes.

A pesquisa

NESTE CAPÍTULO, APRESENTAMOS A DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE desenvolvimento da pesquisa de campo, destacando os procedimentos metodológicos utilizados no levantamento e na construção dos instrumentos de coleta de informações.

3.1 Descrição das etapas da pesquisa

3.1.1 Levantamento

Os procedimentos metodológicos para a condução do estudo foram compostos por i) uma fase de pesquisa documental e ii) uma fase de pesquisa de campo.

- i) Fase de pesquisa documental (*desk-review*) – incluiu a revisão e análise dos documentos enviados pela OIM relativamente ao perfil dos imigrantes e a definição do quadro dos beneficiários apoiados e acompanhados pelos parceiros; questionários aplicados aos retornados pelos parceiros da rede, bem como toda informação considerada útil para o bom desenvolvimento da pesquisa.
- ii) Fase de pesquisa de campo – comportou visitas no terreno aos beneficiários; entrevistas estruturadas aos beneficiários (presenciais ou, quando não possível, pelo telefone); entrevistas com as ONGs parceiras da rede; entrevistas com autoridades locais, bem como com lideranças e representantes de ONGs com interesse na questão da migração internacional. A partir das localidades de residência desses imigrantes, sempre que

possível, foi realizado levantamento sobre iniciativas locais e regionais voltadas para o apoio ao imigrante.

O número total de beneficiários brasileiros do apoio à reintegração, de maio de 2009 a junho de 2012, foi de 142, sendo que a maioria estava nos estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Considerando essa maior concentração e o fato de a rede de parceiros estar presente nesses três estados, optou-se por realizar a pesquisa somente neles. No transcurso do levantamento, foram incorporados mais 15 retornados beneficiários do programa que receberam auxílio em período recente (de maio a dezembro de 2012).

FIGURA 1

**ESTADOS DOS BENEFICIÁRIOS PESQUISADOS
PROJECTO ARVoRe – BRASIL – 2013**



Tendo em vista as restrições do orçamento da pesquisa e a distância entre as cidades, como se pode observar pelos mapas que serão apresentados a

seguir, decidiu-se definir agrupamentos de cidades que atendessem ao maior número de beneficiários e permitissem a realização do levantamento no período definido para esse fim, que era de janeiro a abril de 2013. Assim, como indicado no quadro a seguir, o número de beneficiários a serem ouvidos somou 95 pessoas, incluindo aqueles que receberam apoio da OIM e não foram acompanhados pelos parceiros, os que tiveram acesso ao benefício e receberam o acompanhamento do parceiro local e um pequeno grupo que retornou em momento recente.

FIGURA 2

**QUADRO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS
POR GRUPOS DE CIDADES**

Estado	Cidade Principal	Cidades próximas	Apoiados parceiros	Sem apoio parceiros	Novos apoiados parceiros
Minas Gerais	Belo Horizonte	Esmeraldas, Ibirité, Santa Luzia	10	5	2
	Ipatinga	Timóteo, São João do Oriente, Caratinga, Coronel Fabriciano	2	6	2
	Governador Valadares	Tumiritinga, Divino das Laranjeiras	6	1	0
	Teófilo Otoni	Padre Paraíso	2	0	3
	TOTAL			20	12
São Paulo	São Paulo	Campinas, Indaiatuba, Santo André, Santa Bárbara do Oeste, Várzea Paulista	8	5	3
	Itanhaém		1	0	0
	Araçatuba	Birigui, Buritama	2	3	0
	Taubaté	Ubatuba	2	0	0
	Presidente Prudente	Marília, Quintana	4	0	0
	Botucatu		0	1	0
TOTAL			17	9	3
Goiás	Goiânia	Aparecida de Goiás, Anápolis, São Luiz, Montes Belos, Pontalina, Nerópolis, Senador Canedo, Águas Lindas	13	8	5
	Jussara		0	1	0
	TOTAL			13	9
TOTAL			50	30	15

FONTE - PESQUISA DOS AUTORES

O trabalho de campo foi iniciado pelo estado de Goiás e realizado no período de 16 a 19 de janeiro de 2013. Em relação ao estado de Minas Gerais, considerando a dispersão dos entrevistados, optou-se por trabalhar em várias etapas da pesquisa com equipes diversas, em viagens direcionadas a um conjunto de municípios específicos. O cronograma desse levantamento foi cumprido durante todo o período de execução do projeto, ou seja, de janeiro

a abril de 2013. Por último, o trabalho foi realizado no estado de São Paulo, onde a pesquisa foi feita no período de 23 a 29 de março de 2013, por duas equipes, uma que se dirigiu ao oeste paulista e outra que atuou na capital estadual e em áreas próximas.

Para o levantamento, contou-se com a colaboração dos parceiros no sentido de fazer contato antecipado com os beneficiários acompanhados e, quando possível, com aqueles que haviam se restabelecido no Brasil sem o acompanhamento da instituição. Com base nas informações passadas pela OIM, foi elaborado um quadro com os endereços e telefones de cada beneficiário. Esse documento foi enviado aos parceiros para atualização e eventuais correções. Nesse ponto da pesquisa já foi possível notar que, em alguns casos, houve a perda de contato com o beneficiário e que alguns telefones indicados estavam desativados.

Uma vez definido o quadro final dos que seriam entrevistados, os parceiros foram comunicados sobre o início do levantamento e pediu-se que fossem realizados contatos com os beneficiários informando da chegada da equipe de pesquisadores e dos objetivos do trabalho que estava sendo realizado.

No caso do estado de Goiás, foi possível contar com a plena cooperação do parceiro local, que fez todos os contatos, inclusive com beneficiários que não eram acompanhados pela instituição, e deu forte apoio logístico no momento da pesquisa o que permitiu completar os levantamentos como planejado.

Em relação a Minas Gerais e São Paulo, houve várias dificuldades que levaram a um menor ritmo nos levantamentos. Em algumas localidades, apesar da informação sobre a residência do beneficiário ter sido confirmada, ao se chegar descobria-se que a pessoa não mais residia naquela cidade. Quando tal situação acontecia, tentava-se conseguir com os vizinhos informação sobre a nova residência do beneficiário e, sendo esta na mesma cidade, partia-se para uma busca ativa. Ao mesmo tempo, houve pessoas que se recusaram a participar da entrevista, além de dificuldades nos contatos, pois, em algumas situações, o beneficiário alegava não ter sido informado da pesquisa.

Uma vez finalizado o trabalho de campo, foi realizada nova tentativa de contato com os beneficiários que não puderam ser encontrados. Nesse caso, passou-se a uma busca via internet (e-mail, blogues, Facebook), telefone e Skype, na tentativa de localizar as pessoas. Os resultados foram pratica-

mente nulos, não havendo por parte dos que deveriam ser entrevistados interesse em participar.

Ao final, considerando todas as dificuldades descritas, foram realizadas 44 entrevistas, distribuídas conforme mostra o Anexo IV. Dos entrevistados, 34 beneficiários eram acompanhados pelas ONGs locais, sendo 13 do estado de Goiás, 12 do estado de Minas Gerais e 9 do estado de São Paulo. Dentre os 10 não acompanhados pelas ONGs locais estão: 2 de Goiás, 6 de Minas Gerais e 2 de São Paulo.

3.1.2 Instrumentos

Foram preparados dois instrumentos de coleta de dados. Um com a finalidade de ser aplicado no levantamento com os beneficiários e outro a ser utilizado como roteiro de entrevistas no diálogo com as autoridades locais e ONGs. Esses instrumentos foram avaliados por técnicos da OIM, que muito contribuíram com sugestões para o aprimoramento desses documentos.

Preparou-se também roteiro para grupo focal que seria utilizado em algum momento da pesquisa visando contribuir nas análises. Infelizmente, não foi possível incluir no levantamento essa estratégia. Duas foram as razões: a primeira, de ordem logística; desde o início, tinha-se consciência de que as distâncias entre as cidades de moradia dos beneficiários traria dificuldades para conseguir reunir um grupo, mas esperava-se que em locais como Governador Valadares e Belo Horizonte seria possível aplicar a técnica do grupo focal. No entanto, ao concluir o quadro dos possíveis entrevistados, já foi possível notar que, por dificuldades nos contatos, essa opção de levantamento estaria prejudicada. O segundo ponto a ser considerado é que, à medida que a pesquisa avançava no campo, constatou-se a pouca disponibilidade de tempo das pessoas para participar de reuniões, o que, acrescentado às dificuldades de contato e às recusas em participar da pesquisa, tornou difícil ter um conjunto mínimo de pessoas para que tal procedimento metodológico apresentasse resultado favorável.

Além dessa documentação, também foi preparado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo os aspectos éticos do estudo, que era apresentado para assinatura do beneficiário antes da entrevista.

Nos anexos I, II, e III são apresentados os instrumentos utilizados no levantamento.

Caracterização do *locus* da pesquisa e dos beneficiários antes da partida

NESTE CAPÍTULO, SERÁ APRESENTADA UMA BREVE DESCRIÇÃO DOS estados visitados e discutidas as características sócio-demográficas dos municípios escolhidos, tendo por base um conjunto de indicadores que mostram a evolução da economia local (anexos V,VI e VII). Ao mesmo tempo, considerando a documentação produzida quando das entrevistas iniciais realizadas pela OIM com os imigrantes ainda em Portugal (PIR e Plano de Negócios), serão discutidas as expectativas e os planos para o retorno formulados pelos beneficiários.

4.1 Breve caracterização dos estados: *locus* da pesquisa

4.1.1. Goiás

O estado de Goiás está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, possuindo extensão territorial de 340.086 km². O estado é dividido em 246 municípios, apresentando uma população de 6.003.788 habitantes em 2010.

O PIB do estado, em 2012, foi da ordem de R\$ 112,0 bilhões, composto principalmente pelo setor de serviços (59,3%), indústria (26,6%) e agropecuário (14,1%).

O setor de serviços está em constante desenvolvimento e já é o maior responsável pelo PIB estadual. Os serviços de telecomunicação e o setor de comércio contribuem de forma significativa para o avanço econômico de Goiás.

O estado apresenta crescimento e desenvolvimento intrínsecos à sua própria história. A atual administração (2011-2014) tem pautado suas atividades em atuação direta com a classe empresarial, por meio de políticas tributárias, educacionais, ambientais, de saúde, turismo, moradia, dentre tantas outras áreas.

A história do desenvolvimento do estado de Goiás está muito presente e ligada à política do governo federal. Assim se deu quando da transferência da capital do estado da cidade de Vila Boa (Goiás Velho) para Goiânia e, em seguida, com a fundação de Brasília, a Capital Federal, em área pertencente ao estado. Esse marco na história brasileira foi decisivo, já que contribuiu positivamente para a representatividade que Goiás tem hoje.

Com um sistema diversificado, uma economia agrícola aberta e forte inserção internacional, a administração estadual tem criado condições de expansão, tanto na pecuária como na agricultura.

A agropecuária goiana tem grande importância no cenário econômico nacional, uma vez que sua produção de carnes e grãos é peça fundamental na estratégia econômica nacional.

Goiás é um dos maiores produtores de tomate, milho e soja do Brasil. Responsável por 33% da produção nacional de sorgo, o estado é o principal produtor desse grão no país. Outros cultivos importantes são: algodão, cana-de-açúcar, café, arroz, feijão, trigo e alho.

A pecuária, por sua vez, está em constante expansão. O estado possui, atualmente, o terceiro maior rebanho bovino do país. O aspecto negativo com relação à agropecuária é que ela é a principal atividade responsável pela destruição do bioma cerrado, visto que desencadeia constantes desmatamentos e degradação do solo. Goiás também possui reservas minerais. Entre estas, destacam-se os municípios de Minaçu (extração de amianto), Niquelândia e Barro Alto (níquel), além de Catalão (fosfato).

Os municípios de Goiás onde foram identificados e selecionados beneficiários do PRV são: Goiânia, Aparecida de Goiás, Anápolis, Jussara, São Luís de Montes Belos, Pontalina, Nerópolis, Senador Canedo, Águas Lindas, conforme mapas a seguir. O conjunto de figuras mostra nos municípios a prevalência dos beneficiários que receberam apoio dos parceiros e os que não foram acompanhados.

FIGURA 3

MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS DE GOIÁS/COM APOIO DA ONG LOCAL

MUNICÍPIOS COM BENEFICIÁRIOS QUE RECERERAM APOIO DA ONG LOCAL: GOIÁS - PROJETO ARVoRe - OIM 2013

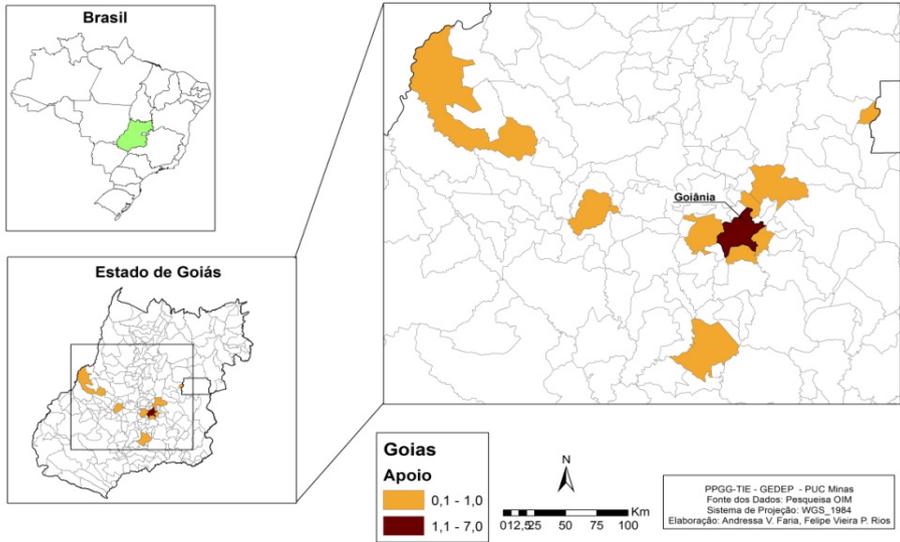
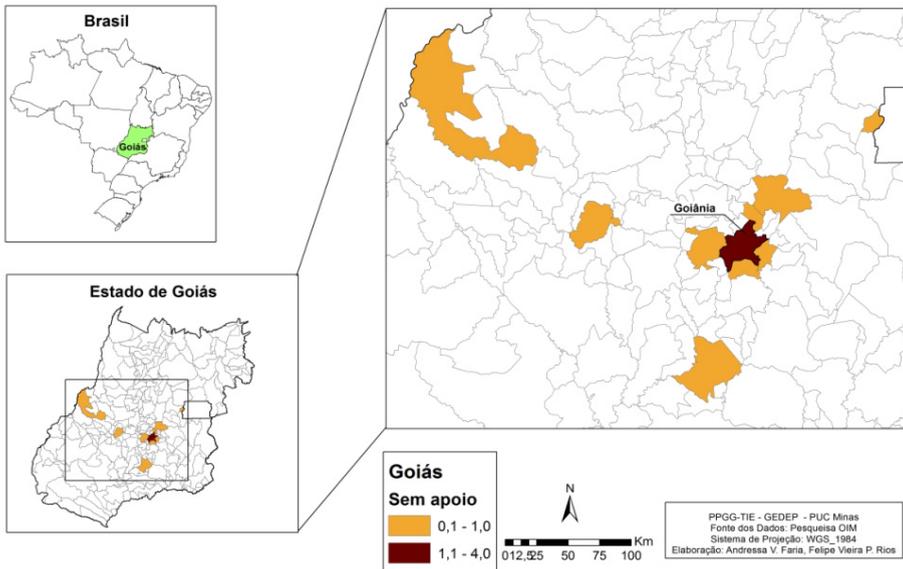


FIGURA 4

MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS DE GOIÁS/SEM APOIO DA ONG LOCAL

MUNICÍPIOS COM BENEFICIÁRIOS QUE NÃO RECEBERAM APOIO DA ONG LOCAL: GOIÁS - PROJETO ARVoRe - OIM - 2013



Observa-se que, nesse estado, a maioria dos beneficiários está concentrada em Goiânia, cidade de localização da instituição parceira, e em cidades do entrono, como Aparecida de Goiânia e Anápolis.

Em termos populacionais, essas três cidades, considerando dados do Censo Demográfico de 2010, concentram 34,8% da população estadual e taxas médias geométricas de crescimento anual da população, entre 2000 e 2010, que variaram de 3,1%, para Aparecida de Goiânia, a 1,5%, para Anápolis, enquanto o estado como um todo teve um incremento populacional anual, para o mesmo período, da ordem de 1,8%. A conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia pode ser a explicação para o crescimento dessa última cidade que, na década anterior, foi da ordem de 7,4% ao ano.

Ainda no conjunto dos municípios selecionados, vale destacar a cidade de Jussara, que desde 1990 apresenta uma taxa média geométrica anual de crescimento populacional negativa em consequência de a população ter caído de 20.711, em 1990, para 19.153, em 2010.

Ao se analisar o comportamento dos indicadores sociais e econômicos desse conjunto de municípios em comparação com os do estado de Goiás como um todo, observa-se que Anápolis, Goiânia e Aparecida de Goiânia têm, na maior parte dos indicadores selecionados (vide Anexo V), um melhor desempenho do que encontrado para o estado, principalmente no tocante ao analfabetismo e à parcela da população com baixa renda.

4.1.2 Minas Gerais

O estado de Minas Gerais está localizado na região Sudeste do Brasil e possui a quarta maior extensão territorial dentre as Unidades da Federação, com 586.528 km². O estado é dividido em 853 municípios, detendo a segunda maior população, com 19.597.330 habitantes em 2010.

Minas Gerais, com 351,3 bilhões de reais em 2010, tem o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, atrás somente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Sua contribuição para o PIB nacional é de 9,1% e, no âmbito regional, sua participação é de 16,1%. A composição do PIB mineiro é: agropecuária, 8,4%; indústria, 31,9%; serviços, 59,7%.

O setor de serviços está em constante desenvolvimento e já é o maior responsável pelo PIB estadual. Os serviços de telecomunicação e o setor

de comércio contribuem de forma significativa para o avanço econômico de Minas Gerais.

No setor agropecuário, o estado se destaca por apresentar o terceiro maior rebanho bovino do país, sendo o maior produtor nacional de leite. Minas Gerais também é líder na produção de feijão, além de ser responsável por 50% da safra de café. Outros importantes cultivos são o milho, a soja e a cana-de-açúcar.

O setor industrial, que tem participação de 31,9% no PIB estadual, é bastante diversificado. Minas Gerais abriga o terceiro maior parque industrial do Brasil, com destaque para o segmento automobilístico, que é representado pela Fiat (instalada no município de Betim desde 1976), a Mercedes-Benz (em Juiz de Fora) e a Iveco (em Sete Lagoas).

Outros segmentos importantes são: alimentício, têxtil, eletroeletrônico, mecânica, metalúrgico, siderúrgico, construção civil, autopeças e mineradoras. O estado apresenta grande riqueza mineral, sendo grande produtor de ouro, zinco, bauxita (segundo maior do Brasil) e minério de ferro (maior produtor nacional). Outro destaque é o setor de biotecnologia, que está em constante expansão e atualmente possui 80 empresas instaladas no estado.

Minas Gerais possui grande extensão territorial, havendo disparidades socioeconômicas entre as diferentes regiões do estado. O sul, mais industrializado e desenvolvido economicamente, é mais rico e apresenta bons indicadores sociais. A porção norte, por sua vez, sofre com a seca e a ausência de políticas públicas eficazes, sendo uma das áreas mais pobres do país, apresentando déficit nos serviços de saneamento ambiental, elevada taxa de mortalidade infantil e alto índice de analfabetismo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado possui média de 0,800 (10º colocado no ranking nacional). A população urbana de Minas Gerais é de 85,3%, e a população rural de 14,7%. A densidade populacional no estado é de 33,4 habitantes por quilômetro quadrado e a taxa média anual de crescimento populacional apurada entre 2000 e 2010 é de 0,9%.

Os municípios mineiros onde foram identificados beneficiários do PRV são: Belo Horizonte, Ipatinga, Timóteo, São João do Oriente, Caratinga, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Padre Paraíso, como demonstram os mapas a seguir.

FIGURA 5

MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS DE MINAS GERAIS/COM APOIO DA ONG LOCAL

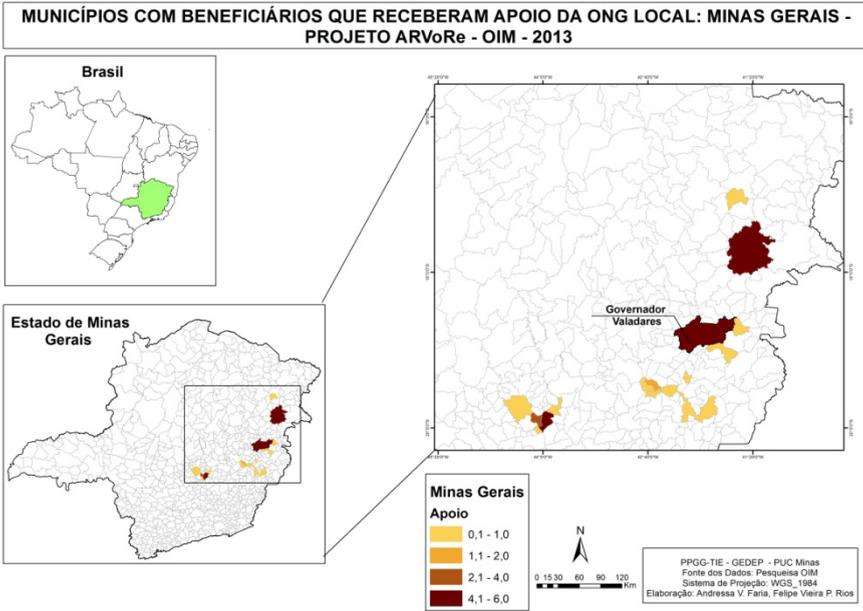
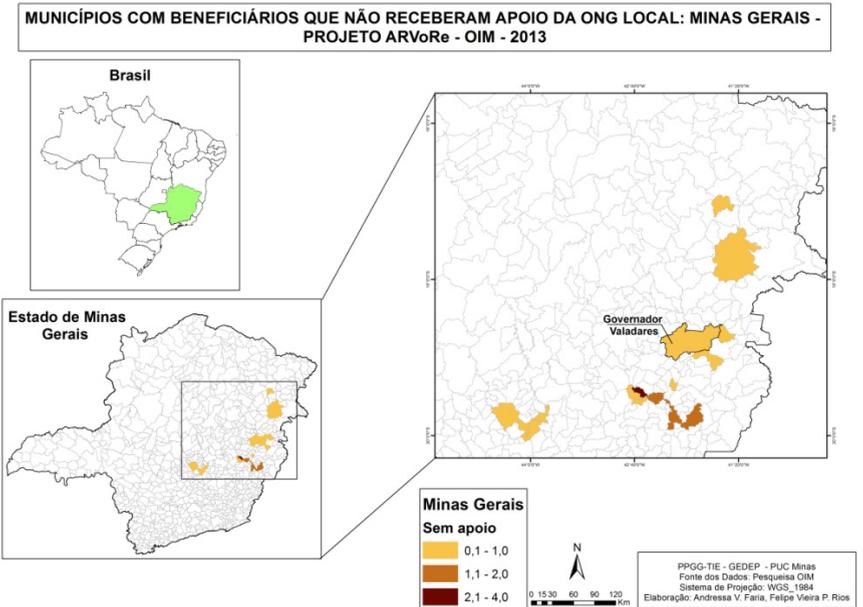


FIGURA 6

MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS DE MINAS GERAIS/SEM APOIO DA ONG LOCAL



Considerando-se o município de Governador Valadares, onde se localiza a sede da instituição parceira, observa-se grande dispersão entre as cidades que concentram maior número de beneficiários, que seriam: ao norte, a cidade de Teófilo Otoni, a 142 km de Governador Valadares, e ao sul, Belo Horizonte, a 324 km.

A população do conjunto dos municípios selecionados corresponde a 18,1% da população do estado, sendo que as cidades de Belo Horizonte, capital do estado, Esmeralda, Ibitiré e Santa Luzia, que estão na região metropolitana de Belo Horizonte, respondem por 14,2% da população estadual. A taxa média geométrica de crescimento anual da população dos municípios de residência dos beneficiários variou de 2,5% (Esmeraldas) a 0,6% (Belo Horizonte) entre 2000 e 2010. Importante notar que as cidades de Divino das Laranjeiras e São João do Oriente apresentaram uma taxa de crescimento anual da população negativa no período considerado.

Em relação aos indicadores socioeconômicos selecionados (Anexo VI), três cidades acumulavam, em 2010, uma riqueza *per capita* maior do que a do conjunto do estado, Belo Horizonte, Ipatinga e Timóteo, sendo que as duas últimas têm na siderurgia o mais importante aspecto da economia local.

No quadro dos indicadores chama atenção a situação dos municípios de Divino das Laranjeiras, Tumirutinga, Padre Paraíso e São João do Oriente, em que os indicadores relativos à proporção da população analfabeta e com baixa renda são os mais preocupantes. Em Padre Paraíso, por exemplo, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, 70,4% da população tinha renda mensal inferior a meio salário mínimo e o índice de analfabetismo era da ordem de 21,3%, quase três vezes maior do que o apurado para o estado como um todo.

4.1.3 São Paulo

O estado de São Paulo está localizado na região Sudeste do Brasil e possui a quarta maior extensão territorial do país, com 248.209 km². O estado é dividido em 645 municípios, detendo a maior população dentre as unidades da federação, apresentando, em 2010, 41.262.199 habitantes.

Em 2010, o PIB do estado de São Paulo foi da ordem de R\$ 2,13 trilhões, que representou, aproximadamente, 34% de toda a riqueza do país. Sua composição tem forte participação do setor de serviços (47,2%), seguido muito

próximo pelo setor industrial (46,3%) e com pequena participação da agropecuária (6,5%).

É no estado que está localizado o maior parque industrial do Brasil e as mais importantes instituições financeiras. Esses fatos fazem de São Paulo a “locomotiva” da economia brasileira.

Mesmo com todo esse potencial econômico, há fortes disparidades regionais, o que leva à necessidade da atual administração estadual de buscar soluções para atender a população carente do estado, principalmente na região sul, no Vale da Ribeira.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado possui média de 0,820 (3º colocado no ranking nacional). A taxa de urbanização de São Paulo é da ordem de 95,9%, e a densidade demográfica de 166,2 habitantes por quilômetro quadrado.

Os municípios do estado onde foram identificados beneficiários do PRV são: São Paulo, Campinas, Indaiatuba, Santo André, Intanhaém, Araçatuba, Birigui, Buritama, Taubaté, Ubatuba, Presidente Prudente, Marília, Quintana, Botucatu, como demonstram os mapas a seguir.

FIGURA 7

MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS DE SÃO PAULO/COM APOIO DA ONG LOCAL

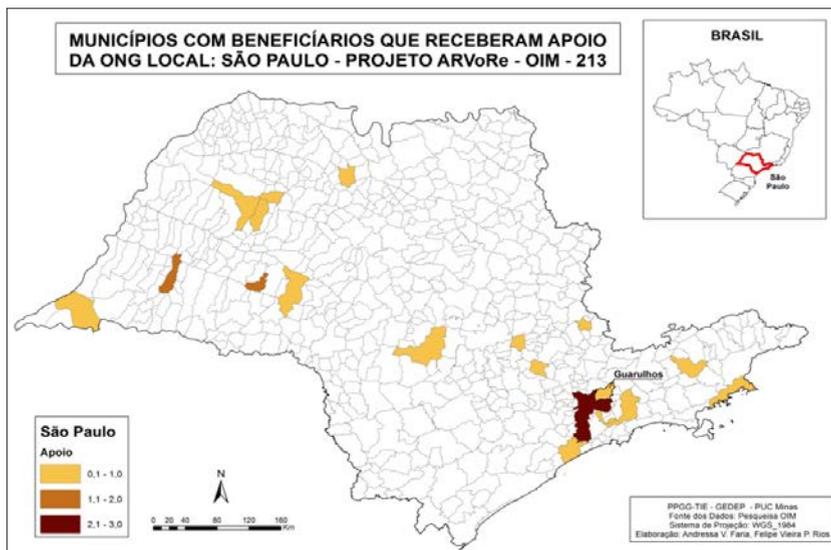
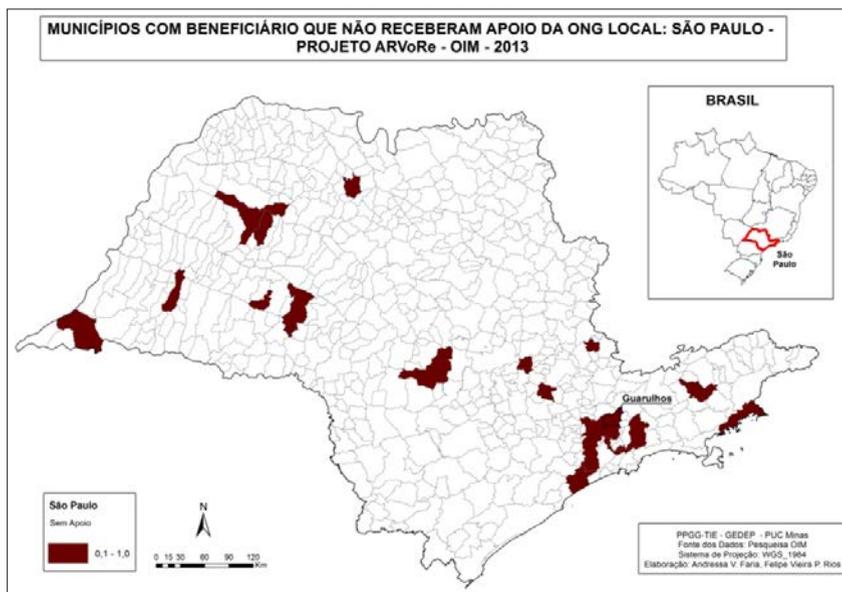


FIGURA 8

MUNICÍPIOS DE RESIDÊNCIA DOS BENEFICIÁRIOS DE SÃO PAULO/SEM APOIO DA ONG LOCAL



A sede da instituição parceira fica na cidade de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, mas atende aos beneficiários em praticamente todo o estado, mesmo em municípios distantes, como a cidade de Buritana, que está a 520 km de Guarulhos. Importante notar que nem todas as cidades são servidas por serviço constante de transporte direto, partindo de Guarulhos, que permita um acompanhamento mais próximo por parte da instituição parceira.

O conjunto de municípios selecionados respondia, em 2010, por 35,2% da população do estado e só a capital, São Paulo, representa 27,3% desse total estadual. Em relação ao crescimento populacional no período de 2000 a 2010, a maior taxa média geométrica de crescimento anual foi a de Indaiatuba (3,2%), e a menor ficou com a cidade de Santo André (0,4%). Importante notar que o crescimento populacional da cidade de Indaiatuba foi três vezes maior do que o apurado para o estado como um todo no mesmo período.

Ao se tratar dos indicadores socioeconômicos (Anexo VII), observa-se, no tocante ao PIB *per capita*, em 2010, que para dois municípios, Itanhaém e Ubatuba, esse indicador representava, aproximadamente, um terço do auferido para o estado como um todo e um quarto do valor apurado para a capital

do estado. A série histórica (1991-2010) de alguns indicadores, como a taxa de analfabetismo e a proporção da população de baixa renda que auferia menos de meio salário mínimo por mês, reduziu de forma marcante no período, sendo que, em Quintana, por exemplo, a proporção de baixa renda passou de 73,9%, em 1991; para 27,2%, em 2010; mesma tendência seguida pela taxa de analfabetismo: 20,2%, em 1991; 9,3%, em 2010.

4.2 Características dos imigrantes antes da partida

Como descrito anteriormente (Seção 2), ao se inscrever para o recebimento do apoio da OIM, o imigrante é convidado a preparar o Plano Individual de Reintegração e um Plano de Negócios. Esses dois documentos contêm uma série de questões que são respondidas pelos candidatos ao apoio e a partir dessas informações é possível selecionar um conjunto que permite compreender algumas características dos imigrantes e a sua intenção quando do retorno.

Dos 95 beneficiários que indicaram residir nos municípios selecionados, 55,8% eram mulheres e 44,2%, homens. As propostas de empreendimentos eram bastante diversas, mas, grosso modo, poderiam ser agrupadas em alguns setores/atividades, em sua maioria na área de serviços. 12,8% dos candidatos, na maioria mulheres, propunham iniciar um negócio na área de estética (cabeleireiro, salão, manicure), a mesma proporção de imigrantes estava interessada em um empreendimento voltado para o ramo de confecções, quer no comércio quer na produção doméstica de roupas, como costureiras. O setor de alimentação (lanchonete, bar e ambulantes) foi o que mais despertou interesse, com 31,8% das propostas de empreendedorismo. A construção civil foi o ramo escolhido por 10,7% dos candidatos. O restante do grupo (31,8%) apresentou várias propostas, que incluíam a realização de cursos, abertura de oficinas etc.

Quando questionados sobre a experiência para implementar o negócio, 81,0% declararam já ter experiência e conhecer o ramo no qual pretendiam abrir o seu negócio. Interessante notar que, para razoável parcela dos respondentes, essa experiência estava relacionada à atividade exercida no Brasil antes da partida para Portugal. Tal situação, caso não fosse bem avaliada, poderia gerar uma falsa premissa, já que vários estavam fora há muito tempo e, certamente, o que era válido no momento da partida para Portugal poderia não sê-lo na hora do retorno.

Em oito casos houve relatos de problemas de saúde que teriam prioridade ao se chegar ao novo destino, o que para alguns era entendido como um possível obstáculo à realização do seu projeto. No entanto, ao se tratar dos obstáculos à implementação dos projetos de reinserção, chama atenção a preocupação de vários candidatos com o processo de readaptação no Brasil, chegando alguns a dizer que, para eles, tratava-se de uma nova migração, já que tinham ficado muito tempo longe da terra natal. Praticamente todos indicaram a família como ponto de apoio no processo de reinserção, o que é de fundamental importância nesse processo.

Por fim, foi também possível apurar a visão que as pessoas tinham do Brasil no momento anterior à migração de retorno e as expectativas que tinham para o futuro, comparadas com a situação que vivenciaram no país antes de emigrar. Em relação à visão sobre o país no momento do retorno, 42,3% consideravam a situação boa, 37,1% declararam que não a viam nem como boa nem como ruim (mediana), e 18,5% declararam que iriam encontrar um país em situação difícil. 2,1% dos candidatos não se pronunciaram. Quando perguntados sobre como avaliavam as perspectivas futuras, comparadas com a situação que deixaram quando partiram, 66,8% dos entrevistados acreditavam que a situação seria melhor que a vivenciada no passado. Para uma mesma proporção de candidatos, 13,9%, a situação seria igual, e para outros em igual volume seria pior. 5,4% das pessoas não opinaram.

Em resumo, fica claro que no momento da partida havia entre os candidatos um forte espírito de otimismo relativo ao futuro, mesmo que para a maioria estivesse patente a preocupação com a readaptação no país de retorno, o que poderia dificultar a realização do plano de trabalho proposto.

Resultados

NESTE CAPÍTULO, APRESENTAMOS ALGUMAS REFLEXÕES REALIZADAS a partir da análise do trabalho de campo, assim divididas: a) resultados gerais contemplando os três estados pesquisados; b) resultados da pesquisa por estado; c) diálogo com as ONGs parceiras; e d) diálogo com autoridades locais e ONGs que trabalham com a questão migratória.

5.1 Resultados gerais contemplando os três estados pesquisados

Foram entrevistados 44 beneficiários¹ em três estados: Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Nos três estados, como indicado no quadro a seguir, a grande maioria dos beneficiários recebeu apoio financeiro e acompanhamento técnico através de uma ONG local para abertura de um microempreendimento. Alguns poucos receberam apenas apoio financeiro, sem contar com acompanhamento de um parceiro local. Outros optaram por um plano de reintegração que contemplasse cursos de capacitação.

De uma maneira geral, a maioria dos entrevistados no âmbito desse estudo foi para Portugal entre os anos de 2000 e 2004.

¹ Esse número corresponde a 46,3% do total de beneficiários a serem pesquisados.

FIGURA 9

QUADRO DE BENEFICIÁRIOS SEGUNDO BENEFÍCIO E ACOMPANHAMENTO RECEBIDOS POR ESTADO

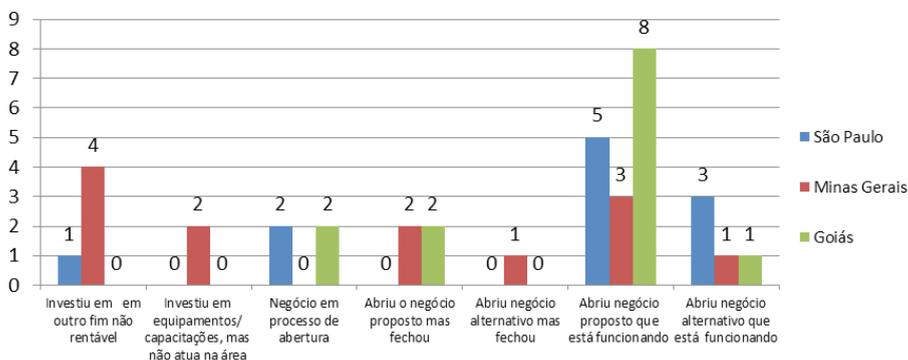
	Beneficiário com recurso para um empreendimento e acompanhamento de uma ONG	Beneficiário com recurso para um empreendimento, sem apoio de uma ONG	Beneficiário com recurso para outros fins	Total
Goiás	11 (73,3%)	2 (13,3%)	2 (13,3%)	15
Minas Gerais	10 (55,6%)	4 (23,5%)	4 (23,5%)	18
São Paulo	9 (81,8%)	2 (18,2%)	0 (00,0%)	11
Total	29 (67,4%)	8 (18,6%)	6 (13,9%)	43

FORNTE: PESQUISA DOS AUTORES

Os resultados dos investimentos dos 37 entrevistados que foram beneficiados com recursos para a abertura de um microempreendimento estão apresentados na Figura 10, a seguir. Nota-se um maior percentual de sucesso nos investimentos entre os beneficiários de Goiás, seguidos pelos de São Paulo. Em Minas Gerais, a maioria dos investimentos feitos na área proposta – ou não – infelizmente não foram bem-sucedidos.

FIGURA 10

RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE RETORNO VOLUNTÁRIO E REINTEGRAÇÃO DA OIM



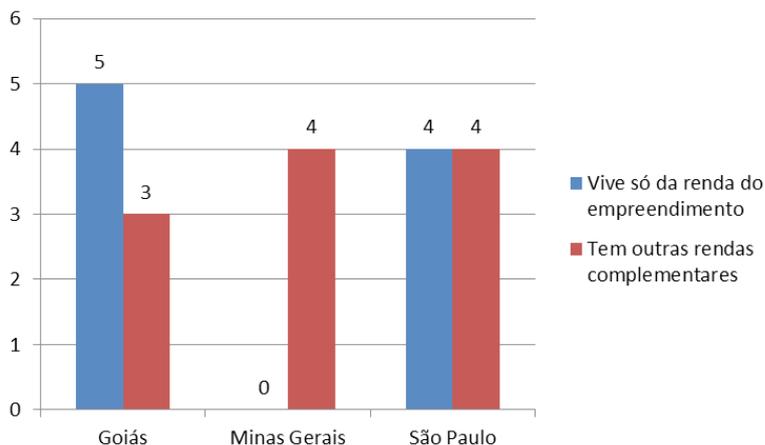
FORNTE: PESQUISA DOS AUTORES

A Figura 11, a seguir, apresenta o número de proprietários de empreendimentos abertos em cada estado que vivem exclusivamente da renda do empreendimento, e o número de proprietários que complementam suas rendas com outras atividades profissionais. Mais uma vez, Minas Gerais fica em último lugar nessa análise, com todos os proprietários dos poucos empreendimentos que ainda se encontram funcionando precisando complementar

a renda com outras atividades, já que tais empreendimentos não geram renda suficiente para a sobrevivência de suas famílias.

FIGURA 11

**BENEFICIÁRIOS COM EMPREENDIMENTOS FUNCIONANDO
SEGUNDO A FONTE DE RENDA**



FONTE: PESQUISA DOS AUTORES

Dos 21 microempreendimentos abertos nos três estados e que se encontram em funcionamento, seis geram renda para beneficiários indiretos através da criação de postos de trabalho. São dois empreendimentos em cada estado que geram renda e trabalho para outras pessoas além de seus proprietários, mas a capacidade de geração de trabalho também varia com o contexto regional, sendo que em São Paulo essa capacidade é maior que nos outros dois estados analisados. Somente um dos empreendimentos abertos em São Paulo gera trabalho para outras 10 pessoas, além de seu proprietário. Ao ser perguntado se seu empreendimento teve algum impacto positivo sobre sua comunidade, ele dá o seguinte depoimento:

«Sim, porque eu empreguei vários pais de família. Eles estão aqui com a gente. Temos 10 funcionários. E sem emprego eles não teriam como se sustentar».

BENEFICIÁRIO DE SÃO PAULO QUE ATUA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

É importante salientar, porém, que a maior parte das cidades de Minas Gerais de onde os imigrantes beneficiários são originários faz parte da região do Vale do Rio Doce e de sua vizinhança, região essa com as mais altas taxas de emigração internacional no Brasil, cujo desenvolvimento, historicamente,

tem se dado de forma não sustentável, com base em atividades econômicas extrativistas que não fixam o capital humano na região e geram migração internacional e interna para outras regiões do Brasil. Abrir um microempreendimento nessa região e conseguir mantê-lo funcionando é um desafio bem maior que fazer o mesmo nas cidades do próspero interior paulista ou nas imediações de cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Goiânia.

Temos então contextos regionais diferentes para serem analisados nesta avaliação do Programa, fazendo com que seja recomendável uma análise qualitativa de cada estado em separado, evitando generalizações que levem a conclusões equivocadas.

5.2 Assistência da OIM e não apoio do parceiro local: diálogo com os retornados

Neste subitem, apresentamos alguns comentários e relatos extraídos do diálogo com os retornados que tiveram assistência da OIM, mas não foram apoiados pela ONG local nos três estados.

Em Goiás, foram entrevistadas quatro pessoas que não tiveram apoio da ONG local e, embora uma delas tenha afirmado que não teve dificuldades para se estabelecer no Brasil, manifesta que o auxílio local é relevante, na medida em que contribui para agilizar o recebimento do recurso, além de ajudar na implementação do negócio, como se explicita na fala daqueles que contaram com o apoio da ONG Resgate.

“Mais fácil também se tivesse alguma organização aqui. [...] Porque a pessoa que chegou, ela chegou despreparada de tudo. Um casal que vai com uma família para lá. Eles chegam até sem imóvel, sem um lugar para morar. Então primeiramente um trabalho que a pessoa conseguir, seria muito bem-vindo, muito bem-vindo”.

“Até você começar a se estabilizar outra vez, porque quem vem de lá para cá como eu vim, do nada, ter que começar do zero, se tivesse algum apoio aqui do governo, seria bem melhor, não deixaria tantas pessoas transtornadas como têm, e a questão financeira, dinheiro para manter até a pessoa começar a ter um controle”.

Em Minas Gerais, assim como em Goiás, também foram entrevistadas quatro pessoas que não tiveram apoio da ONG local. Todas afirmam que tiveram

dificuldades de implementar o PIR e consideram que o apoio local teria sido relevante. Três delas falam de dificuldades financeiras pelo fato de tudo estar muito caro no Brasil e uma por não querer abrir o empreendimento sozinha e não ter encontrado uma sócia.

Todos acreditam que receber acompanhamento local facilitaria muito o processo de reintegração no Brasil, pois voltam com muitas dificuldades, como ilustram os depoimentos a seguir.

“A gente volta com muitas dificuldades, sem emprego. Se tivesse alguém para dar orientação facilitaria muito.”

“Porque eu cheguei meio cega no Brasil. Se tivesse alguém para me passar orientações, acho que as coisas não seriam tão complicadas. Eu recebi muito mais ajuda de Portugal que do Brasil, que é o meu país.”

Uma entrevistada afirma ter buscado ajuda do programa de apoio aos artesãos, chamado Mãos de Minas, mas como os atendimentos são impessoais, via internet, não obteve sucesso.

Em São Paulo, foi entrevistado apenas um beneficiário que teve assistência da OIM, mas não foi apoiado pela ONG local. Ele alega ter tido dificuldades após o retorno ao Brasil devido à falta de conhecimento e de informações necessárias à reintegração, e afirma que se tivesse recebido auxílio de uma ONG local, o seu retorno seria mais bem-sucedido. Ele acredita que em Portugal obteve maior apoio do que em seu próprio país de origem:

“Em questão de apoio, Portugal dá mais atenção do que o Brasil. Teve uma época em Portugal que eu fiquei desempregado. Eu procurei um apoio na Câmara Municipal de Lagos, aí a psicóloga me atendeu, ela pediu para eu levar para ela o que eu gastava por mês, eu levei as minhas despesas. Eles me ajudaram com 350 euros por mês durante 4 meses, uma boa de uma cesta básica, o leite da minha filha e fralda. E aqui no meu país quando eu procurei ajuda eles me negaram”.

5.3 Resultados por estados

Os dados coletados por meio das entrevistas foram organizados e analisados por estado e compreendem dois blocos caracterizados como se segue:

- Percurso Migratório – Diálogo com os retornados sobre a vida no Brasil antes da migração e a experiência em Portugal.
- Assistência da OIM e apoio da ONG local – Diálogo com os retornados que receberam apoio à reintegração e contam com apoio da ONG local.

5.3.1 Goiás

Foram entrevistados 15 beneficiários. Destes, 13 tiveram acompanhamento da ONG local (Projeto Resgate) e dois não tiveram.

FIGURA 12

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DE GOIÁS

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade
Vanilda Alves Martins Lima	44 anos	F	União Estável	2º. Grau completo
Simone Gonçalves Peixoto	34 anos	F	Casada	2º. Grau completo
Conceição Pires Xavier	43 anos	F	Solteira	2º. Grau completo
Carolnye Borges Amorim	23 anos	F	União Estável	Superior Incompleto
Leandro Silva Caetano	30 anos	M	Casado	1º. Grau completo
Paulo Henrique de Sousa Lisboa	27 anos	M	Casado	2º. Grau completo
João Batista Pedrosa	49 anos	M	Divorciado	2º. Grau completo
Gedeon Honorato Chagas	38 anos	M	Casado	1º. Grau completo
Hellen Teixeira Mamedes	28 anos	F	Casada	1º. Grau completo
Ana Machado de Oliveira	48 anos	F	Solteira	Superior incompleto
WerikIdari Gomes da Costa	31 anos	M	União Estável	2º. Grau incompleto
Célio Rosa dos Santos	41 anos	M	Solteiro	1º. Grau completo
Ivanilde Silva Ribeiro	32 anos	F	Solteira	2º. Grau completo
Paulo Oliveira da Silva Duarte	49 anos	M	Casado	2º. Grau incompleto
Elmir Alves Martins	40 anos	F	Casada	2º. Grau completo

FONTE: PESQUISA DOS AUTORES

5.3.1.1 Percurso Migratório – Diálogo com os retornados sobre a vida no Brasil antes da migração e a experiência em Portugal

Observou-se pelas entrevistas que as motivações para a migração estão divididas em dificuldade financeira no Brasil, a perspectiva de melhoria de vida/ estabilidade financeira em Portugal e o sonho de morar no exterior. Em alguns casos, todas essas razões são evocadas, como aponta um entrevistado:

“Era o desejo de conhecer o país. A gente quando criança no colégio ouvia falar muito sobre Pedro Álvares Cabral, Portugal [...]. Juntei a fome com a vontade de comer, fiz tudo pra ir, conhecer o país e tentar alguma coisa de melhor, financeiramente.”

É preciso esclarecer, entretanto, que das 15 pessoas entrevistadas, apenas cinco estavam sem trabalho antes de viajar, uma só estudava e outra não trabalhava fora de casa. Talvez essas pessoas não estivessem ainda inseridas no mercado de trabalho quando migraram, ou seja, não se pode afirmar que estivessem, de fato, desempregadas. As demais (oito) estavam trabalhando.

A maioria dos entrevistados (80,0%) foi para Portugal entre os anos de 1999 e 2007, os outros (20,0%) se distribuíram igualmente entre 2008 e 2010. Dez dos entrevistados afirmaram ter deixado filhos no Brasil e cinco ainda não tinham passado pela experiência de ter filhos. O tempo de permanência em Portugal dos imigrantes de Goiás variou de dois a 10 anos, sendo que a maioria permaneceu por mais de cinco anos.

Como era de se esperar, das 15 pessoas entrevistadas, 14 conheciam pelo menos um(a) brasileiro(a) que vivia em Portugal e, certamente, ouviam “histórias de sucesso” de brasileiros naquele país:

“Na época (que eu migrei), no Brasil era muito difícil [...] e muitas pessoas que eu conhecia que tinha ido para Portugal estava bem na vida. Mas depois quando você chega lá, você vê que é tudo uma fantasia. Que não é nada daquilo que as pessoas falam”.

[Conhecia] “Uma amiga. E ela falou para mim que era para eu ir para Portugal, porque lá era muito bom e tal. Que eu ia conseguir ter a minha casa. E que o salário lá era melhor do que o daqui. E que se eu tivesse trabalhando lá e mandando o dinheiro para cá, com certeza eu teria minha casa”.

Quanto à experiência em Portugal, a maioria dos retornados que afirmou ter expectativa de melhorar de vida com a migração parece ter se frustrado, pois acabou encontrando apenas trabalhos precários, especialmente devido à situação irregular no país.

Além da dificuldade laboral, a experiência de moradia foi, muitas vezes, infeliz. Devido ao alto preço dos aluguéis e à exigência de fiador português para a consolidação de contratos de locação de imóvel, muitos entrevistados relataram que moraram em casa de parentes ou sublocaram quartos em residências de terceiros, muitas vezes dividindo-os com outras pessoas.

Os relatos a seguir demonstram como vivenciaram a situação laboral e de moradia.

“Na área do trabalho foi um pouco complicado. Eu trabalhava doze horas por dia, quase não tinha folga. Quando eu consegui o trabalho é que eu fui ver as dificuldades do imigrante, eu não tinha documentação, nesta loja onde eu trabalhava, eles contratavam as pessoas sem documentação, mas a pessoa estava sujeita a tudo. Eu passei muita humilhação lá”.

“A situação da moradia é horrível, é muito complicado, porque você tem que morar com pessoas que você não conhece”.

“A gente alugava um apartamento e dividia com mais pessoas. No caso lá eram três quartos, no apartamento, era um casal em um quarto, e no outro um casal, e um rapaz solteiro comigo dividindo um quarto. Eram seis pessoas”.

Quando questionados sobre os motivos para retornar ao Brasil, apenas uma entrevistada afirmou ter voltado depois de ter alcançado o seu objetivo, que era juntar dinheiro para comprar uma casa. Os entrevistados restantes disseram que se viram obrigados a voltar de Portugal quando ficaram desempregados e passaram por dificuldades financeiras, não tendo, muitas vezes, recursos para pagar a moradia. A situação era mais grave para aqueles que tiveram filhos durante o período em que moraram no país:

“Quando eu tinha meu trabalho, ele tinha o dele e a gente ainda não tinha filho, a gente conseguia viver bem. [...] Mas depois eu engravidei, meu bebê nasceu, e como eu não tinha documentação, eu não tinha direito a receber os abonos.

E para eu colocá-lo no infantário ou na ama (babá), eu gastaria praticamente todo valor que eu recebia onde eu trabalhava para pagar para olhar meu filho. [...] Mas aí com os problemas dele ter perdido o emprego que era muito bom [...] ele foi trabalhar em outra oficina e lá ele já não ganhava tão bem. Então, as coisas começaram a complicar, e ainda tinha as despesas com nosso filho que eram muito altas. Então, as coisas foram ficando mais complicadas, foi quando a gente tomou a decisão de vir embora”.

“Eu voltei porque meu tio era construtor e ele vivia me chamando para trabalhar com ele. Mas eu não aceitei, eu sempre com a expectativa da situação em Portugal melhorar. Mas a situação lá só ia piorando mais. Minha esposa ficou sem trabalho, o mercado começou a ficar ruim para mim. A situação financeira começou a piorar, eu já não estava conseguindo pagar o aluguel. Eu tive filhos lá, então, a situação piorou mais ainda”.

Com as dificuldades enfrentadas em Portugal, principalmente em relação aos problemas financeiros, a maioria dos entrevistados esperava uma vida melhor após o retorno ao Brasil. Muitos alegaram que a expectativa de melhoria se dava pelo fato de eles estarem novamente no seu país de origem, o que implicava maior proximidade da família. Nota-se que a família corresponde a um ponto de apoio fundamental no processo de reintegração dos emigrantes.

Alguns, todavia, disseram não ter criado expectativa nenhuma antes do retorno, enquanto outros esperavam retomar as condições anteriores à migração. Dois deles disseram ter tido medo do que encontrariam no Brasil e alegaram problemas psicológicos e emocionais que dificultaram a sua adaptação, como relatam os depoimentos a seguir.

“Dificuldade, medo, porque infelizmente o Brasil é muito violento. Você ouve um foguete e já pensa que é tiro. A verdade é que o Brasil tem problemas de violência e tem problemas financeiros, mas a imagem do Brasil lá fora é bem pior do que a que a gente encontra aqui. [...] O jornal português mostra só o lado negativo do Brasil. Ou seja, os brasileiros que estão fora têm medo. Ele mostra uma resistência para vir embora, uma parte é em relação a isto. [...] Quando eu cheguei no Brasil, eu tinha medo de tudo e medo de todos. Eu tive que procurar um psiquiatra. Seria bom se o programa (da OIM) colocasse algo desse gênero, porque a pessoa chega e tem que reaprender a conviver com a família, coisa que até hoje está sendo difícil para mim. Você vai recomeçar, você vai reaprender a viver. Você deixa as coisas aqui de um jeito e volta, as coisas estão totalmente diferentes. Então como eu te falei, o Brasil lá fora é visto como um campo de guerra, aí você imagina, eu fiquei sete anos sem aparecer aqui, recebendo esse tido de informação, aí você fica com medo de pisar no Brasil”

“Eu já sabia que as coisas aqui também não estavam muito fáceis, porque eu mantinha contato com a minha família e eles me falavam. Mas aqui eu sabia que eu ia encontrar mais tranquilidade, porque eu estaria perto da minha família. Lá em Portugal não tinha ninguém que pudesse nos ajudar. Aqui eu tenho a quem recorrer. Agora eu já posso trabalhar, eu tenho com quem deixar o meu filho, meu marido já tinha oferta de emprego aqui”.

“Eu esperava encontrar uma vida normal mesmo, porque as pessoas que estão lá morrem de medo de voltar e não se adaptarem aqui. Eu não tinha esse medo porque eu já conheço o Brasil. Eu esperava encontrar tudo como eu encontrei mesmo. Chegando aqui eu já comecei a refazer a minha vida. Não tive grandes obstáculos, não”.

Do total de entrevistados, 12 afirmaram que o retorno ao Brasil atendeu às suas expectativas, sendo que os principais motivos citados foram o apoio fornecido pela OIM no quesito passagem, o recurso financeiro para o empreendimento, orientações pré-partida para o Brasil, a sensação de maior segurança por estarem em seu país de origem, além da proximidade dos familiares.

“Eu sabia que ia ter dificuldades, mas eu aprendi a conviver com elas, vejo o Brasil hoje de uma forma diferente. Hoje eu sei que posso sair e que o pessoal não vai sair atirando na rua. [...] A convivência com a família graças a Deus foi muito boa, porque eu fui bem recebida. [...] com certeza superou aquilo que eu imaginava”.

“Acho que superou minhas expectativas. Consegui uma casa, com 6 meses que eu estava no Brasil, consegui a confecção pela OIM e a casa eu corri atrás. Isso dá pra tirar uma conclusão: Se a gente quer e corre atrás, e acredita no que a gente faz, não é preciso sair pra fora. Graças a Deus tive a OIM, pra começar tudo isso. O resto, Deus me ajudou, corri atrás e consegui”.

Dentre aqueles que receberam recurso financeiro para a abertura de um microempreendimento, seis afirmaram que o valor foi insuficiente, mas reconhecem que essa ajuda foi importante, como demonstra o relato a seguir.

“Para começar com R\$2.500,00 é pouco. Você não consegue começar um empreendimento com menos de R\$5.000,00. Porque tem muita burocracia. Só que assim, não foi o suficiente, mas foi importante, foi uma base, até mesmo porque você está lá e pensa assim: Meu Deus, e agora? Então, foi importante, mas não foi o suficiente”.

Duas pessoas disseram que o retorno atendeu parcialmente às suas expectativas. Uma delas por não ter se adaptado profissionalmente e outra por não ter sido bem-sucedida no Plano Individual de Reintegração (PIR) que montou, pois foi surpreendida com problemas de saúde que a impediram de continuar trabalhando. Um entrevistado afirmou que ainda não alcançou os resultados planejados para o seu empreendimento, porque chegou ao Brasil recentemente.

“Esperava alcançar um pouco mais. O que consegui através de vocês (OIM) foi o ponto de partida. Eu tive condições de comprar um veículo usado, para trabalhar com propaganda volante na cidade. Tive certos desencontros sobre como aprimorar nessa área, como pessoas que acreditassem em mim, no trabalho que eu estava fazendo, para fazer a propaganda do meu comércio. Estava tendo dificuldade, depois ocasionou um problema de saúde. Tive que parar com esse trabalho e guardar o dinheiro no banco e me safar dele. Através dele”.

“Acho que o meu retorno está muito recente, não posso ir buscando isso de imediato. Se a pessoa vai com muita sede ao pote ela se frustra. Então, eu estou dando um passo de cada vez. Eu tenho conseguido, eu queria ter a minha firma e já tenho, já consegui comprar meu meio de transporte, agora tô tentando comprar uma casa”.

Destaca-se que todos os entrevistados receberam incentivo da OIM para a reintegração, sendo que oito trabalham atualmente com o que propuseram no plano de reintegração e estão satisfeitos com os resultados. Um mudou o plano de reintegração por outro mais adequado às suas qualificações e está funcionando bem (é pintor autônomo). Dois estão em processo de abertura do empreendimento, pois chegaram ao país recentemente. Dois afirmaram ter implementado o microempreendimento proposto, mas tiveram que fechá-lo, sendo um por motivo de violência que gerou medo nos clientes e outro por que teve problemas de saúde. Os relatos a seguir ilustram essas afirmativas.

“Eu trabalho com confecção. Eu consegui pegar aquela ajuda da OIM, aí eu comprei as máquinas de costura. E foi o que me ajudou, e eu acho que é uma coisa que não pode nem acabar. **Porque é um programa que ajuda realmente, é verdadeiro.** É uma coisa que ajuda, porque você consegue vir, na certeza de que vai tentar trabalhar. Porque quando você chega aqui e ainda não tem emprego, é muito complicado”.

“O que eu propus no plano de negócios, foi uma lanchonete. Mantivemos ela aberta por quase um ano, depois fechamos. Pela perspectiva da região, não foi boa. Depois tivemos um assalto, e daí então, os clientes deixaram de aparecer e nós tivemos que fechar, porque o movimento caiu. Levaram o carro da minha mãe. E aí, nessa altura, as pessoas têm muito medo, né? E aí as pessoas foram deixando de vir. Tudo o que você está vendo aqui é da lanchonete. Fechamos há pouco tempo, no ano passado”.

“Trabalho com pintura. Sou autônomo. A princípio quando eu cheguei tinha um pontinho de comércio. Tinha comprado um terreno bem antes, aí construímos um pontinho de comércio bem antes, para montar um café, alguma coisa. Só que aí para você montar tudo isso, tem que ter uma boa grana aí não deu. No início eu até pensei em montar com o dinheiro que eles me deram para a ajuda e tudo, só que não dava. Aí eu preferi trabalhar autônomo com pintura. Porque mexer com comércio no início tinha que ter um bom capital e eu não tinha. Cheguei a começar a comprar alguns materiais, só que aí o que eu tinha não dava para ir para frente. Aí eu parei por aí mesmo”.

Nenhum dos entrevistados admitiu possuir outra renda além do trabalho, tampouco receber qualquer incentivo do governo. Interessante ressaltar que, apesar de demonstrarem satisfação com o retorno ao Brasil, entre os 15 entrevistados, sete alegaram ter passado ou estar passando por dificuldades financeiras.

Parece que a renda obtida por essas pessoas, tanto por quem tem o seu próprio negócio quanto pelos que são empregados, é suficiente para cobrir apenas as despesas essenciais, como moradia e alimentação. Quando ocorre algum imprevisto, principalmente em caso de problemas de saúde ou situações que exigem gastos adicionais, como despesas com a educação dos filhos, a renda é insuficiente, e a solução para alguns é a aquisição de empréstimos bancários.

“[...] quando a minha esposa descobriu que estava doente, nós tivemos que comprar injeção para ela e é muito caro o tratamento”.

“Tenho muito pouco dinheiro na poupança, coisa que eu vim gastando quando vendi o carro de som, por causa do problema de saúde. Por estar morando de favor na casa do meu irmão e algumas coisas ter que ajudar, precisar ajudar”.

“[Estou] devendo, piorou a situação todinha pra mim, meu psicológico, eu custei dar conta das minhas dívidas, para quem eu devia particular. Hoje eu ainda devo uma ressalva no banco, mas estou fazendo o acordo para poder pagar tudinho e resgatar minha vida todinha de volta”.

“A única dificuldade financeira que eu tive, foi com relação à escola de meus filhos, pois a minha vontade era de colocá-los em uma escolar particular, mas não tive condição financeira para isso”.

No que diz respeito às relações sociais após o retorno ao Brasil, foram exploradas algumas questões com o intuito de identificar possíveis obstáculos na reintegração dos emigrantes devido à existência de dificuldade de interação com familiares, amigos e pessoas da vizinhança após a volta, já que é comum um sentimento de vergonha e a sensação de ter fracassado em seu projeto de viver em outro país. A maioria, entretanto, disse que a relação com amigos, vizinhos e parentes não foi alterada. Um entrevistado afirmou que perdeu o vínculo com os amigos desde que migrou para Portugal, e outro relatou que teve problemas para se adaptar quando chegou, o que teria afetado a convivência com amigos e vizinhos.

Quando questionada sobre a opinião das pessoas acerca da volta ao Brasil, a maioria disse que a família e os amigos vê esse retorno de forma positiva. Um entrevistado alegou que alguns da família o percebem como um derrotado. Outro disse que as opiniões das pessoas do seu convívio variam. Dois dos entrevistados disseram que não notaram diferença nenhuma.

“Normal. Eu sempre fui uma pessoa de boa comunicação com todos. Os amigos, vizinhos de antes [...] Continuamos a mesma tranquilidade, a mesma união, a mesma paz, a mesma amizade”.

“É uma maravilha, não tem coisa melhor que está junto da família. Fiz novos amigos, reconquistei alguns que eu deixei”.

“Eu perdi o vínculo com meus amigos”.

“Alguns [me veem] como um derrotado. Até mesmo eu quando eu cheguei. Fui tentar a vida lá fora e não consegui nada”.

Mesmo com alguns obstáculos para a reintegração no Brasil, especialmente devido aos problemas financeiros alegados pela metade dos entrevistados, a maioria disse estar se sentindo bem emocionalmente por ter voltado. Dois deles, no entanto, admitiram ter saudade de Portugal, e apenas um disse que ainda não conseguiu se readaptar ao país.

Muitos justificam o fato de se sentirem melhor no seu país pela proximidade dos familiares e amigos, o que facilitaria o apoio e a assistência em situações de dificuldade. A solidão e a falta de amigos e familiares durante a estada em Portugal são reclamações frequentes. Novamente, percebe-se a importância da rede de apoio familiar para a estabilidade emocional e mesmo financeira dessas pessoas:

“Me sinto bem melhor do que estava lá. Lá a gente fica muito deprimida, eu não sei se é o clima, ou se é a falta de contato físico com as pessoas, lá cada um vive no seu mundo. Aqui tem mais calor humano”.

“Sim, me sinto bem. Em relação até mesmo à questão financeira, porque lá se você não está trabalhando não tem dinheiro, aí o bicho pega. Aqui não, se você não está trabalhando, tem um amigo que pode te socorrer, tem um parente que pode te dar a mão, aí a gente vai tocando. Lá já teve dias de eu querer comprar um danone eu não tinha dinheiro. Então lá tudo é mais complicado. Agora aqui está bem melhor”.

5.3.1.2 Assistência da OIM e apoio da ONG local – Diálogo com os retornados que receberam apoio à reintegração e contam com apoio da ONG local

Neste subitem, vale ressaltar que dentre os 15 entrevistados, 13 tiveram assistência da OIM e apoio da ONG local e os outros dois tiveram assistência da OIM, mas não contaram com o apoio da ONG local.

Dos 11 entrevistados que tiveram apoio da ONG local, 10 desenvolveram o Plano de Reintegração proposto. Desse total, como já dito anteriormente, oito abriram um empreendimento que ainda está funcionando e se dizem satisfeitos. As principais razões são os ganhos financeiros e a proximidade da família, além do fato de estarem em seu país de origem. Um dos entrevistados apontou como vantagem o fato de não precisar se deslocar, já que o empreendimento é em sua própria casa. Uma única entrevistada não abriu o empreendimento por ainda estar aguardando o recebimento do apoio financeiro

consentido pela OIM para a implementação do seu negócio. Apenas uma pessoa comentou ter tido dificuldades para executar o plano de negócios porque o recurso fornecido pela OIM não foi suficiente.

“Estou no meu país, não tenho as dificuldades financeiras que eu tive lá, porque aqui como você não paga aluguel, você consegue sobressair, tenho a minha família, porque eu descobri que a maior riqueza é você ter a sua família”.

“Está dando tudo certo. Tenho muitos serviços nessa área. Já tenho outros serviços para executar. O ganho financeiro também está muito bom”.

De todos os entrevistados que abriram um microempreendimento, quatro afirmaram ter tido progresso em relação ao plano inicial, que está associado ao aumento da demanda na área da construção civil, e somente quatro vivem exclusivamente da renda do seu empreendimento. O restante alegou contar com o auxílio de outras pessoas da casa, especialmente o salário de cônjuges.

Foi questionado também se os entrevistados achavam que a abertura de seu microempreendimento gerou algum impacto em sua comunidade, e seis afirmaram que sim. Apesar disso, apenas dois deles explicitaram um impacto significativo, que foi a geração de empregos, já que as demais respostas não correspondiam exatamente ao que foi perguntado.

“Quando eu vim, eu estava pensando em uma coisinha pequena. Aí quando eu cheguei aqui começou a aparecer muito serviço. Agora vou até precisar de mais pessoas para me ajudar, porque eu não estou dando conta de atender a demanda sozinho”.

“Eu tenho uma vaga de emprego para outra pessoa. Em época de muito movimento eu preciso de alguém para me ajudar. Só na época que está mais fraco que eu trabalho sozinha”.

“Hoje já tenho duas pessoas trabalhando comigo. Então, eu gerei empregos”.

Perguntou-se ainda se as pessoas pensavam que pudesse haver algum outro tipo de apoio para facilitar a abertura do negócio: metade afirmou que o apoio

da OIM foi suficiente, quatro responderam que seria preciso mais recursos financeiros e um disse que o governo brasileiro deveria criar facilidades para a concessão de crédito ao microempreendedor individual.

“Eu só acho que vou ter um pouco de dificuldade para comprar os produtos que vou usar no salão. Talvez se eu tivesse um apoio nesta área, me ajudaria bastante”.

“Financeiramente, eu acho que faltou um pouco a mais. O capital de giro [...]. A gente tinha que ter mais, pra poder investir mais. Faltou um pouco desse lado. Porque na altura, a gente dependeu disso [...]. Pra comer, pra viver, ficou um pouco apertado”.

À pergunta sobre o conselho que os entrevistados dariam para quem pensa em investir em um microempreendimento, a maioria mencionou características que eles veem como essenciais para um empreendedor: persistência, paciência, responsabilidade, determinação e força de vontade.

“A pessoa tem que ter muita persistência. E ter muito cuidado para não investir demais sem saber o que vai ter de retorno. E ter muita cautela”.

“Primeiro, acreditar, se pensa em abrir um determinado comércio, acreditar. Se ele tem um comércio, seguir em frente, ter fé em Deus e trabalhar mesmo com todo o afinco. As conversas contrárias que vierem, não dar ouvido, porque muitas das vezes as pessoas têm inveja de ver uma pessoa amiga crescer e ele não ter nada. Eu diria: tenha fé, vá em frente, acredita que é capaz”.

Com relação à forma como os beneficiários avaliam o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, a maioria avalia como muito positivo o apoio recebido. Todos disseram ter recebido orientações da OIM, seja para estruturar o PIR e/ou para aconselhamento pré-partida, o que, de acordo com eles, foi importante para o retorno, como explicitado nos relatos a seguir.

Olha, o auxílio foi, quando eu fui lá pedir o auxílio para voltar, inclusive eu fui lá arrastando a perna, porque eu estava mal. O rapaz que me atendeu, eu esqueci foi o nome dele, olha, ele procurou me auxiliar em tudo, até mesmo em questão de moradia, ele falou que se eu não tivesse, ele me providenciaria um quarto até sair as passagens e tudo, e quando eu vim, quando eu cheguei no aeroporto, a

moça que foi lá me receber em questão das passagens e tudo ela me deu uma ajuda de 500 euros, 500 não, eu acho que foi 750 euros, acho que foi uma coisa assim. 750 euros de ajuda, que a hora que eu chegasse aqui era para eu me manter. [...]. Essa foi a ajuda que eu recebi deles. Além das passagens, né, minha, da minha esposa e das minhas duas filhas.

“Claro. Ajudou e muito, sem esta ajuda que eu recebi, não tinha conseguido voltar para o Brasil. E eu estava muito tempo fora, as informações que a senhora da OIM me passou, agora eu esqueci o nome dela, foram muito importantes”.

“Olha como eu tinha te falado, eu até conseguiria ter retornado sem a ajuda da OIM, porém, seria mais difícil, porque eu teria que comprar passagem para quatro pessoas [...]”.

Das 15 pessoas entrevistadas, cinco consideraram suficiente o valor financeiro recebido pela OIM e seis disseram que não, pois existiram inúmeras despesas que ultrapassaram o valor concedido. Entretanto, apenas dois responderam que teriam voltado para o Brasil mesmo sem o apoio à reintegração, ainda que esse retorno fosse difícil, como um deles colocou. Todos responderam que não houve dificuldades para receber o auxílio financeiro da OIM e que não tiveram problema com a ONG local, o que contrasta sobremaneira com as informações coletadas em Governador Valadares, MG

“Me ajudou muito, deu para eu iniciar o meu negócio. Deu para comprar minhas máquinas e organizar algumas coisas pendentes”.

“O auxílio foi importante, mas não foi suficiente. Não deu para eu montar meu lava-jato, mas minha esposa está fazendo o curso. É melhor do que nada. Agora pelo menos a minha esposa vai ter uma profissão”.

Todos afirmaram ainda ter utilizado o auxílio para investir no microempreendimento, seja comprando máquinas ou investindo em curso de formação profissional. Também houve unanimidade dos entrevistados no que se refere à contribuição da OIM – o auxílio financeiro – para a sua reintegração, conforme já citado anteriormente, seja por ter fornecido as passagens, seja por ter possibilitado a abertura do empreendimento, mas também pelas orientações recebidas ainda em Portugal e que foram importantes para o retorno.

Em relação ao apoio da ONG local, todos elogiaram, ressaltando a atenção – prática e emocional – dada pelo responsável pela ONG aos retornados.

“Porque a gente não tinha condições nem de comprar as passagens. E se não fosse este valor que eu recebi da OIM, não conseguiria montar o meu empreendimento. Eles também passam muitas informações importantes”.

“Atenção desde que cheguei no Brasil, o Marco Aurélio que fez contato comigo e me ajudou a pesquisar preços, e passou todas as informações que eu precisava. Acho que isso foi o essencial”.

“Contei com o apoio do Pr. Marco Aurélio, que representa vocês (OIM) no Brasil, ele me ajudou muito, foi muito gentil, me deu as coordenadas, a gente conseguiu atingir um pouco da expectativa. Não 100%, mas atingimos um pouco. Foi muito importante. O apoio moral sobre o que eu ia fazer”.

“O Marco Aurélio sempre liga e procura saber como estou, se eu estou precisando de alguma coisa. Às vezes, independente disso, ele liga para saber como estou me virando e como está meu empreendimento. Então, assim, a parte dele, o que ele poderia ter feito ele fez. Me passou todas as informações que eu precisava. Me ajudou na pesquisa de preço dos produtos que eu tive que comprar. O que dependeu dele ele fez. Até hoje quando eu preciso de alguma informação eu ligo para ele”.

Quatro pessoas disseram que o programa da OIM melhoraria a partir dos seguintes aspectos:

- aumento do auxílio financeiro;
- redução/extinção do período de impedimento de retorno a Portugal²;
- oferta de curso de qualificação profissional para os retornados;
- acompanhamento psicológico que contribua para a sua readaptação no Brasil.

Na opinião de alguns, um apoio governamental efetivo na assistência aos retornados, além de maior auxílio financeiro, seria um aspecto que contribuiria para que o seu retorno ao país fosse mais bem-sucedido.

² Apesar de ser sugestão de beneficiários, tal medida está fora do âmbito do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRe) da OIM.

À pergunta sobre o desejo de ir para o exterior novamente, a maioria respondeu que gostaria de voltar à Europa (Portugal, Espanha, França ou Itália), mas apenas a passeio.

5.3.2 Minas Gerais

Foram entrevistados 18 beneficiários, sendo que seis destes não contaram com o apoio da ONG local.

FIGURA 13

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DE MINAS GERAIS

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade
Amanda Luzia Cabral Duarte	31 anos	F	União consensual	Não informada
Márcia Aparecida do Prado	41 anos.	F	Divorciada	1º grau completo
Ezequiel Coelho Oliveira	30 anos	M	Solteiro	2º grau completo
Carla Maria Ramos	31 anos	F	União consensual	2º grau completo
Cristina Alves de Souza	39 anos	F	Casada	2º grau completo
Edima Maria de Souza Fernandes	58 anos	F	Separada judicialmente	1º grau incompleto
Evaristo Lopes da Silva	56 anos	M	Casado	1º grau incompleto
Henrique Marcos Rodrigues	43 anos	M	Divorciado	2º grau incompleto
Sueli Rodrigues de Souza	35 anos	F	Solteira	2º grau incompleto
Rosângela Oliveira Dias Donato	46 anos	F	Casada	1º grau incompleto
Ângela Cristina dos Reis	31 anos	F	Casada	1º grau completo
Valmira Sebastiana de Souza	36 anos	F	Divorciada	2º grau completo
Marizete Barbosa Gomes	47 anos	F	Casada	1º grau incompleto
Geraldino Luiz Almeida	49 anos	M	Casado	1º grau completo
Érica Priscilla Nascimento de Almeida	23 anos	F	Solteira	2º grau completo
Karla Maria Laurindo Fabiano	21 anos	F	Solteira	1º grau completo
Silvana Oliveira Dias	37 anos	F	Casada	1º grau completo
Rogério Germano Rodrigues	43 anos	M	União consensual	1º grau completo

FONTE: PESQUISA DOS AUTORES

Lembramos que os dados coletados foram organizados e analisados em dois blocos caracterizados, como se segue:

- Percurso Migratório – Diálogo com os retornados sobre a vida no Brasil antes da migração e a experiência em Portugal
- Assistência da OIM e apoio da ONG local – Diálogo com os retornados que receberam apoio à reintegração e contam com o apoio da ONG local, CIAAT

5.3.2.1 Percurso Migratório – Diálogo com os retornados sobre a vida no Brasil antes da migração e a experiência em Portugal

Em Minas Gerais, as respostas à pergunta sobre as motivações para a migração estão divididas em reunificação familiar com parentes que já estavam lá, combinada com o desejo de ganho financeiro, a perspectiva de melhoria de vida/estabilidade financeira em Portugal, a busca de aventura na vida e o sonho de abrir um negócio no Brasil após o retorno. Apesar do desejo de melhoria financeira ser comum, a maioria afirma que a presença de um parente em Portugal foi o que realmente definiu a migração, como nos relatos a seguir:

“Porque o meu irmão já morava lá há algum tempo, e ele sempre me convidava para ir para lá. Um dia deu na cabeça e eu decidi estar indo. A princípio era só para passear, mas acabou que eu fiquei lá mais tempo, tive que arrumar emprego lá, para poder me sustentar lá.”

“Fui tentar uma vida melhor. O pai da minha filha estava lá, quando ela tinha 4 meses ele foi para tentar alguma coisa. Na verdade, ele queria ter ido para os EUA, acabou não conseguindo, a família dele estava em Portugal eu fui pra junto dele. Não deu certo. Eu fiquei lá um bom tempo.”

“Meus pais foram para Portugal e me deixaram aqui sozinha. Eu morava nos fundos da casa da minha avó. Ai eu adoeci e precisei da minha família, então por isso fui para Portugal. Como meus familiares no Brasil eram muito complicados e eu não tive muito apoio, acabei tendo que ir para junto dos meus pais em Portugal”.

Quase todos os entrevistados foram para Portugal entre os anos de 2000 e 2004, com a exceção de uma que foi em 2007 e de dois que foram em 2009. Dois homens e oito mulheres tinham filhos que foram deixados no Brasil,

uma mulher engravidou em Portugal e dois imigrantes (um homem e uma mulher) não tinham filhos. Uma das mulheres foi para Portugal deixando sete filhos. Esta foi em 2003, retornou ao Brasil e voltou mais duas vezes a Portugal, em 2008 e 2009.

Praticamente todas as pessoas entrevistadas estavam trabalhando no Brasil antes de viajar, mas em funções de baixa qualificação e remuneração, como, por exemplo, *motoboy*³, copeira, atendente de lanchonete, frentista de posto de gasolina e vendedora autônoma de cosméticos da Natura.

Conclui-se, assim, que uma combinação de fatores impele essas pessoas a migrar, sendo alguns deles a responsabilidade pela manutenção de filhos, sem a perspectiva de melhoria financeira no Brasil para cumprir essa função, dada à baixa escolaridade, além do fato de a maioria já ter familiares e amigos em Portugal convidando-os e contando histórias de ganhos financeiros melhores.

Num segundo momento do roteiro, as perguntas foram voltadas para a experiência em Portugal. Assim como entre os retornados de Goiás, entre os retornados de Minas Gerais os relatos das experiências de trabalho em Portugal demonstram que era comum encontrar apenas trabalhos muito precários, especialmente devido à situação irregular no país. Aqueles que foram na primeira metade dos anos 2000 ainda conseguiram se regularizar e trabalhar com contrato. O relato a seguir de uma retornada que foi várias vezes, sendo a última delas na segunda metade da década de 2000, mais próxima da crise econômica, ilustra as dificuldades laborais agravadas com a crise:

“O trabalho pra mim foi ruim porque eu cheguei em uma época que não conseguia o visto fácil[...] a minha irmã já conseguiu [...] ela foi 5 meses antes de mim e conseguiu tudo, trabalhava com o contrato direitinho, tinha os direitos lá. Eu, já dificultou, porque já tinha muitos brasileiros, né?! Aí eu trabalhava assim sem visto. Cheguei a trabalhar em uma empresa de limpeza e os patrões correndo da imigração para eles não pegarem a gente. Muitas vezes, eu estava chegando no serviço e a patroa falava “[...] Márcia não entra porque a imigração está aqui” [...]. Nossa, eu passei muito aperto. Eu sempre trabalhei ilegal, sem contrato. A última vez eu cheguei a conseguir um contrato lá, mas sem o meu visto. Aí não adianta, né?”

³ Motoboy ou motoqueiro, também conhecido como estafeta em Portugal, é um profissional que utiliza uma motocicleta para entregar e receber diversos tipos de objetos ou produtos.

Ao contrário dos retornados de Goiás, quase todos os retornados de Minas Gerais afirmam que moraram em casa de parentes ou sublocaram quartos em residências de terceiros apenas no início ou quando já haviam entregue sua residência para aguardar o apoio da OIM e retornar. Duas entrevistadas relatam que a presença de crianças no núcleo familiar foi fator determinante para que mudassem para uma moradia exclusivamente da família.

“A moradia, você tendo condições de pagar aluguel, você mora em qualquer lugar. Só no final que tivemos um pouco de problema com relação à moradia, porque quando fiz a entrevista da OIM entregamos a casa, porque eu achei que não ia demorar muito tempo para sair o benefício. Aí fomos morar com a minha cunhada, foi terrível, uma situação insuportável.”

“Antes eu morava num quarto, quando não tinha as crianças, pagava aluguel de um quarto na casa de uma senhora lá que alugava quarto. Aí depois que nasceram as crianças, eu fui obrigada a alugar uma casa, porque lá não pode criança ficar... é igual aqui também, porque aqui crianças precisam ter o espaço deles. Então eu tive que alugar uma casa, mas depois eu só morei mesmo nesse quarto e morei numa outra casa, como ficava muito longe do serviço aí era, vamos supor que era lá em Santa Rita, eu tinha que trabalhar... Aí então eu arrumei outra casa onde eu trabalhava, eu só mudei três vezes só nesse tempo todo.”

“Primeiro fui morar com o pai da minha filha, depois me separei dele. Morei sozinha, depois conheci o Fabrício e a gente morou junto. Mas não morei em república nem nada, até mesmo porque tinha minha filha e eu não podia morar com outras pessoas porque eu não conhecia, né?”

Ao tratar das relações sociais em Portugal, todos afirmam que não tiveram problemas para fazer amigos entre os brasileiros de vários estados e imigrantes de outras nacionalidades. Apenas um afirma ter feito amigos entre os portugueses e outro fala da dificuldade de fazer amigos portugueses devido às diferenças culturais:

“Fiz amizades lá com o pessoal de Goiânia e com pessoas de São Paulo [...] tinha duas amizades com africanos, portugueses eram pouquíssimos [...] eles são mais difíceis de amizade. A cultura deles é diferente da nossa, eles não têm isso que a gente faz aqui de reunir para bater papo.”

Quando questionados sobre os motivos para retornar ao Brasil, os entrevistados disseram que se viram obrigados a voltar de Portugal quando ficaram

desempregados ou reduziram suas horas de trabalho, passando por dificuldades financeiras. Apesar de todos falarem de saudades de suas famílias no Brasil, apenas uma afirmou ter sido a falta da família a razão de seu retorno.

“Porque estava muito ruim de trabalho lá. Aí eu fiquei um bom tempo desempregado. Aí a coisa foi apertando, aí eu peguei e recorri à OIM, aí como demorou a dar a resposta, aí eu comecei a juntar o dinheiro para comprar a passagem. Aí graças a Deus a OIM me ligou e falou assim: Você ainda está disposto a voltar para o Brasil? Aí eu falei: Tô. Aí eles falaram para eu ir lá para fazer uma entrevista. Aí foi que eu comecei a dar entrada nos papeis para voltar”.

“Porque eu tenho minha mãe e meu pai vivos, e tenho amizade com minha família. Então eu estava sentindo falta da minha família. Um tio meu faleceu aqui no Brasil, e eu estava lá em Portugal e aquilo mexeu muito comigo. Eu fiquei pensando se eu perdesse os meus pais, ou meus irmãos, como eu faria para vir embora. Então, foi por isso que eu decidi voltar para o Brasil”.

Com as dificuldades enfrentadas em Portugal, principalmente em relação aos problemas financeiros, a maioria dos entrevistados esperava uma vida melhor após o retorno ao Brasil. Cinco deles afirmam ter encontrado o que esperavam, um Brasil melhor do que o que deixaram, mas dois deles se mostram decepcionados, afirmando que a propaganda que fazem lá fora do Brasil ilude, pois a realidade não satisfaz.

“Minha família [...] mesmo porque eu fui pra lá com uma cabeça de criança, tinha 20 e poucos anos [...] cheguei aqui com uma cabeça mais diferente... trabalho melhor, porque eu fiquei sabendo que aqui no Brasil estava muito bom de trabalho e lá em Portugal já não estava mais. Então foram essas coisas que eu esperava encontrar aqui... que eu acabei achando [...]”.

“Olha eu acho que eu encontrei mais do que eu esperava, eu cheguei em uma época muito boa de serviço. Inclusive eu cheguei e já logo arrumei um emprego. Eu não esperava encontrar o Brasil tão bem igual eu achei”.

“A gente via os noticiários, e no exterior eles veem o Brasil caminhando a passos muito largos para ser um país de primeiro mundo. Isso lá, mas na realidade ainda tem que fazer muita coisa no Brasil para ser isso, principalmente na área da saúde. Foi uma decepção para mim quando cheguei aqui e vi a realidade. Lá a qualidade de vida é prioridade, aqui não”.

Todos os entrevistados receberam incentivo da OIM por meio do Plano Individual de Reintegração, seja para montar um microempreendimento ou para investir em formação profissional. No caso dos que pediram apoio para abrir um pequeno estabelecimento comercial, a maioria não trabalha atualmente com o que foi previsto no PIR. Como explicado mais a frente, alguns alegam ter feito alterações em seus planos devido à percepção de que o que propuseram não era viável no mercado brasileiro depois que chegaram ao Brasil. Dois abriram o negócio e fecharam em seguida, frustrados com a falta de capital de giro para continuar os investimentos. Porém, a maioria demonstra que foram dificuldades de ordem pessoal ou familiar que impediram que tivessem sucesso em sua tentativa de montar um negócio.

Os relatos a seguir demonstram diferentes motivos por que os negócios não chegaram a ser implementados ou não deram certo.

“Eu propus no plano de negócio fazer unha de gel, só que a unha de gel em Governador Valadares é muito cara. E também ficou muito caro para montar um lugar, porque o meu bairro é muito desproporcional. Aí eu fui e troquei o meu plano de negócio. Eu conversei com o Raul e ele disse que eu poderia trocar o plano de negócio. Aí eu fui e decidi comprar as coisas e montar um churrasquinho.[...]. Só que aí como as minhas filhas entraram de férias, e eu não tinha com quem deixá-las e na minha porta passa muito carro, muita moto, é um lugar muito perigoso, aí eu decidi parar. Mas eu estou quase terminando de fazer o meu cômodo em cima da minha casa. Aí eu vou voltar a trabalhar”.

“Ao invés de abrir a lanchonete, eu fiz o curso de técnico de segurança do trabalho. Tive que mudar de ideia porque a minha amiga não veio junto comigo”.

“O curso que era pra eu fazer pela OIM era um curso de massagista, mas como estava morando depois de Contagem, ficava muito difícil deixar minha filha e ir para o curso. Aí eu fiz um acordo com eles e entrei de sócia em uma fábrica de cosméticos [...]”.

“[...] Nós estávamos contando que o dinheiro da OIM iria chegar em janeiro. Aí nós abrimos uma conta no supermercado, porque a gente não tinha dinheiro. Eu, no meu plano de negócio, coloquei que queria comprar algumas coisas de salão para fazer escova, fazer unha.[...]. Meu pai trabalha com artesanato, então a gente queria comprar uma máquina para ele trabalhar com lapidação de pedras.

Só que como o dinheiro demorou muito, e chegou em um momento que estamos endividados com supermercado, com aluguel, com farmácia, porque eu não tinha dinheiro para comprar nada, aí o dinheiro chegou a gente foi quitando as dívidas. A gente também estava precisando fazer uma reforma na casa para sair do aluguel”.

“As coisas no Brasil estão muito caras. Eu precisava de máquinas de matéria-prima como tinta e outras coisas. Eu mantive meu negócio quase 2 anos. Eu tive que fechar porque eu estava gastando muito. Eles também me assaltaram, eu comecei a ter prejuízos. Eu fiquei com muito medo. Aí eu preferi fechar”.

Dez dos entrevistados afirmaram não possuir outra renda além do trabalho que desenvolvem (não se trata aqui do PIR). Os que têm renda que não é proveniente do trabalho recebem Bolsa Família⁴ (1), aposentadoria (1). Três imigrantes enfrentam atualmente dificuldades burocráticas de registro de filhos nascidos em Portugal para obtenção de benefícios sociais.

Em relação à moradia atual, sete entrevistados afirmaram estar em moradia alugada, enquanto quatro moram em casa própria e três em casas cedidas ou divididas com parentes. Uma entrevistada foi contemplada pelo Programa Minha Casa Minha Vida⁵ de financiamento de habitação de interesse social.

Interessante ressaltar que, apesar de demonstrarem satisfação com o retorno ao Brasil, entre os 18 entrevistados, oito alegaram ter passado ou estar passando por dificuldades financeiras. Parece que a renda obtida por essas pessoas, tanto por quem tem o seu próprio empreendimento quanto pelos que são empregados, é suficiente para cobrir apenas as despesas essenciais, como moradia e alimentação, conforme relatos a seguir.

⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

⁵ O Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal brasileiro que tem transformado o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras. Em geral, o Programa acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Para ter acesso às modalidades de financiamento oferecidas pelo Programa, o candidato tem de preencher alguns requisitos, na maioria dos casos voltados à comprovação de baixa renda.

“Passo muita dificuldade financeira, já teve vez de não ter R\$1,00 para comprar um pão para minhas filhas”.

“Eu pago R\$450,00 de aluguel. O que eu ganho é para pagar aluguel e comprar alimentação para minha casa. Meus filhos estão precisando de roupas, eu não posso comprar”.

“Sim. Estamos vivendo com o dinheiro que a OIM deu para abrir o empreendimento. Estamos investindo na casa e pagando aluguel. Tive que fazer alguns bicos, cortando pedras para algumas pessoas, para conseguir trazer alimento pra casa”.

“Até o mês passado a gente não sabia para onde recorrer, todos nós desempregados. Quando a minha tia me ligou e disse que o patrão dela tinha conseguido um trabalho para mim, isso foi o início de uma melhora”.

Quando ocorre algum imprevisto, principalmente em caso de problemas de saúde, especialmente relatados por oito entrevistados, ou situações que exigem gastos adicionais, como despesas com a educação dos filhos, a renda é insuficiente, e a solução para alguns é a aquisição de empréstimos bancários. Aqueles que têm doenças crônicas e que vinham sendo acompanhados pelo sistema de saúde de Portugal afirmam que a assistência, no Brasil, não tem a mesma qualidade.

“Minha filha nasceu com problema de coração. Lá em Portugal eu tinha um ótimo atendimento para ela e aqui eu não tenho. Então, me bateu um arrependimento de ter voltado por causa disso. Eles me falaram que não têm cardiologista para atender criança em Ipatinga, a opção que eu tenho é ir para Belo Horizonte ou pagar particular. E eu tinha isso tudo de graça em Portugal”.

“Só eu, com problema de coração. Eu estou fazendo o tratamento aqui. Estou pagando particular”.

No que diz respeito às relações sociais após o retorno ao Brasil, foram exploradas algumas questões com o intuito de identificar possíveis obstáculos para a reintegração dos emigrantes devido à existência de dificuldades de interação com familiares, amigos e pessoas da vizinhança, já que é comum o sentimento de vergonha e a sensação de ter fracassado no projeto de viver em outro país.

A maioria, entretanto, disse que a relação com amigos, vizinhos e parentes não foi alterada. Vale destacar, contudo, que cinco entrevistados relataram alterações familiares decorrentes da migração, tais como: sentimento de pouco acolhimento por parte da família, apesar de muitas promessas, solidão e sentimento de abandono, como demonstrado a seguir.

“Acabou aquele carisma que tinha com a família. Vejo isso nas famílias brasileiras em geral, não só na minha família. A relação antes da migração era mais próxima, e agora é cada um para o seu lado”.

“Olha, como minha mãe foi para Portugal, e me deixou com a minha avó, a relação não ficou muito boa com a minha família. Porque eu estudava na parte da manhã, então eu tinha que dormir cedo, mas, a minha tia não deixava, porque ela falava que o quarto era dela. Quando eu ia comer, ela falava que não tinha comida. Então, eu preferi ir morar nos fundos da casa sozinha, então quem me ajudou foram meus amigos e os familiares dos meus amigos. Agora que eu voltei com a minha mãe, minha família está me tratando como se nada tivesse acontecido”.

Quando questionados sobre a opinião das pessoas quanto ao seu retorno, a maioria disse que a família e os amigos vê essa volta de forma positiva. Um deles alegou que alguns da família o percebem como um derrotado. Outro entrevistado afirmou que as opiniões das pessoas do seu convívio variam. Dois disseram que não notaram diferença nenhuma.

“Eles veem com deboche, ficam falando uns para os outros: foram para Portugal e não conseguiram nada. Veem como um plano frustrado, um sonho que não deu certo”.

“Minhas irmãs, meus pais gostaram muito, a única coisa que eu acho que assustou, é que eu engordei muito. Aí minhas irmãs acharam muito estranho. Eles não veem minha volta como um sucesso”.

“É difícil, eu nem comento muito a respeito. Igual eu vim de passagem ganhada, não é todo mundo que sabe disso. As pessoas acham que a gente vai e volta cheio de dinheiro, mas todo mundo viu a forma que eu voltei. Dependendo de todo mundo. A minha família sabe que eu trabalhei muito. Da maneira que eu vim, eu percebo que meus familiares ficaram muito decepcionados, eles não falam mas eu percebo, voltei sem dinheiro e doente”.

Mesmo com alguns obstáculos para a reintegração no Brasil, especialmente devido aos problemas financeiros alegados por 50% dos entrevistados, a metade disse estar se sentindo bem emocionalmente por ter voltado. Três apresentam oscilações quanto a estarem bem por ter regressado, dois manifestam insatisfação por ter retornado, sentem saudade de Portugal e demonstram estar divididos entre os dois países, como demonstram os relatos a seguir.

“Olha, emocionalmente sim. Meus amigos que estavam em Portugal e o pai da minha filha vieram embora. Lá em Portugal eu estava muito sozinha e ficava muito dentro de casa. Aqui eu estou me sentindo bem melhor”.

“Sinto, mas eu sinto muita saudade também de lá. [...] porque eu deixei amigos, pessoas que estavam morando juntos; sinto muita falta desse pessoal. Saudade. A gente fica preso de um lado e de outro. Do jeito que eu sinto agora, saudade de lá, quando eu estava lá eu sentia falta daqui. Essa saudade só aumentou com o tempo. Quando eles me ligam, alguns ainda me ligam, é uma alegria, sinto muita saudade mesmo. É triste”.

Todavia, muitos justificam o fato de se sentirem melhor no Brasil pela proximidade dos familiares e amigos, o que facilitaria o apoio e a assistência em situações de dificuldade. A solidão e a falta de amigos e familiares durante a estada em Portugal são reclamações frequentes. Novamente, percebe-se a importância da rede de apoio familiar para a estabilidade emocional e mesmo financeira dessas pessoas.

5.3.2.2 Assistência da OIM e apoio da ONG local – Diálogo com os retornados que receberam apoio à reintegração e contam com apoio da ONG local, CIAAT

Dos beneficiários entrevistados, quatro utilizaram os recursos provenientes do apoio à reintegração da OIM para a reforma de sua casa, não discutidos nem definidos com o parceiro local e sim assumidos por conta própria. Cinco pessoas tentaram seguir seus planos de reintegração, principalmente para a aquisição de equipamentos e investimento em formação profissional. No entanto, para quatro destas, os negócios não deram certo ou nem chegaram a ser abertos. Três mudaram os planos e investiram em algum micro-empresendimento que ainda funciona, dois como sócios minoritários de parentes e um em venda de coco. Outros dois alteraram igualmente seu PIR e optaram por algum outro tipo de microempresendimento ou curso, mas seu

negócio não está mais funcionando ou não trabalham na área na qual investiram. Mesmo no caso daqueles cujos empreendimentos continuam funcionando, a renda retirada destes não é suficiente. Apenas um apostou no negócio proposto que continua a ser um sucesso porque recorreu a empréstimos bancários para continuar investindo. Segundo seu depoimento, o recurso teve grande importância, mas não foi suficiente para manter o negócio que cresceu muito rápido, indo além das expectativas previstas no momento da elaboração do PIR.

“[...] Você dá aquele primeiro impulso, depois você fica meio órfão, porque assim, você não tem o seguimento pra isso. A quem procurar nessa instituição, se ela tem um núcleo, se ela tem uma coisa, se tem um apoio mesmo de inserir. Eu acho que isso tudo foi feito pra inserir o imigrante na sociedade. Essa ajuda é pra tentar reiniciar uma vida no seu país novamente. Eu acho que falta esse acompanhamento. A questão do valor poderia ser mais. Eu acho que quanto mais você tem um negócio, que você começa com as duas pernas, você não está manco, é claro que seu passo, sua caminhada é mais facilitada e seu retorno e sucesso não é garantido, mas fica muito mais adiantado. Isso pode estar atrapalhando porque de repente, você dá um pouco pra cada um e depois esse pouquinho vão sumindo todos, não fica ninguém. Ou seja, as pessoas abrem, fecham, não têm como continuar. E às vezes são boas propostas”.

Em relação ao apoio da ONG local, o Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT), nota-se que alguns beneficiários tiveram uma relação bem estreita com o parceiro, discutindo inclusive alterações em seus planos de negócio. Outros, porém, não chegaram a desenvolver uma relação de apoio com a ONG. Parece ficar evidente que essa relação não chegou a ser desenvolvida porque não abriram seus negócios e/ou porque não foram devidamente acompanhados pela ONG (relação precária). Os relatos a seguir demonstram a diversidade de opiniões em relação ao acompanhamento da ONG local.

“Ele me ajudou buscando na minha memória algo que eu poderia fazer de diferente. Ele me deu oportunidades de pensar coisas diferentes, que poderia dar certo, também com menos dinheiro”.

“Se o Raul tivesse vindo aqui eu ia conversar com ele pessoalmente, para ele poder me ajudar conseguir as máquinas para eu trabalhar. Como ele tem mais conhecimento, acho que ele teria me ajudado muito”.

“Não cheguei a conversar com o Raul sobre isso, quando o dinheiro chegou, eu já fui logo mexendo na casa. Depois que eu mexi na casa é que eu falei para o Raul como tinha gastado o dinheiro”.

“O Raul foi muito educado comigo, mas eu não cheguei a conversar com ele sobre nada de empreendimento. Só um dia que eu falei com o Raul que estava pensando em comprar roupas para revender. Então, o Raul falou comigo que talvez isso não desse muito certo, pois outras pessoas já tinham tentado fazer isso e não teve sucesso”.

“Não sei dizer. Eu acho que funciona mais é na logística da coisa. Estar disponível para algumas perguntas que você possa fazer. Mas eu acho que a coisa como um todo funciona muito bem. Foi prestativo, são todas pessoas que sabem tratar socialmente as pessoas. Mas eu acho que, como um todo, a coisa fica, não é que é mal costurado, mas assim, a engrenagem poderia ser melhor”.

Ao serem perguntados sobre o que poderia melhorar no Programa da OIM, sete entrevistados indicaram alguns pontos, tais como: 1/ orientações mais qualificadas por parte de pessoas que conheçam a realidade do empreendedorismo no Brasil para a elaboração do PIR e 2/ acompanhamento local mais efetivo e com estímulo de criação de associação de imigrantes retornados aqui no Brasil, como demonstra o relato a seguir.

“Acho mesmo que falta uma continuidade do processo. Saber se esse imigrante é ponto de referência, por exemplo, sou churrasqueiro, tenho muito conhecimento nessa área. Mas sozinho, e sem conhecer o mercado aí fora, trabalhando do jeito que eu trabalho, eu não tenho esse tempo... Fazendo esse meio de campo seria fundamental. O imigrante chega, acho que o primeiro apoio a ser dado era a união. Por exemplo, em Belo Horizonte deve ter muito mais imigrantes que vieram de Portugal, ou que vieram da China ou do Japão. Essa associação entre os imigrantes que chegaram seria um fator primordial pra troca de ideias, informações, até um próprio negócio em conjunto. Em vez de dar mil euros pra cada um, faz uma coisa que a partir dali, todos os imigrantes que vão chegando, você tem um grupo de pessoas que saiba a sua dificuldade, que vai te inserir no mercado de trabalho.”

“Acho que poderia melhorar por parte da OIM, no sentido da orientação do plano de negócio. Porque o custo de vida em Portugal é um, no Brasil é outro. Então, acredito que uma orientação quando a gente apresenta o plano de negócio ajudaria muito.”

À pergunta sobre o conselho que os entrevistados dariam para quem está pensando em abrir um microempreendimento, a maioria mencionou características que eles veem como essenciais para um empreendedor: persistência, paciência, planejamento, pesquisa de mercado, entre outras. Observa-se que esses conselhos foram pontuados a partir das dificuldades que eles encontraram ao implementar o empreendimento proposto, como demonstram os relatos a seguir.

“É um pouco complicado, não é fácil não. No começo é difícil, a pessoa tem que ter muita paciência. Tem que ter um projeto.”

“Eu acho que as pessoas têm que estudar no que ela quer trabalhar. Tem que entender, ser um especialista no que você faz. Se a pessoa souber mais ou menos, não compensa.”

“Eu entrei no restaurante lavando prato. Fiz faxina, fui empregado de mesa, fui churrasqueiro, já tinha experiência com caixa, antes de trabalhar com isso já tinha trabalhado em escritório. Acho que o máximo de experiência que você tem é que permite você abrir um negócio. Se não, não vale a pena não. Porque eu, mesmo com essa experiência toda, eu sinto que minha experiência não é suficiente. Preciso de outras coisas que não dependem de mim. Volta lá no núcleo esse amparo. Conhecer todo o processo daquilo que você quer trabalhar e mesmo assim, você pode esperar dificuldades.”

Com relação à forma como os beneficiários avaliam o Programa, a maioria disse ter recebido orientações da OIM quanto ao apoio à reintegração e à realidade brasileira atual na pré-partida, o que, de acordo com eles, foi importante na construção de suas expectativas em relação ao retorno ao Brasil e até na minimização dos receios relativamente à chegada ao país de origem depois de uma longa estada no exterior.

Em síntese, para além das duas sugestões já mencionadas acima, os beneficiários destacam que o programa da OIM melhoraria a partir dos seguintes aspectos:

- aumento do auxílio financeiro;
- oferta de curso de qualificação profissional para os retornados;
- acompanhamento psicológico que contribua para a sua readaptação no Brasil;

- redução da burocracia para a chegada dos recursos nas mãos dos beneficiários.

No que se refere à reintegração no Brasil, a maioria dos entrevistados respondeu que se sente reintegrada na sociedade brasileira, especialmente por estar perto de familiares e amigos. Apenas três relataram não se sentirem reintegrados devido às diferenças culturais que determinam o funcionamento dos diferentes serviços. Alegam que passaram muitos anos fora do Brasil e se reintegrar é difícil mesmo, como demonstram os depoimentos a seguir.

“Estou me sentindo um peixe fora d’água. Como eu vi como as coisas funcionam fora do país, com relação à área da saúde e outras áreas também. Quando cheguei no Brasil, e vi como as coisas estão, fiquei muito triste e decepcionada”.

“[...] eu acho que integração é a palavra complicada. Me sinto parte. Sei que sou brasileiro. Integrado é complicado. São 11 anos em um país e não tem nem 3 que estou aqui. Ainda estou meio cru em muitas coisas. Só agora que eu ando de ônibus e não penso que ele vai bater noutra carro. E não acho que o motorista está correndo demais, que ele é mal educado, mesmo entendendo que no Brasil tem um ritmo acelerado. Com licença, muito obrigado, essa coisa que você tem na Europa, o respeito, toda essa coisa que no Brasil é muito informal, eu acho que não estou não. Porque você sente falta. Você acha que pode ser diferente”.

À pergunta sobre o desejo de ir para o exterior novamente, oito responderam que sentem essa vontade, apontando o destino principal como sendo Portugal. Apenas um dos oito afirma que o destino seriam os Estados Unidos. Contudo, a maioria dos que responderam afirmativamente pretende viajar a passeio (cinco), ainda que três pensem em emigrar novamente (um para trabalhar e um para estudar).

5.3.3 São Paulo

Foram entrevistados 11 beneficiários, todos beneficiados com recursos de reintegração para serem utilizados na abertura de um microempreendimento, sendo que nove foram acompanhados pela ONG local e dois não.

FIGURA 14

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DE SÃO PAULO

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade
Rita Cristina Vasone	46 anos	F	Divorciada	2º. Grau completo (Técnica em Enfermagem)
Vander Rodrigo dos Santos	28 anos	M	União Estável	1º. Grau completo
Edson Barbosa da Silva	38 anos	M	Solteiro	1º. Grau completo
Ana Maria Afonso Durães	41 anos	F	Casada	1º. Grau incompleto
Luciel Ferreira da Cruz	41 anos	F	Solteira	2º. Grau completo
Tatiane de Carvalho	33 anos	F	União Estável	2º. Grau completo
Maria Célia Valeriano Cruz Silva	44 anos	F	Casada	2º. Grau completo
Nildo Santos	47 anos	M	Divorciado (Vivendo atualmente em União Estável)	1º. Grau incompleto
Antônio Oliveira das Graças	38 anos	M	Solteiro	2º. Grau completo
Magaly Ferraz da Silva	51 anos	F	Divorciada	1º. Grau completo
Marta Cecília Monteiro de Mello	53 anos	F	Casada	2º. Grau completo

FONTE: PESQUISA DOS AUTORES

Os dados coletados por meio das entrevistas, como nos outros estados, foram organizados e analisados compreendendo dois blocos caracterizados como se segue:

- Percurso Migratório – Diálogo com os retornados sobre a vida no Brasil antes da migração e a experiência em Portugal
- Assistência da OIM e apoio da ONG local – Diálogo com os retornados que receberam apoio à reintegração e contam com apoio da ONG local

5.3.3.1 Percurso Migratório – Diálogo com os retornados sobre a vida no Brasil antes da migração e a experiência em Portugal

Num primeiro momento do roteiro, foram feitas perguntas relacionadas à vida no Brasil antes da migração. As respostas para a pergunta sobre as razões da migração estão relacionadas à perspectiva de melhoria de vida/

estabilidade financeira, já que, embora apenas um estivesse sem trabalho na época, era comum a ideia de que em Portugal havia facilidade em conseguir trabalho e prosperidade. Como se percebe em alguns depoimentos, a perspectiva era retornar ao Brasil com melhores condições financeiras, como fica claro nas respostas abaixo:

“Fui com minha companheira para Portugal. Esperava encontrar um futuro próspero, do qual eu me decepcionei”.

“[Esperava encontrar] Uma vida melhor, né? Achei que eu ia conseguir trabalhar, juntar e mandar alguma coisa aqui para o Brasil”.

“[Esperava encontrar] Emprego. Não tinha o pensamento de viver lá. Era só emprego mesmo. O objetivo era financeiro”.

As 11 pessoas entrevistadas conheciam algum brasileiro, de modo geral bem-sucedido, que vivia em Portugal e, como era de se esperar, algumas afirmaram que essa situação contribuiu para o desejo de mudar, aliado, claro, a outras razões, como estabilidade financeira ou motivações mais pessoais, como problemas conjugais ou separação no Brasil.

“Na época estava indo bastante amigos nossos, e eu tinha uma pré-escola e ela estava meio fraca de alunos, porque o prefeito colocou duas creches do lado, aí eu fiquei no meio, e a situação aqui do Brasil é complicada, né?! Aí eu fechei a escola e fiquei meio perdida. Aí fui eu, meu marido e meus três filhos, meus filhos já eram todos grandes, tinha um de menor e o outros já era de maior”.

“Eu fui para lá na época que eu tinha me separado, aliás, eu nem fui para trabalhar, eu fui porque meu filho estava lá, e para ficar lá uns três ou quatro meses e vir embora, só que acabei por gostar de ficar lá, arrumei trabalho, arrumei amigos e fiquei”.

“Porque a família do meu marido tinha parentes lá, eu também tive uma boa proposta de trabalho aí fui embora para lá. Eu tinha uma história de violência doméstica no Brasil, com meu marido, essa minha cunhada [que estava lá] é como uma irmã, então ela me apoiou”.

Apenas uma entrevistada afirmou que a motivação para migrar estava ligada ao desejo de viver em outro país.

Dentre os entrevistados de São Paulo, todos fizeram o trajeto migratório na primeira década do século XXI, não havendo uma concentração maior num ano específico. A última partida do Brasil aconteceu em 2009. Do total de entrevistados, nove declararam ter deixado filhos no Brasil.

O segundo bloco de perguntas do roteiro estava voltado para a experiência em Portugal, com ênfase em trabalho, moradia e sociabilidade. Como ficou claro no primeiro tópico deste estudo, a principal expectativa dos entrevistados do estado de São Paulo com a migração era encontrar um bom trabalho em Portugal e, com isso, se estabilizar financeiramente. Muitos, inclusive, explicitaram que tinham interesse em voltar para o Brasil mais bem estabelecidos.

A experiência de trabalho em Portugal, quando da chegada ao país, parece ter sido, de modo geral, bem-sucedida. Mesmo que alguns tenham encontrado um trabalho inferior à sua expectativa, apenas duas pessoas afirmaram ter tido dificuldades no início. Provavelmente isso está ligado ao fato de que todos os entrevistados ficaram pelo menos cinco anos no país, tendo chegado lá antes da “crise dos países da zona do euro”.

“Eu trabalhava com idosos, ganhava 3.000 euros. No final que meu patrão morreu aí tive mais dificuldade de arrumar emprego porque o país estava em crise”.

“Com relação a trabalho estava bom, eu tive sorte na minha área que era a construção civil. Eu cheguei em um dia e comecei a trabalhar no outro”.

“Eu tinha trabalho bom lá, viu, na semana que eu cheguei eu peguei um trabalho para trabalhar numa vivenda para cuidar de duas meninas, e fiquei quatro anos. Depois eu saí e fui trabalhar em um motel, fiquei um ano e pouquinho”.

“Lá eu fiz um pouco de tudo, trabalhei em restaurante, bar, limpeza. Um pouco de cada coisa. Eu cheguei a ficar regularizada no trabalho”.

“No início foi muito complicado, eles pediam documentos e eu não tinha. Aí eu comecei a trabalhar entregando panfletos, aí depois fui para construção civil”.

Em relação à moradia e às relações sociais e de amizade em Portugal, também a experiência dos paulistas parece ter sido boa, pelo menos quando comparada à experiência dos retornados de Goiás. Todos disseram que fizeram amigos, ainda que poucos. Nenhum dos entrevistados reclamou da moradia e tampouco do valor do aluguel, mesmo que, como se verá pelos trechos dos seus depoimentos, tenha havido quem morasse em uma casa apenas com a família e quem dividisse a casa com outros casais ou alugasse quarto/cama em alguma residência.

“Morava em um apartamento todo mobiliado, porque eu ganhava bem e conseguia pagar o aluguel”.

“Morei de aluguel. No início eu morei com quatro casais. Eu, meu marido, mais três casais [...]. Só que depois de três anos que meus filhos foram morar comigo aí a gente alugou uma casa só para a gente, aí morava nós quatro e a cachorra”.

“A princípio morava com meu filho, mas ele e minha nora se separaram, ele foi morar em uma casa eu fui morar em outra e depois fiquei morando sempre sozinha até a minha filha ir e depois fiquei morando sempre com ela”.

“Eu morava num apartamento muito bom, era do meu ex-patrão [...], ele alugou bem barato para mim. Morava eu, meu marido, meus filhos, e depois minha nora [...]”.

“Fiz muitos amigos brasileiros e indianos”.

“Os portugueses em si, quando você faz amizades, são bons. Bem melhor que muitos brasileiros [...]. As amizades que eu fiz foram verdadeiras. Eu tinha mais amigos portugueses [...]”.

“Sempre tive boas amizades. Tive muitas amizades do Brasil e também da África”.

À pergunta sobre quais motivos os levaram a retornar ao Brasil, nenhum dos entrevistados respondeu ter voltado depois de ter alcançado o seu objetivo, em geral relacionado à estabilidade financeira. As motivações para retornar

podem ser divididas em três blocos: crise em Portugal; problemas de saúde de alguém da família (no Brasil ou em Portugal); outros motivos, conforme demonstram os relatos a seguir.

“Portugal estava em crise, eu e meu marido estávamos desempregados. A gente não estava tendo dinheiro nem para pagar o aluguel”.

“Meu marido já não estava mais trabalhando, por causa da cirurgia da cabeça, ele teve um tumor na cabeça. Eu sozinha trabalhando, e meu filho com duas crianças pequenas, aí começou a ficar mais complicado”.

“Porque eu não tinha documentação, eu fiquei oito meses em uma casa abrigo escondida do meu marido, porque ele me espancava. Eu não tinha trabalho e o prazo para ficar em uma casa abrigo era nove meses”.

“Decidi voltar, primeiro porque já estava há muito tempo longe e tive um problema com o meu filho do meio aqui, um problema sério, ele precisava de mim por perto, aí eu voltei”.

Para além dos motivos acima, quatro dos retornados relataram esperar encontrar uma vida melhor no Brasil, já que estavam enfrentando dificuldades em Portugal, especialmente no que se refere aos problemas financeiros e, talvez mais importante, em relação ao apoio da família. Quatro disseram que regressaram sem vontade de retornar e, portanto, pensavam em encontrar mais problemas aqui do que os enfrentados em Portugal. Como se verá nos depoimentos, nem sempre a expectativa correspondeu ao que de fato encontraram aqui:

“Eu não esperava encontrar grande coisa. Mas eu cheguei e encontrei a cidade modificada. Sobre trabalho, na minha região, mudou muito. Na minha área da construção civil tem muito emprego”.

“Eu não sabia como estava o Brasil, na verdade eu fiquei com medo, porque aqui é muito violento. Mas, graças a Deus, está tudo bem, eu estou empregada”.

“Todo mundo falava: O Brasil está bem melhor! Eu não achei diferença. Notei diferença assim, a gente acostuma fácil com coisas boas; com as coisas ruins já é mais difícil”.

Dos 11 entrevistados no estado de São Paulo, sete afirmaram que o retorno atendeu a suas expectativas, citando como principais motivos a proximidade com a família e a situação profissional.

“Eu cheguei no Brasil sem nada e tive o apoio da minha família”.

“As coisas melhoraram bem aqui no Brasil, os meninos já estavam crescidos. Os salários melhoraram. Eu gostei”.

“Porque eu encontrei trabalho, meus colegas, minha família. Os meus clientes de seis ou sete anos atrás sabendo que eu tinha retornado, me procuraram. Porque meu pai sempre foi empreiteiro, e eu segui o que ele fazia”.

Desses sete, três disseram que, apesar de o retorno ter atendido às expectativas, ainda não estavam adaptados ou bem estabelecidos:

“Melhorou bastante a cidade. Agora, eu tive muita dificuldade de adaptação, porque como eu convivi muito com indianos, o pessoal da minha cidade ficava rindo de mim. Então, eu gostava de ficar mais isolado”.

“Precisa melhorar o meu empreendimento, até hoje não consegui comprar a minha casa. Isso é o ganha-pão para a gente não passar fome. Graças a Deus temos saúde e coragem para trabalhar”.

“Primeiro porque estou perto da minha família novamente, mas na realidade ainda estou me adaptando, ainda não foi 100%, ainda estou me adaptando”.

As justificativas apontadas para as quatro pessoas que disseram que o retorno não atendeu às suas expectativas estão vinculadas ao trabalho/dificuldade financeira e a certa dificuldade de adaptação, de maneira geral.

“Passei muita dificuldade, meu CPF⁶ estava cancelado, Não tinha dinheiro, eu não tinha o que dar de comer para minhas filhas”.

⁶ CPF, Cadastro de Pessoa Física, é o equivalente ao Número de Identificação Fiscal em Portugal.

“Cheguei, comecei a trabalhar, e na semana passada fui dispensada do trabalho”.

“Morei cinco anos em Portugal. Vamos dizer que não tem nada a ver com isso daqui. Aí eu vim embora de uma vez para morar em um lugar assim como você viu, totalmente diferente. Sujo, o custo de vida aqui é alto [...]. Me decepcionei, mas eu tinha que voltar. Não era só eu. Se fosse só eu estava lá até hoje. [...] Trabalhava em um serviço ruim, entre aspas, tinha meu salário totalmente diferente. Segurança, tudo bem que eu vim para São Paulo, mas é diferente”.

Apesar das respostas por vezes negativas em relação ao retorno, dos 11 entrevistados, apenas uma pessoa, que perdeu o emprego no dia da entrevista, não estava trabalhando.

Um aspecto digno de nota é o fato de que, das 11 pessoas entrevistadas, apenas três afirmam ter algum problema financeiro no Brasil, sendo que uma delas tinha perdido o emprego no dia da entrevista. Um deles por dívidas que assumiu antes de ir para Portugal, e outro porque estava esperando retorno do empreendimento. Mesmo assim, e diferentemente dos entrevistados em Goiás, a maioria diz sentir saudades de Portugal. Vale destacar que dois entrevistados recebem auxílio do Programa Bolsa Família devido à sua situação de vulnerabilidade econômica e social.

No que se refere às relações sociais após o retorno ao Brasil, foram exploradas algumas questões com o intuito de identificar possíveis obstáculos na reintegração dos imigrantes devido à existência de dificuldades de interação com familiares, amigos e pessoas da vizinhança, já que é comum o sentimento de vergonha e a sensação de ter fracassado no projeto de viver num outro país. A maioria, contudo, disse que a relação com amigos, vizinhos e parentes é boa. Mesmo aqueles que afirmaram não ter muitos amigos não reclamam. Quando perguntados sobre a opinião das pessoas a respeito do seu retorno, a maioria disse que a família e os amigos vê essa volta de forma positiva e que ficaram felizes com o retorno. Uma pessoa coloca que alguns familiares acreditavam que ela voltaria em melhor situação financeira.

“Olha, uns acham que a gente ia voltar melhor, pois eles pensam que lá eu ganhava mundos e fundos. Minha família, que eu considero, minha mãe, meu pai e minha irmã eles gostaram muito. Me deram a maior força”.

“Me receberam bem, eu também não procuro saber o que eles acharam”.

“Olha, as minhas irmãs, minha mãe, dizem que foi a melhor coisa que aconteceu porque eu era a única pessoa da família que estava fora”.

Mesmo com a reintegração no Brasil, no caso do estado de São Paulo, ter se dado de forma aparentemente tranquila, já que apenas uma pessoa está sem emprego, e dos 11 entrevistados só três afirmaram ter algum problema financeiro, muitos alegam que ainda não estão totalmente bem adaptados ao Brasil e que sentem muita saudade de Portugal. Provavelmente isso se deve ao fato de terem passado muito tempo naquele país, pois, como já dito, todos estiveram em Portugal por pelo menos cinco anos. Assim, mesmo aqueles que dizem se sentir bem no Brasil ressaltam a saudade de Portugal.

“Olha, eu me sinto bem, mas tenho muita saudade de lá. Às vezes aparece algum problema e dá vontade de ir embora”.

“Vivo aqui, mas a cabeça está lá. Isso torna mais difícil (...) às vezes sim, às vezes não. Às vezes eu estou bem. Tem dia que estou mais ou menos, como eu estou hoje”.

“Sinto [bem]. Só que tem um porém, se eu pudesse eu voltaria. Mas com documentação, com tudo legal, tudo certinho para não passar o que eu passava lá. Às vezes tinha medo de sair à noite. Tinha medo da polícia pegar, essas coisas assim. Não que fizessem isso. A gente podia ir e vir, não tinha problema, mas tinha dia que eu queria dar uma volta, sabe? Queria fazer coisas lá que a gente não podia fazer porque era imigrante”.

“Me sinto bem, mas fico com saudade dos amigos que ficaram lá, mas me sinto bem sim”.

5.3.3.2 Assistência da OIM e apoio da ONG local – Diálogo com os retornados que receberam apoio à reintegração e contam com apoio da ONG local

Dentre os imigrantes entrevistados, cinco trabalham no que propuseram no PIR acertado com a OIM e parecem satisfeitos. Três mudaram a finalidade dos microempreendimentos propostos para a alternativa que consideraram mais viável e estão também satisfeitos, com seus negócios funcionando. As razões

apresentadas para as mudanças no PIR são diversas: dificuldade de “*entrar no mercado*” com o que pensaram; “*muita concorrência*”; o fato de o recurso recebido pela OIM ser insuficiente ou ter atrasado. Duas entrevistadas estão em processo de abertura de seu microempreendimento e apenas uma investiu na construção de sua casa em vez de abrir um empreendimento. Essa última alega que ao chegar ao Brasil encontrou a casa para cuja construção vinha mandando recursos ainda incompleta, não podendo morar nela, tendo precisado usar os recursos propostos para o PIR no acabamento da obra.

“[...] não deu certo. Quando eu voltei, já tinha muita concorrência, já tinha muita gente fazendo chocolates para vender nas fábricas. [...] Eu trabalhei, mas fiquei com isso pouco tempo. Aí o dinheiro acabou porque eu apliquei, aí eu falei, a gente vai ter que ter esse retorno. Aí nós começamos a pegar esse retorno, eu comecei a trabalhar na fábrica e meu marido trabalhava fazendo sapatinhos de bebê em casa, e aí tivemos a ideia de fazer uma fábrica pra gente”.

“Eu comprei uma máquina de estampar camisa e é um mercado que já tem muita gente trabalhando, é muito difícil entrar nesse mercado”.

“Eu pretendia trabalhar com vendas, abrir uma loja, mas não deu certo, porque a ajuda demorou uns trinta dias para chegar, então foi aí que fui para construção civil, com o dinheiro da OIM comprei um carro, mas a situação apertou novamente, aí eu tive que vender o carro. Como a ajuda chegou depois de 1 mês, eu não quis ficar pedindo ajuda para minha família, aí me envolvi na construção civil, o carro me ajudou para carregar as ferramentas. Com a compra do carro eu conseguia pegar serviços em outras cidades, então, esse carro me ajudou muito”.

“Não. Na verdade eu comecei, já tinha o ponto olhado, tudo certinho, só que quando cheguei aqui, vim com um trabalho e uma casa. Eu estava lá e não sabia, segundo uns parentes falaram: olha, a gente tem uma casa que dá pra você vir e morar direitinho, só que quando a gente chegou, a casa não era totalmente uma casa, era uns cômodos que estavam em construção, tanto é que teve uma moça da ASBRAD, a Marly, que esteve lá, fez uma visita, viu a situação. Eu queria trabalhar e montar o meu [salão], só que, assim, eu desisti do salão pra dar entrada, pra terminar a casa, entendeu?”.

Das pessoas que conseguiram abrir o negócio, três afirmaram não ter tido dificuldades no processo de abertura. As outras duas apontaram como dificuldades o custo financeiro para o início de um empreendimento e a divulgação do negócio, dificultada pela intensidade da concorrência. Todos os

entrevistados que abriram o empreendimento alegaram já ter tido progresso no que diz respeito ao aumento dos clientes e ao retorno financeiro. Apesar disso, dois deles alegaram não depender exclusivamente da renda do negócio, sendo necessário complementá-la com outras atividades.

Quando questionados sobre os impactos da sua atividade na comunidade em que vivem, apenas dois entrevistados disseram que o seu empreendimento tem afetado positivamente a região no que diz respeito à geração de empregos, como demonstram os relatos a seguir.

“[...] empreguei vários pais de família. Eles estão aqui com a gente. Temos 10 funcionários. E sem emprego eles não teriam como se sustentar”.

“Eu trabalho com mais um pedreiro e mais um ajudante de pedreiro”.

À pergunta sobre que tipo de apoio adicional os retornados precisariam para facilitar a abertura do negócio, dois responderam que seria a disponibilização de mais recursos financeiros, dois apontaram a necessidade de um espaço físico específico para o funcionamento do empreendimento, separando-o da sua residência, e um disse que o valor fornecido pela OIM deveria ser depositado mais rapidamente.

Quanto ao conselho que os retornados dariam para quem deseja abrir um negócio, as respostas variaram desde a necessidade de se ter força de vontade, perseverança e paciência, até a importância de se ter conhecimento sobre empreendedorismo, questão já citada anteriormente:

“Não desanimar, não desistir, o começo é muito difícil, apesar que para mim foi uma maravilha”.

“Tem que ter coragem e força de vontade. Falar é fácil, depois que você está dentro é que você vai vendo”.

“Eu acho que o principal é ter um pouco de paciência pelo menos no princípio, porque os primeiros dois ou três meses são meio complicados, se você não tiver força de vontade, você desiste, fala ‘não vai dar certo’. Qualquer coisa quando está começando, principalmente quando você está fora e chega, você não conhece ninguém, não sabe como que é, então, é ter paciência mesmo”.

“Tem que ter cabeça, uma visão de empreendedor”.

“A pessoa tem que trabalhar na área que ela sabe. Igual eu, por exemplo, comprei a máquina de camisa achando que ia ganhar muito dinheiro, só que eu nunca tinha mexido com isso. Já a lanchonete, tem 20 anos que meu pai trabalha no comércio, e eu ajudava ele. Então, eu tenho experiência nesta área e tudo fica mais fácil quando a pessoa tem experiência”.

Com exceção de um entrevistado que disse ter tido conhecimento do programa da OIM por meio de uma reportagem em um programa de televisão, todos os outros souberam da instituição por meio de amigos ou pessoas que já tinham recebido o benefício para retornar ao Brasil.

Dos 11 entrevistados, a grande maioria (nove) disse ter recebido orientações por parte da OIM antes do retorno, considerando-as importantes para a sua reintegração no país. Relativamente aos outros dois, uma afirmou ter obtido mais orientações da funcionária Elisângela, da ASBRAD, do que da OIM, e a outra alegou que as informações prestadas auxiliaram apenas em parte, já que quando os migrantes retornam, encontram uma realidade diferente da que imaginavam.

Sete dos entrevistados consideram que o recurso financeiro fornecido pela OIM foi suficiente porque corresponde a um incentivo fundamental para que os retornados recomecem a sua vida no Brasil:

“Foi muito bom, mas faltou. Mas foi um grande empurrão, porque não deu certo o negócio do chocolate, aonde a gente pegou foi fazendo as cobranças, guardou, deixou um pouco e depois utilizamos o dinheiro para fazer os sapatinhos”.

“Para quem não tinha nada foi muito importante. Porque vir sem nada para recomeçar é difícil”.

Os entrevistados que afirmaram ser insuficiente o recurso disponibilizado pela OIM justificaram tal colocação dizendo que é alto o custo da abertura do negócio, especialmente no que se refere à infraestrutura:

“Não, porque uma betoneira custa 1.600 reais, 1.400 reais. Ajudou porque chegar do nada como eu cheguei, demorou um pouco para esse dinheiro chegar na minha mão”.

“O dinheiro que eles mandam é muito pouco e as coisas aqui são todas muito caras. Tem gente que vai e aluga, e depois tem que fechar, fica com mais dívida, e é complicado. É pouco, mas dá pra ajudar um bocadinho”.

“Foi importante, mas, na verdade, eu precisava de mais porque eu me separei e tudo o que eu tinha eu deixei para ela. Então eu praticamente vim sem nada, mas eu agora estou conquistando tudo outra vez”.

“O que você faz com 2.000 aqui? E, na verdade, eu já estava sem dinheiro em casa, eu já não tinha mais dinheiro. Eu comprei a máquina de frango, comprei um freezer que é caro, sobrou 200 reais e eu acabei gastando em casa esse restante, pagando água e luz, porque não tinha de onde tirar”.

Entre as dificuldades enfrentadas para o recebimento do recurso da OIM, foi apontada, principalmente, a demora do depósito:

“Demorou mais de dois meses para receber esse dinheiro, depositaram em conta corrente”.

“Sim, o dinheiro demorou um pouquinho para chegar, na verdade eu acho que foi mesmo a burocracia, porque o dinheiro já estava aqui no Brasil, só que nunca que chegava, mas a Elisângela me orientou que ia demorar um pouco mesmo”.

Dois beneficiários disseram que retornariam ao Brasil mesmo sem o apoio da OIM, sendo que um deles afirmou que o retorno seria bem mais difícil. O restante alegou que não conseguiria voltar se não tivesse recebido o auxílio à reintegração.

Dos 11 entrevistados, apenas três não utilizaram o recurso para a realização dos seus planos de reintegração: uma entrevistada utilizou o dinheiro para pagar o aluguel e comprar remédios, outra para reformar a casa, e um entrevistado comprou um carro, como mencionado anteriormente.

Todos os retornados afirmaram que o auxílio financeiro fornecido pela OIM contribuiu para a sua reintegração no Brasil, pois significou um importante impulso para que recomeçassem a vida no país, sendo que alguns ressaltaram o fato de que nem teriam condições de voltar sem esse apoio:

“Não ia conseguir voltar para cá, ia precisar de ajuda porque eu fiquei muito desestruturada quando fiquei sabendo que meu irmão estava muito doente. Sem esse auxílio eu iria precisar da ajuda de amigos e da família para retornar e recomeçar a minha vida aqui”.

“Sim. Porque eu comprei a minha moto e estou trabalhando”.

“Todo o dinheiro recebido eu comprei ferramentas para trabalhar na empreiteira”.

“Consegui comprar as máquinas e materiais para começar o meu trabalho”.

“Consegui comprar um freezer, a máquina de frango”.

Os beneficiários de São Paulo, de maneira geral, elogiaram o serviço prestado pela ONG ASBRAD, como demonstram os relatos a seguir, porém alguns não identificam o profissional que o acompanhou como representante do parceiro local.

“A Elisângela sempre foi muito prestativa, foi ela que me levou para todos os lugares, conseguiu para mim os benefícios que eu ganho, me encaminhou para fazer curso, também me encaminhou para o CRAS da mulher”.

“Eles não descuidaram, quando eu cheguei aqui tinha um pessoal no aeroporto aqui à minha espera. Ela sempre me ligava, ela chegou a vir aqui”.

“Mais ou menos, vinha uma moça, acho que ela é lá de São Paulo, eu não sei o nome dela, acho que é Elisângela. Ela me ajudava, ela conversava comigo, ela ia lá em casa, ela via minha situação, ela tentou até me ajudar, mas depois ela sumiu. Não falei mais com ela. Ela entrou em contato várias vezes”.

“Quem está me acompanhando é a Marly. Ela já veio na minha casa, fez entrevista comigo. Ela é uma assistente social, ela me deu conselhos com relação a como utilizar o dinheiro”.

Todos consideram que foi suficiente e importante o apoio prestado pela ASBRAD, tanto pela orientação que eles receberam sobre questões burocrá-

ticas e financeiras quanto pelos incentivos e conselhos fornecidos pelas funcionárias que os acompanharam.

É unânime a opinião de que o apoio fornecido pelo Programa da OIM facilitou a sua reintegração no Brasil. Dentre os motivos apontados, destacam-se a possibilidade de adquirir recursos para a abertura de microempreendimento, a realização de uma formação profissional e, conseqüentemente, o fato de recomeçar a vida em seu país de origem e o apoio emocional dado pelas funcionárias da ONG local.

Quanto aos aspectos do programa da OIM que precisam ser melhorados, na opinião dos entrevistados, foi apontada a burocracia do programa e, principalmente, a demora para o depósito do dinheiro, fator ressaltado pela maioria. Um dos entrevistados acha que deveria haver um acompanhamento dos retornados pela própria OIM, e outra entrevistada citou a insuficiência do recurso financeiro fornecido pela instituição. Apenas dois entrevistados disseram que não há nada do programa que precisa ser melhorado:

“Acho que quando a gente se inscreve lá e essa ajuda que eles dão, se fosse quando a gente chega no Brasil e o dinheiro já tivesse disponível ajudava mais. Porque a gente chega, igual eu cheguei, vou trabalhar nisso, vou trabalhar naquilo, o dinheiro nunca chegava, demorou quase quatro meses. Fui desanimando também com isso. Já que voltou não vão mandar. Ligava para Elisângela, ela não tinha a resposta desse dinheiro, pensei: eles estão te enrolando, eles não vão mandar esse dinheiro. E tudo isso vai desanimando também. Até eu falei: quando esse dinheiro chegar não vai ter nem graça mais para a gente trabalhar”.

“Acho que o único problema é a demora, né?!”

“Para falar bem a verdade, eu não tenho que reclamar não, de nada. Tá certo que com 2.000 reais você não faz nada aqui no Brasil, mas eu já tenho que agradecer só das passagens, eu não tenho mais o que reclamar. Só de pagar para mim o retorno já foi muito”.

Ao serem questionados sobre as expectativas em relação ao retorno ao Brasil, a maioria respondeu que esperava conseguir um emprego. Uma entrevistada declarou que gostaria de rever a família e outra disse ter sentido medo de que as condições sociais e econômicas no Brasil não fossem favoráveis.

Apenas duas entrevistadas afirmaram que o retorno não atendeu às suas expectativas, uma porque ainda não conseguiu abrir o seu negócio, a outra por ter enfrentado muitas dificuldades com o empreendimento, especialmente na divulgação:

“Achei que as coisas iam ser mais fáceis. Que eu ia chegar aqui e ia trabalhar. Trabalhar com minhas coisas, com os projetos que eu tinha lá. Só que não. Pra começar, eu não conheço ninguém quase. Se fosse o caso de já ter ponto, abrir ia ser mais fácil. Igual, vou começar a divulgar com as pessoas, é mais complicado. Eu não sou muito de falar. Quem é muito de falar é minha irmã. Sair divulgando se torna mais difícil”.

O restante dos entrevistados disse que a reintegração atendeu às suas expectativas porque conseguiram se reinserir no mercado de trabalho. Uma citou, ainda, o fato de estar perto da família novamente:

“Eu gostei de ter voltado, as coisas estão melhores aqui no Brasil”.

“Porque estou trabalhando muito, meus clientes antigos retornaram, temos uma equipe de muitas pessoas e estamos progredindo”.

“Foram sim, porque estou trabalhando com o que eu havia planejado”.

“Primeiro porque estou perto da minha família novamente, mas, na realidade, ainda estou me adaptando, ainda não foi 100%, ainda estou me adaptando”.

Apesar das dificuldades, a maioria dos beneficiários se sente reintegrada na sociedade brasileira novamente, alguns por estarem de volta ao seu país de origem, outros por se encontrarem em uma condição melhor do que a que estavam em Portugal:

“Aqui eu estou no meu país. Eu tenho crédito. Eu quis comprar a moto e já consegui. Por estar no meu país é mais fácil de conseguir as coisas”.

“Estou trabalhando, bem de saúde, e isso é muito importante”.

Apenas duas pessoas disseram que ainda não se sentem reintegradas e, ao que parece, a principal causa é a dificuldade de adaptação:

“Eu acho que totalmente é difícil, porque querendo ou não você tem uma vida diferente lá, eu gostava de morar lá, só voltei mesmo porque tinha que voltar”.

“As pessoas. É uma diferença, até para conversar. Não sei, é diferente”.

Dos 11 entrevistados, quatro afirmaram que não falta nada para que o seu retorno ao Brasil seja bem-sucedido. Os outros alegaram que ainda precisam prosperar no negócio que abriram. Alguns apontaram a necessidade de se relacionarem melhor com as pessoas, enquanto uma pessoa alegou que seria preciso melhorar o transporte público da região em que mora:

“Não sei. Não sei se o problema está em mim ou em eu conviver com as pessoas. Eu acho, certamente, que é em mim. Mesmo assim. Eu fico aqui assim, igual hoje: pra sair lá fora no portão foi uns dois minutos. Fico sempre aqui dentro. Então, eu acho que se eu me abrisse mais com as pessoas, seria mais fácil pra mim, mas do jeito que está vai ser meio difícil”.

“O pouco que falta é eu me reintegrar melhor, arrumar amigos, essas coisas. Eu sinto um pouco de falta, o resto, tá tudo certinho, tudo normal”.

“Eu tenho que conseguir viver melhor, porque onde eu moro é difícil o transporte, é só melhorar um pouco. No mais, está tudo bem”.

Sobre as suas expectativas para o futuro, a maioria respondeu que era crescer profissionalmente, seja no empreendimento que abriu, seja como empregado, ou adquirindo uma nova formação. Uma, ainda, disse ter o objetivo de comprar um imóvel.

Duas entrevistadas, entretanto, não se mostraram motivadas quanto ao seu futuro devido à dificuldade de adaptação, como comprovam os relatos a seguir.

“Olha, expectativa mesmo, se eu te falar... Vou ser sincera. Não tenho nenhuma. Totalmente desanimada. Não sei, pode ser que daqui um mês ou dois eu possa até mudar de ideia, largar tudo isso aqui, ir embora pra Minas. Às vezes ir pra Minas é pior. Lá tem meu pai, tenho irmãos que estavam em Portugal e estão lá também, voltaram também”.

“Eu agora estou meio parada, por tudo que aconteceu. A minha cabeça está focada só no meu filho, hoje fica um pouco difícil, mas eu vou sair dessa e vou melhorar”.

Todos afirmaram que gostariam de ir para o exterior novamente, mas, dentre eles, sete iriam novamente para Portugal somente a passeio. Três dos entrevistados disseram que gostariam de morar novamente em Portugal porque o país possui melhores condições do que o Brasil, sendo que uma se sente arrependida de ter retornado. Há ainda um que disse ter vontade de morar em Dubai porque conhece pessoas que obtiveram sucesso profissional nesse país.

5.4 Diálogo com os parceiros

Nesta seção, são apresentadas as opiniões dos parceiros da OIM sobre o processo de reintegração dos beneficiários na implementação do Programa. A natureza diversa dos objetivos dessas ONGs, já apontada na Seção 2.1 deste relatório, permite enriquecer o processo de avaliação, uma vez que mostra olhares diferentes sobre uma mesma realidade e pontua as dificuldades vivenciadas por aqueles que têm o contato direto com os retornados quando da chegada, no momento em que se deparam com a nova realidade.

5.4.1 Projeto Resgate

A entrevista foi realizada com o pastor Marco Aurélio, que indicou ter o projeto muitas vantagens, pois contribui no resgate da pessoa que volta em situação de vulnerabilidade.

O acompanhamento é feito segundo a metodologia da OIM, mas dependendo do caso algumas adaptações são realizadas para melhor atender ao retornado.

O grande problema que indica é o atraso no envio do dinheiro previsto. Segundo Marco Aurélio, isso contribui para comprometer a confiança do retornado no Programa. Ademais, frente às despesas que vão se avolumando, mudanças vão acontecendo no projeto até o ponto do recurso, quando disponível, só servir para quitar as dívidas.

Observou que, quando o retornado está focado em uma proposta e tem algum conhecimento de como executar as tarefas, as chances de sucesso são maiores. Citou dois casos de sucesso, o retornado que montou uma marmoraria e outra pessoa que trabalha com confecção. Em ambos os casos os beneficiários chegaram com foco na atividade que queriam desenvolver e utilizaram os recursos disponibilizados para esse fim. Interessante notar que, enquanto aguardavam a chegada do valor prometido, realizaram atividades visando à abertura do empreendimento.

A ONG desenvolve outras parcerias voltadas para o acolhimento a brasileiros retornados. Foram citadas parcerias com, dentre outras, a Asociación Comisi3n Cat3lica Espa3ola da Migraci3n (ACCEM), a MattwerkBij Terugkeer (Ag4ncia de Medida3o para o Retorno) da Holanda, e ainda a OIM da Suia3a e da It3lia. Essas parcerias criam sinergia e permitem o trabalho em rede, que tem por base a estrutura da igreja. Tal fato facilita a identifica3o de oportunidades e o aproveitamento de *expertise* na execu3o do projeto.

Possivelmente 4 o 3nico dos tr4s parceiros que tem a atividade voltada, prioritariamente, para o acolhimento de imigrantes.

4.4.2 CIAAT

No 3mbito deste estudo, a entrevista foi realizada com o Sr. Raul, que acompanha pelo CIAAT os brasileiros retornados com o apoio da OIM.

Em rela3o 3 parceria com a OIM, o Sr. Raul indica que um dos maiores problemas 4 a demora entre a chegada do migrante e a libera3o dos recursos prometidos. H3 uma insatisfa3o generalizada que, na maioria dos casos, leva ao fracasso da proposta de reintegra3o. Os imigrantes voltam acreditando que logo ter3o acesso aos recursos e com isso se endividam, comprometendo a viabiliza3o do PIR proposto. Nesse caso, at4 mesmo a possibilidade de uma interven3o do CIAAT fica limitada, pois o comprovante da remessa realizada pela OIM chega 3 ONG ap3s 20 dias da opera3o banc3ria. Sobre a possibilidade de o recurso disponibilizado para cada retor-

nado ser encaminhado ao CIAAT para que ele fizesse a sua administração, o Sr. Raul avalia que isso poderia auxiliar na prestação de contas e, de algum modo, resguardar a aplicação mais produtiva do dinheiro. No entanto, dentro da estrutura atual da ONG isso seria impossível, pois demandaria um tempo extra de trabalho e acompanhamento.

Dentro do atual modelo adotado, só 30% dos empreendimentos conseguem atingir as metas propostas. Além da questão do atraso no recebimento dos recursos, há outros pontos que mereceram destaque, como, por exemplo, o pouco ou quase nenhum contato entre o plano de negócios elaborado pelo beneficiário no exterior e a realidade vivenciada por ele quando do retorno. Não se faz uma previsão correta das necessidades de um microempreendimento, como capital de giro, conhecimento do mercado, tempo de maturação do negócio, entre outras. Contudo, para aqueles que tiveram sucesso, a diferença pode ter acontecido pelo nível de instrução, a situação familiar mais estável e, em algum momento, por terem conseguido realizar parte do projeto migratório, muitas vezes, adquirindo a casa própria. Em outros casos, o sucesso está atrelado à ampliação de um negócio familiar já existente.

Em relação ao acompanhamento do CIAAT, o Sr. Raul indicou que há grande dificuldade em acompanhar todos os retornados, ainda mais que as distâncias são longas e os recursos para esse fim também demoram a chegar. Com isso, o primeiro atendimento acontece, em muitos casos, após um mês ou mais depois da chegada do retornando ao Brasil. Não há no CIAAT possibilidade de um atendimento contínuo e dedicado aos retornados. A ONG desenvolve várias atividades e a parceria com a OIM é somente uma a mais.

Foram citados exemplos de situações exitosas como a do Sr. Fernando, de Coronel Fabriciano, que ao retornar já tinha previsto utilizar o recurso para, em sociedade com a mãe, ampliar um negócio de produção de salgados para festas, e o caso do Sr. Rogério, de Belo Horizonte, que utilizou o recurso para iniciar um pequeno negócio (bar e restaurante) e hoje já ampliou o seu empreendimento.

Um exemplo claro de problemas com as expectativas criadas é o do Sr. Lecemes, de Teófilo Otoni, que, juntamente com a sua esposa, queria montar um salão de estética para manicure com unhas de gel. Apesar do sucesso dessa técnica na Europa, tal proposta não encontra mercado no Brasil, muito menos em uma cidade do porte de Teófilo Otoni. Como segunda proposta, surgiu a ideia de abrir um estabelecimento de lanches no centro da cidade,

mas o custo inicial de aluguel e montagem ultrapassava em muito os recursos disponibilizados pela OIM. A terceira alternativa buscada foi tirar uma carteira de motorista profissional e, em parceria com o pai, conduzir um táxi. Antes que essa última proposta se concretizasse, o Sr. Lecemes teve uma oferta de emprego em Vitória, no Espírito Santo, e mudou de cidade.

Em resumo, apesar do montante do recurso disponibilizado pela OIM ser reduzido, o Sr. Raul avalia que o mais preocupante é o tempo de espera entre a chegada do retornado no Brasil e o efetivo recebimento do dinheiro. O perfil dos retornados, muitos pouco afeitos ao empreendedorismo, também contribui para a pouca efetividade da aplicação dos recursos.

5.4.3 ASBRAD

A entrevista foi realizada com as senhoras Dalila Figueiredo, presidente da Associação, e Elizângela, uma das responsáveis pelo atendimento no estado de São Paulo aos retornados apoiados pela OIM.

Nos contatos realizados, ficou claro que o Programa da OIM é muito bem avaliado pela instituição, que vê nele uma grande oportunidade para a reinserção dos retornados. No entanto, a temática do empreendedorismo não deve ser privilegiada, pois muitos não têm o perfil necessário para tal. São pessoas que já viram desaparecer pelo menos um projeto pessoal, que foi aquele preparado quando da migração, e podem não estar dispostas a sonhar uma vez mais e tentar outra empreitada. Portanto, esse não seria o momento mais propício para se pensar em implementar um microempreendimento. O desejo de retornar é fundamental e aqueles que regressam como última opção não têm visão de empreendedores. Algumas vezes a atuação do parceiro é vista pelo beneficiário como uma cobrança da efetivação do PIR elaborado quando da pré-partida. Soma-se a essa situação que a instituição não tem tradição em lidar com questões ligadas ao empreendedorismo.

A postura da equipe da OIM de Portugal no acompanhamento e atendimento à associação e o acompanhamento do escritório de Buenos Aires são pontos positivos lembrados pelas entrevistadas.

Todavia, a experiência no atendimento aos retornados tem apontado algumas situações que merecem atenção e avanços para a correção de alguns desvios.

O principal ponto levantado é a necessidade de ampliar, em todas as etapas, o olhar humanista desse atendimento. Como lembram as entrevistadas, as pessoas que retornam chegam com a confiança em si mesmas e nas instituições abalada. Observou-se que até mesmo a informação da existência de um acolhimento no Brasil era surpresa para o beneficiário ao primeiro contato, diante de tantos descréditos já vivenciados no projeto migratório que os levou a Portugal. Avançar na alteração dessa situação pressupõe uma troca de informações mais intensa, no sentido do conhecimento, por parte do retornado, daqueles que irão atendê-lo e do próprio acolhimento que deverá ter. Tal situação facilitaria muito o trabalho de acolhimento, pois, tendo conhecimento prévio da situação do retornado, o parceiro no Brasil já pode identificar se haverá necessidade de acionar a rede socioassistencial ou mesmo de colher informações para assessorar o retornado com indicações mais claras. Importante notar que, apesar das semelhanças, cada retornado é um caso único, necessitando de atendimento adequado. Dessa forma, há de se criar mecanismos para acionar a rede socioassistencial local e até mesmo prever a participação do beneficiário nas atividades de disseminação e avaliação do Programa. Segundo uma das entrevistadas, “a migração tem um contexto que você pode compartilhar com outros profissionais, e há de se ter esta flexibilidade”.

Outra questão levantada está na metodologia de acompanhamento que, grosso modo, deveria ser única e acompanhada em etapas definidas. Apesar da metodologia de acompanhamento do Programa ser muito bem aceita e descrita nos manuais da OIM, há necessidade de se atender a algumas especificidades que nem sempre estão ao abrigo do que foi estabelecido. Principalmente no tocante às mulheres vítimas de violência doméstica. Importante notar que, quando solicitado, houve compreensão do escritório de Lisboa para autorizar as adaptações necessárias.

O maior problema colocado pelas entrevistadas está na situação do recebimento dos recursos. O ponto vital é o tempo decorrido entre a chegada do retornado e o recebimento dos recursos prometidos pela OIM. Como colocado pelas entrevistadas, a grande vulnerabilidade – social e pessoal – dos retornados se agrava quando se toma conhecimento de que o recurso esperado tardará a estar disponível. Dívidas contraídas para a manutenção do retornado logo na chegada tomam o lugar da ideia de negócio e ampliam a necessidade de atendimento do parceiro, que passa a ser encarado como extensão da instituição promotora do seu retorno, o que pode levar a uma perda de confiança e até a comprometer o trabalho de acompanhamento.

Esse ponto poderia colaborar para situações de distanciamento entre os parceiros e os retornados. Segundo as entrevistas, vários beneficiários não mantêm o contato após o recebimento do dinheiro, o que torna difícil o acompanhamento. Avalia-se que tal situação acontece porque muitos não têm mais condições de seguir com a proposta inicial, já que os recursos foram comprometidos com outras prioridades, fazendo com que os retornados se sintam intimidados pensando que serão cobrados de alguma forma e obrigados a cumprir com os planos elaborados no momento da partida. O retornado decide o que fazer em função de um tempo, de um dinheiro e de um relatório a ser remetido ao financiador.

Outra dificuldade relatada está relacionada aos múltiplos locais de atendimento. Em algumas cidades há possibilidade de se acionar a rede socioassistencial, mas, em outras, tal situação fica difícil. Agregue-se a isso as distâncias, algumas vezes longas, entre a cidade sede da ASBRAD e as localidades onde residem os beneficiários acompanhados.

5.5 Diálogo com autoridades locais e ONGs que trabalham com a questão migratória

Durante o levantamento de informações, além dos beneficiários, foram também entrevistadas autoridades locais e representantes de ONGs que trabalham com a temática do imigrante, principalmente com os retornados. O objetivo dessas interlocuções era buscar conhecer se, onde havia a presença de beneficiários, também eram desenvolvidas, nas áreas de governo e da sociedade civil, ações voltadas para esse grupo específico e como a sua presença era percebida. Quando se trata de um programa de reintegração, é importante buscar pontencializar ações pontuais e, ao mesmo tempo, contribuir para que essas ações possam ser incorporadas em processos mais amplos de políticas públicas.

Por conta das dificuldades em se encontrar todos os beneficiários e de se identificar os interlocutores nas cidades visitadas, não foi possível fazer um levantamento exaustivo em todas as localidades, mas os depoimentos apresentados nesta sessão permitem traçar algumas linhas de atuação de atores governamentais e da sociedade civil.

No texto a seguir são apresentados alguns pontos importantes ressaltados nas entrevistas que, em maior detalhe, são apresentadas no Anexo VIII. Foram

várias as interlocuções que mostraram ações tanto de organizações da sociedade civil em parceria com o governo local e federal como de entidades voltadas para o apoio ao empreendedorismo e o financiamento de pequenos negócios. Mesmo que nem todos apresentem uma visão convergente sobre o tema, observam-se múltiplos olhares que, grosso modo, podem se constituir em opções para parcerias que atendam aos imigrantes retornados.

O primeiro ponto que chama atenção é que a temática migratória só ganha relevância em regiões onde a saída de brasileiros e a chegada de retornados e estrangeiros têm volumes importantes. Nos locais onde esse fenômeno é percebido como menos importante e tratado como opção pessoal, apesar do volume, não há por parte do governo local ou sociedade preocupação com o tema. Em alguns casos, as autoridades locais desconhecem a existência de migração para o exterior, como se pode depreender dos depoimentos colhidos em Quintana, cidade do interior do estado de São Paulo.

Outra situação aponta que, em regiões onde o tema migração está voltado mais para a exploração sexual e o tráfico de pessoas, distanciando-se da temática da migração laboral, a questão da migração para fins de trabalho é relegada a um segundo plano e não faz parte das políticas de acolhimento aos imigrantes retornados. Tal situação ficou muito clara no estado de Goiás e, apesar do grande envolvimento, tanto do governo estadual quanto de autoridades locais para assuntos relacionados à exploração sexual e ao tráfico de pessoas em Goiânia e Anápolis, não há ações voltadas para o público objeto da pesquisa.

No entanto, em regiões onde a temática migratória laboral toma relevância, foi possível identificar ações do poder público e da sociedade civil voltadas para esse público. Nesse aspecto, vale ressaltar as cidades de Governador Valadares, em Minas Gerais, e São Paulo, no estado do mesmo nome.

Na primeira cidade citada anteriormente, observa-se interesse na temática tanto do lado do executivo quanto do legislativo municipal. A proposta de implantação da Casa do Migrante é um exemplo de ação conjunta entre o governo estadual e local. Projeto esse que já conta com recursos garantidos da ordem de R\$ 250.000,00, e tem por objetivo criar um centro de acolhimento ao imigrante, prioritariamente retornado, onde seriam oferecidos serviços de aconselhamento jurídico, assistência social e encaminhamento às redes de atendimento na área de saúde e de busca de empregos. O projeto, apesar de ser de iniciativa do governo estadual, copia a sistemática adotada pelo Ministério do Trabalho em proposta desenvolvida na cidade de São Paulo, por meio

do Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores – NIATRE em parceria com a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e Assistência Social – BUNKYO.

Na cidade de São Paulo, além dos serviços do NIATRE, os imigrantes, estrangeiros e retornados encontram apoio em instituições religiosas, sendo a mais importante a Casa do Imigrante da Missão Nossa Senhora da Paz, mantida pelos padres scalabrinianos. O objetivo dessa organização é atender a imigrantes, o que inclui o auxílio aos retornados. Além de abrigo temporário, os imigrantes encontram também informações sobre o atendimento na rede pública de serviço social e alguns serviços oferecidos pela ONG.

Quando se trata de situações voltadas para o empreendedorismo, é possível encontrar ações desenvolvidas pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O SEBRAE é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que promove programas de capacitação, estímulo ao associativismo, desenvolvimento territorial, acesso a mercados e está presente na maioria das cidades brasileiras. Os serviços são prestados via acesso por internet (cursos à distância) ou nas agências da entidade. Há cursos de curta duração que são gratuitos, dirigidos ao público em geral, e outros mais especializados, de maior duração, voltados para empreendedores já estabelecidos. O SEBRAE oferece também consultorias individuais direcionadas à ampliação e melhoria na gestão de pequenas empresas.

Em se tratando dos beneficiários do Programa, poucos procuraram os serviços do SEBRAE. Houve três consultas no estado de Minas Gerais, mas como ainda não tinham um negócio em funcionamento e dadas as características das propostas que seriam desenvolvidas, os beneficiários não tinham como usufruir das vantagens oferecidas. O mesmo pode ser dito sobre a possibilidade de inserção destes no Programa Remessas, executado pelo SEBRAE e a Caixa Econômica Federal (vide Anexo VIII).

Esses contatos demonstraram que, apesar da existência de alguns serviços voltados para os imigrantes, como os citados neste estudo, não há uma sistemática de acompanhamento, mesmo nos serviços de assistência social das prefeituras locais no Brasil que, em alguns casos, desconhecem o fenômeno. No entanto, as iniciativas governamentais, que juntamente com a sociedade civil vêm trabalhando no sentido de criar serviços específicos para imigrantes retornados, pode se transformar em importante fator multiplicador dos esforços da OIM e favorecer o conjunto de relações que envolvem parceiros e beneficiários do Programa.

Considerações Finais

COMO JÁ FOI EXPLICITADO NA INTRODUÇÃO, O OBJETIVO PRINCIPAL deste estudo foi o de procurar identificar e analisar os fatores internos (dependentes do Programa) e externos (independentes do Programa) que favoreceram ou foram um obstáculo a uma reintegração efetiva no país de origem, levando ou não a um retorno sustentável.

Nesse sentido, optou-se pela seguinte definição de reintegração efetiva: o alcance do impacto do apoio à reintegração recebido para um retorno menos penoso e definitivo ao seu país de origem. Ou seja, esse apoio possibilitou ao retornado um reingresso mais rápido na sociedade brasileira e no mercado de trabalho? Permitiu uma autonomia financeira para o beneficiário e, eventualmente, para sua família? Influenciou no alcance de uma maior estabilidade emocional no país de origem, promovendo um sentimento de satisfação em estar de regresso a casa?

Conforme descrito anteriormente e seguindo de forma genérica o Termo de Referência proposto para este estudo, as conclusões aqui apontadas decorrem de duas linhas de análise dos resultados, segundo os seguintes tópicos: 1) avaliação da assistência recebida da OIM na fase pré-partida e na fase pós-retorno; 2) fatores internos e/ou externos que contribuíram ou obstaculizaram a reinserção, contemplando o impacto das atividades desenvolvidas na comunidade de origem do beneficiário e apoios e parcerias locais que reforçaram a reintegração.

Observa-se que, de forma geral, os beneficiários se sentem bem com o retorno ao Brasil. As entrevistas demonstraram que o apoio da OIM foi funda-

mental não apenas para facilitar a volta dessas pessoas, mas para prestar informações e orientações essenciais, tanto no que se refere aos trâmites burocráticos da viagem quanto no que diz respeito à abertura do empreendimento. Além disso, receber o apoio da OIM proporciona maior segurança – financeira e emocional – aos retornados que, diante das dificuldades enfrentadas em Portugal, sentiam-se desamparados, solitários e sem perspectivas. Constatou-se que o incentivo financeiro fornecido pela OIM para a abertura do microempreendimento ou investimento em formação profissional é fundamental para que a reintegração seja bem-sucedida – mesmo que muitos tenham dito que o valor deveria ser maior –, já que o emigrante volta, na maioria dos casos, sem condições de recomeçar a sua vida no Brasil, além das dificuldades de adaptação às condições econômicas, sociais e culturais do país. Esse recurso financeiro, mesmo quando insuficiente, serve como um impulso inicial para a abertura do microempreendimento, geralmente utilizado para a compra dos materiais de infraestrutura, como maquinários.

Os entrevistados deixaram o Brasil em busca de melhores condições de vida e tiveram que retornar, em geral porque não mais conseguiam os recursos básicos para a sua sobrevivência. O retorno ao país gera inseguranças, medos, frustrações, constrangimentos e, em alguns casos, vergonha, causada pelo insucesso do projeto. O período considerável de ausência em seu país de origem faz com que os migrantes voltem desatualizados e perdidos por desconhecerem a situação política, econômica e sociocultural do Brasil.

Por esses motivos, o auxílio da OIM corresponde a um primeiro passo para o recomeço dessas pessoas, possibilitando maior segurança ao retornarem, o que ameniza a sensação de desamparo. A aquisição de um novo emprego, que se mostrou uma preocupação central para a maioria dos retornados, é, na maioria dos casos, solucionada quando eles recebem o auxílio financeiro para iniciar alguma atividade.

Apesar da relevância do apoio da OIM, esse serviço mostra-se mais eficiente quando os retornados podem contar com o auxílio de uma ONG local. O papel da ONG é fundamental para orientar e instruir os retornados quanto aos procedimentos burocráticos e financeiros, além de incentivá-los a persistir, a ter paciência e a utilizar os recursos da melhor maneira. Constatou-se, porém, que há uma diferença significativa entre a ONG Resgate, de Goiás, a de Minas Gerais, CIAAT, e a de São Paulo, ASBRAD. A opinião dos beneficiários de Goiás em relação ao pastor Marco Aurélio é unânime. Todos os entrevistados elogiaram os serviços prestados pela ONG, ressaltando a

importância do apoio operacional, burocrático e emocional de Marco Aurélio, que tem prestado informações, orientações e oferecido auxílio na realização de orçamentos, além de acompanhamento constante no andamento dos planos de reintegração, com mensagens de incentivo lembradas pelos retornados. Em Minas Gerais e São Paulo, como ficou explícito no capítulo anterior, percebe-se maior precariedade das ONGs locais nesse atendimento e, apesar dos esforços feitos pelos seus representantes, o fato de as cidades dos beneficiários se encontrarem espacialmente dispersas exige muito dos responsáveis pelas visitas. Soma-se a esse fator o atraso na chegada do recurso enviado pela OIM, o que leva, em alguns casos, à paralisação da implementação do plano de reintegração. Desse modo, muitas vezes a primeira visita ao beneficiário demora a acontecer.

O apoio emocional fornecido pela ONG local por meio do seu representante talvez justifique a valorização da persistência na abertura do microempreendimento expressa nas falas dos entrevistados de Goiás. A importância dessa instituição é ressaltada também pelos retornados que não obtiveram apoio, pois afirmaram que o acompanhamento local facilitaria o processo de reintegração, porque os ajudaria a adquirir estabilidade e maior apoio financeiro, além dos incentivos e orientações necessários durante o processo.

No caso de Minas Gerais, diferentemente, a maioria dos beneficiários mudou o seu plano de negócios ao chegar ao Brasil, sendo que alguns em diálogo com a ONG local, outros não. Fica evidente a falta de conhecimento e o despreparo dos entrevistados nas áreas em que se propuseram a implementar negócios, o que recomendaria investimento em qualificações nas áreas específicas e em empreendedorismo para que os negócios fossem bem-sucedidos.

Ainda assim, observa-se a necessidade de que o serviço da OIM inclua o apoio psicológico aos retornados no intuito de amenizar as dificuldades de adaptação, utilizando a rede socioassistencial⁷ prevista na política de assistência social brasileira. Alguns entrevistados também ressaltaram a importância de se criar facilidades para a obtenção de crédito para microempreendedores, o que talvez pudesse complementar o valor fornecido pelo programa. No entanto, é impor-

⁷ O conceito de rede socioassistencial apresentado nesta pesquisa refere-se ao conjunto de ações articuladas entre as diversas políticas: saúde, educação, assistência social, entre outras, de maneira a atender não só as necessidades básicas do indivíduo, como também promover integralmente seu desenvolvimento, considerando todas as especificidades e singularidades. A política de assistência social brasileira tem o papel de articular o acesso dos cidadãos às demais políticas setoriais.

tante salientar que, na maioria dos casos, o perfil dos beneficiários não atende às exigências das entidades que disponibilizam esses créditos. Tal fato indica a necessidade de gestão junto a essas instituições no sentido de contribuir para a criação de linhas especiais de crédito que pudessem atender ao público apoiado pelo Programa.

O apoio familiar também aparece como um fator de extrema relevância para a efetiva reintegração dos retornados, pois é com os familiares que eles podem contar quando precisam ser assistidos, tanto em situações de crise financeira quanto em relação a pequenos favores, como o cuidado dos filhos durante o período de trabalho dos pais. Esse ponto é de capital importância e mencionado pelos beneficiários já nos primeiros contatos com a OIM em Portugal.

A maioria dos beneficiários afirmou ter tido conhecimento da OIM por meio de amigos e/ou parentes que receberam ou que conheciam alguém que já tinha obtido auxílio da instituição, o que talvez aponte para a necessidade de maior divulgação do programa por parte da mídia ou dos órgãos ligados ao serviço de migração. Verifica-se, ainda, a importância de rever os procedimentos da OIM no que diz respeito às questões burocráticas e, principalmente, em relação ao prazo para o depósito do auxílio financeiro. A demora para receber o dinheiro é uma queixa constante dos entrevistados, apontada por todos – beneficiários e parceiros – como uma das principais dificuldades para a abertura do empreendimento e para o sucesso da reintegração no que diz respeito à sua parte financeira/laboral.

6.1 Avaliação da Assistência

Por meio das entrevistas realizadas e analisadas, não há dúvida da importância do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração quanto ao auxílio ao retorno e à reinserção dos migrantes. Outro aspecto que não deixa dúvidas é a relevância das ONGs parceiras para o acompanhamento dos retornados. Nos depoimentos ficou clara a necessidade desse acompanhamento, até mesmo para que as pessoas tenham, ao retornar, um ponto de referência no país. Como foi explicitado no decorrer deste relatório, mais da metade dos entrevistados afirmou que o apoio à reintegração contribuiu para a sua decisão de retornar, tanto no que se refere ao recurso recebido como em relação às orientações, pois muitos já estavam em Portugal há muitos anos e se sentiam inseguros em relação ao que encontrariam no Brasil. Esse ponto foi mencionado diversas vezes pelos beneficiários já nos

primeiros encontros com representantes da OIM em Portugal como um dos possíveis obstáculos ao sucesso do empreendimento. Uma frase comum foi a de que se sentiriam “perdidos” sem o apoio à reintegração. No que se refere à atuação dos parceiros locais, por outro lado, embora sejam relevantes para o sucesso do processo de reintegração no Brasil, percebe-se, como já foi colocado antes, que há diferenças significativas entre as instituições.

No caso do Projeto Resgate, em Goiás, por conta da pouca distância entre a cidade sede da instituição, Goiânia, e o município de residência das pessoas entrevistadas, o acompanhamento se torna mais fácil, além de ser importante a *expertise* da ONG no trato com os imigrantes retornados, o que permite, nesse caso, que os procedimentos e a abordagem utilizados sejam mais efetivos.

Em Minas Gerais, o CIAAT, no momento, só atua com migrantes devido ao projeto com a OIM. Os esforços da entidade estão voltados para outros projetos que, grosso modo, podem contribuir na inserção laboral dos migrantes. No entanto, este não é o público prioritário da instituição. Além disso, as distâncias entre as cidades também interferem no fornecimento de uma melhor e mais próxima assistência aos beneficiários. A ASBRAD, em São Paulo, fez um excelente trabalho de acolhida no aeroporto de brasileiros impedidos de entrar na Europa ou deportados. O sucesso da iniciativa é evidente, uma vez que foi encampado pelo governo estadual e implantado como política pública no aeroporto de Guarulhos. Contudo, aqui também as distâncias dificultam as ações da instituição no atendimento aos imigrantes retornados e, apesar do acompanhamento muito bem avaliado, ficam claras as dificuldades em se seguir a metodologia adotada pela OIM.

Com base no que foi analisado, pode-se concluir que a reintegração no Brasil no âmbito do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da OIM Lisboa é eficaz, uma vez que o apoio da OIM possibilitou um retorno menos penoso, tendo a maioria conseguido ingressar no mercado de trabalho e experimentado um sentimento de bem-estar por estar de regresso a casa, o que contribuiu, dessa maneira, para um retorno definitivo dos migrantes ao seu país de origem.

Todavia, ficou claro durante a elaboração deste estudo que alguns pontos ainda precisam ser reforçados para tornar essa reintegração ainda mais eficiente, uma vez que muitos ainda alegam, por exemplo, encontrar dificuldades financeiras.

Em suma, quatro aspectos específicos são fundamentais para a melhoria do Programa que serão mais bem explorados no ponto 6.2 a seguir:

- aumento do auxílio financeiro oferecido pela OIM;
- oferta de curso de qualificação profissional para os retornados quando da chegada ao Brasil;
- acompanhamento psicológico via rede socioassistencial que contribua para a readaptação do migrante no Brasil;
- recebimento do subsídio de reintegração num prazo mais curto, que permita uma mais rápida implementação dos planos de reintegração. É necessário rever a maneira como é feito o envio do subsídio de reintegração aos beneficiários.

6.2 Fatores internos e/ou externos que contribuíram ou obstaculizaram a reintegração, contemplando o impacto das atividades desenvolvidas na comunidade de origem do beneficiário e apoios e parcerias locais que reforçaram a reintegração.

Se houve unanimidade em um ponto em todas as entrevistas e interlocução com parceiros, esta se refere às críticas à demora no recebimento dos recursos pelos beneficiários. Os relatos dão conta de que o prazo nunca foi inferior a 90 dias após a chegada do beneficiado ao Brasil. Tal situação foi fatal para as pretensões de alguns na implementação de sua proposta de negócio. Deve-se também considerar, mesmo que seja muito difícil avaliar, que mesmo com os recursos a tempo e a hora, algumas pessoas não teriam condições de levar à frente a sua proposta de empreendimento.

Nesse caso, seria importante observar que alguns, além de não terem perfil de empreendedores, estão há muitos anos afastados do país e não conhecem muito bem a realidade local, o que impede uma boa avaliação sobre qual empreendimento daria melhor resultado. Essas pessoas, geralmente, não têm nível de instrução elevado e nunca tiveram o seu próprio negócio. Portanto, não têm a menor noção de como geri-lo. Soma-se a isso o baixo valor disponibilizado que, mesmo em cidades no interior dos estados, pouco auxilia na implantação de qualquer empreendimento se ele tem de ser iniciado do zero.

Desse modo, se, por um lado, planejar um empreendimento tendo algum recurso financeiro para iniciá-lo pode facilitar a reintegração, pelo menos

teoricamente, por outro, planejar a atividade e não conseguir realizá-la pode causar transtornos que dificultam inclusive o acompanhamento pelas ONGs locais, visto que, nesse caso, a instituição passa a ser vista não mais como apoiadora, mas como uma espécie de fiscal da utilização do recurso. Talvez esse aspecto possa ter contribuído para a pouca receptividade de alguns durante o contato para as entrevistas.

É possível, no Brasil, fazer parcerias com instituições que auxiliam no desenvolvimento de negócios, como o SEBRAE, ou mesmo conseguir financiamento junto à Caixa Econômica Federal, o que muito contribuiria para o sucesso da reintegração. Entretanto, esses apoios só se concretizam a partir de determinado ponto, após o negócio ter avançado e se gerar algum capital.

Quando são analisadas as falas daqueles que retornaram amparados por instituições parceiras e dos que não receberam tal apoio, fica nítida a necessidade desse acompanhamento, até mesmo para permitir à pessoa que se reencontre na terra natal e não sofra de forma ampliada o já elevado estresse do retorno.

Por outro lado, quando há uma estrutura familiar sólida que fornece um apoio ao retornado e uma clara ideia de como utilizar os recursos disponibilizados, o sucesso dos empreendimentos chega com rapidez com concretos impactos na vida do beneficiário e da comunidade.

Em síntese, podemos classificar os fatores que contribuíram ou obstaculizaram a reintegração como internos ou externos ao Programa:

- *Fatores internos:*

- o atraso na chegada do recurso enviado pela OIM pode levar à paralisação ou à não implementação do plano de reintegração;
- a dificuldade de adequação do perfil do beneficiário frente ao plano de reintegração proposto, considerando a situação vivenciada em Portugal, pode ser obstáculo para a realização do plano de reintegração;
- a parceria com ONGs locais é fator que contribui para o sucesso do plano de reintegração, o que potencializa a relevância do apoio da OIM;
- o apoio da OIM é fundamental não apenas para facilitar a volta dos beneficiários, mas para prestar informações e orientações essenciais, tanto no que se refere aos trâmites burocráticos da viagem quanto no

que concerne à abertura do empreendimento, proporcionando maior segurança financeira e emocional aos retornados;

- o recurso financeiro fornecido pela OIM corresponde a um incentivo fundamental para que os retornados recomecem a sua vida no Brasil;
- a flexibilidade para mudar a finalidade dos microempreendimentos propostos para uma alternativa que os beneficiários e os parceiros locais considerem mais viáveis contribui para o sucesso do plano de reintegração;
- o apoio da ONG parceira para acompanhamento local (orientações sobre questões burocráticas e financeiras, bem como os incentivos e conselhos fornecidos pelos funcionários que os acompanham) é fundamental para que a reintegração do retornado se efetive.

- *Fatores externos:*

- dinâmica familiar impactada pelo processo migratório. Famílias melhor estruturadas afetiva e financeiramente contribuem para o sucesso da reintegração;
- parcerias com instituições locais que apoiam ou poderão vir a apoiar imigrantes retornados podem contribuir para o sucesso do plano de reintegração no Brasil.
- dificuldades de adaptação dos beneficiários às condições econômicas, sociais e culturais do país ao retornar;
- o retorno ao país gera inseguranças, medos, frustrações, constrangimentos e, em alguns casos, vergonha causada pelo insucesso do projeto, especialmente quando considerado o período de afastamento;
- a renda retirada dos microempreendimentos muitas vezes não é suficiente para custear as necessidades dos beneficiários, devido ao alto custo de vida no Brasil;
- o custo financeiro para o início de um empreendimento e a divulgação do negócio, dificultada pela intensidade da concorrência no mercado local, pode obstaculizar o sucesso do plano de reintegração;
- não há dúvida de que, por mais modesto que tenha sido o empreendimento, ele impacta na comunidade, quer como demonstração de sucesso que pode contribuir com novos empreendimentos e despertar talentos, quer porque pode gerar emprego pela contratação de mão de obra local;
- a dificuldade das ONGs locais no atendimento aos beneficiários que são espacialmente dispersos são obstáculos ao Programa;

- planejar uma atividade de reintegração e não conseguir realizá-la pode causar transtornos que dificultam o acompanhamento pelas ONGs locais, o que, conseqüentemente, compromete a implementação do Plano de Reintegração;
- a temática migratória só ganha relevância em regiões onde a saída de brasileiros e a chegada de retornados e estrangeiros têm volumes importantes, nesse caso é possível identificar ações do poder público e da sociedade civil voltadas para esse público. Tal situação favorece ações nessas localidades em detrimento das outras, aonde a migração é menos visível;
- em regiões onde o tema migração está voltado mais para a exploração sexual e o tráfico de pessoas, distanciando-se da temática da migração laboral, a questão da migração para fins de trabalho é relegada a um segundo plano e não faz parte das políticas de acolhimento aos imigrantes retornados. Tal situação pode contribuir para dificultar parcerias locais e a implementação do Plano de Reintegração;
- nos casos de sucesso do microempreendimento, há o surgimento de novas parcerias, como em um caso analisado em Goiás, no qual o retornado não só montou a empresa que havia proposto em seu plano de negócios como também incentivou a comunidade local a se associar para a produção de leite, e com isso ofereceu uma via de obtenção de renda para a comunidade. Tal sinergia contribui para a sustentabilidade do Plano de Reintegração.

6.3 Recomendações

Aqui também buscar-se-á seguir o proposto no Termo de Referência considerando os seguintes tópicos: 1) avaliação da assistência oferecida pela OIM e acompanhamento dos parceiros; 2) fatores que contribuíram ou obstaculizaram a reinserção contemplando o impacto das atividades desenvolvidas na comunidade e apoios e parcerias que reforçariam a reinserção social no Brasil.

6.3.1 Avaliação da assistência

- O estudo demonstra a necessidade se repensar a metodologia utilizada pela OIM no tocante à ampliação do trabalho no terreno com as instituições. Se, por um lado, é importante ter uma entidade de referência no âmbito regional (parceiro local), é fundamental buscar parcerias para o

acompanhamento dos retornados visando reduzir as distâncias para o acompanhamento. Devem-se privilegiar parceiros com uma rede ampla de contatos.

- Pode ser sugerida uma ação conjunta das entidades parceiras e de redes de acolhimento de imigrantes que têm grande capilaridade, como a Pastoral da Mobilidade Humana⁸, por meio das diversas redes existentes, que faria a recepção do retornado, deixando ao parceiro da OIM a implementação e o acompanhamento do plano de negócio. Atuando dessa forma, poder-se-ia identificar mais facilmente problemas e resolver situações mais imediatas ligadas à saúde, à documentação, à educação pessoal e dos filhos etc.
- A utilização da rede socioassistencial⁹ é outro fator fundamental para o atendimento ao retornado. Muitos voltam com problemas de saúde e nada conhecem do sistema de saúde no Brasil; o mesmo se aplica ao atendimento da assistência social e aos programas governamentais.
- É indicado construir mecanismos que permitam uma interação entre o retornado, antes da sua partida, e a instituição que irá assisti-lo. Tal situação irá permitir um conhecimento mútuo e até mesmo uma avaliação das necessidades em termos da rede socioassistencial no momento da chegada. Esse procedimento pode ser implantado facilmente via internet (Skype) e acontecer durante uma entrevista no escritório da OIM em Portugal.
- É importante pensar em iniciativas que poderiam ser incentivo à criação de uma rede de beneficiários apoiados promovendo a troca de ideias e fazendo sugestões para aqueles que estão planejando o retorno.
- Pelo fato de os retornados terem estado muitas vezes por bastante tempo fora do Brasil, possivelmente não conhecem os programas de distribuição de renda do Estado e do governo federal. Desse modo, seria fundamental que a instituição parceira local pudesse contribuir para que eles conhecessem esses programas.

⁸ Em dezembro de 2003, na reunião do Conselho Episcopal Pastoral (CONSEP), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) instituiu o Setor Pastoral da Mobilidade Humana (PMH), com a finalidade de promover a articulação nacional sob o eixo e horizonte da Mobilidade Humana, estimulando e favorecendo a caminhada de cada Pastoral em sua especificidade e criando um espaço de partilha dos caminhos percorridos e dos desafios colocados à ação da Igreja junto ao complexo campo da mobilidade humana.

⁹ Retomamos aqui o conceito de rede socioassistencial apresentado nesta pesquisa: conjunto de ações articuladas entre as diversas políticas – saúde, educação, assistência social, entre outras –, de maneira a atender não só a necessidades básicas do indivíduo, como também promover integralmente seu desenvolvimento, considerando todas as especificidades e singularidades. A política de assistência social brasileira tem o papel de articular o acesso dos cidadãos às demais políticas setoriais.

6.3.2 Fatores internos e/ou externos que contribuíram ou obstaculizaram a reintegração, contemplando o impacto das atividades desenvolvidas na comunidade e apoios e parcerias que reforçariam a reinserção social no Brasil.

- Um ponto fundamental e que coloca em risco o sucesso do Programa é o atraso do recebimento dos recursos por conta de questões relacionadas ao sistema de transferência internacional de recursos. A demora entre a chegada e a disponibilidade do recurso para a concretização do plano de negócio é fator que pode definir o sucesso ou o fracasso da proposta de retorno sustentável. Deve-se pensar em agilizar os procedimentos e propor alternativas, como enviar os recursos para os parceiros que os repassam aos beneficiários, procedimento esse utilizado por várias instituições que apoiam o retorno voluntário. Outra proposta seria a criação de um cartão de retirada de recursos em caixas automáticos que seria entregue ao beneficiário no momento da partida.
- Devem-se buscar alternativas para a reintegração que poderiam fortalecer outras opções além do plano de negócios. Nem todas as pessoas têm perfil empreendedor, e esperar de quem passou por situações extremas a implementação de um negócio pode, em lugar de ajudar, criar ainda mais problemas. Como lembrou um dos interlocutores, o empreendedorismo não é uma opção para quem não tem opção. O empreendedorismo é uma boa opção, mas não deve ser o foco primordial. Mais valeria considerar a reinserção laboral com a busca por uma posição no mercado de trabalho, que pode acontecer até com a utilização da página do Ministério do Trabalho ou de agências locais de recolocação de mão de obra ligadas às prefeituras
- São poucos os municípios onde o tema da migração internacional tem importância política e é percebido pela sociedade local. Mesmo naqueles onde a partida do Brasil já faz parte do imaginário coletivo, perdura a cultura de ver o retornado como aquele que conseguiu recursos no exterior. Poucas pessoas têm a exata dimensão do problema. Ainda assim, algumas iniciativas existem, como a Casa do Migrante, experiência em São Paulo e possivelmente em Governador Valadares, e devem ser apoiadas pelo governo brasileiro e também consideradas em parcerias futuras pela OIM, principalmente para o acolhimento dos migrantes retornados.
- Deve-se buscar divulgar de forma ativa os resultados do Programa via redes sociais e criar mecanismos de comunicação entre os migrantes retornados que foram apoiados, para trocas de experiência e indicações

sobre como vencer dificuldades. Os candidatos a receber o benefício poderiam ser estimulados a fazer contato com essas pessoas e trocar impressões sobre a proposta de seu plano de trabalho. Tal procedimento ampliaria a visibilidade do Programa e poderia auxiliar na busca de soluções para eventuais problemas.

- Seria fundamental promover encontros com a sociedade civil nos municípios onde a migração internacional tem especial importância e inserir nos debates as autoridades locais, construindo durante os eventos processos de parcerias e compromissos de apoio aos retornados. Uma alternativa seria propor que as reuniões periódicas com parceiros e a OIM acontecessem em cidades estratégicas para o Programa e contassem com a participação de beneficiários e autoridades locais.
- Certamente a iniciativa da OIM em buscar parcerias na área governamental brasileira junto a órgãos que têm atividades voltadas para os retornados contribuiria para um retorno mais bem-sucedido ao país.



Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: [S.N.], 2002.

DEDECCA, Claudio, et al. **Estudo Consolidado para o Estado de São Paulo: Regiões Metropolitanas e Pólos Regionais**. UNICAMP, mar. 2009. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/simesp/Site/Estudos/RMPR.pdf>. Acesso em 23 mai. 2013.



Anexos



ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



OIM Organização Internacional para as Migrações

PROGRAMA DE APOIO AO RETORNO VOLUNTÁRIO E À REINTEGRAÇÃO DA OIM LISBOA – (ARVoRe) III

Estudo sobre Fatores Positivos e Obstáculos à uma Reintegração Sustentável no Brasil

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Senhor(a),

Passaremos a usar o tratamento “você” para buscar uma comunicação mais fácil, sem distinção de gênero. Espero que isto não lhe desagrade.

Você está sendo convidado(a) a participar de um estudo sobre fatores positivos e obstáculos para um retorno e uma reintegração sustentável. Este estudo tem como objetivos analisar sua reintegração efetiva de volta ao Brasil¹⁰, contextualizar a situação do retorno e o “meio ambiente” econômico e social da comunidade na qual está inserido, avaliar a situação dos projetos de reintegração apoiados pela OIM (sucessos, lacunas e sugestões de aperfeiçoamento) e traçar o perfil dos retornados apoiados igualmente pela ONG local e dos que não receberam apoio local.

Para o sucesso deste estudo a sua especial colaboração em participar efetivamente da entrevista é indispensável. As discussões poderão, com o seu consentimento, ser gravadas, para melhor examinarmos as percepções dos participantes.

¹⁰ Por reintegração efetiva entende-se, no âmbito deste estudo, o alcance do impacto do apoio à reintegração recebido para um retorno menos penoso e definitivo ao seu país de origem. Ou seja, procurar-se-á analisar se esse apoio possibilitou um reingresso mais rápido na sociedade brasileira e no mercado de trabalho; uma autonomia financeira para o beneficiário e, eventualmente, para sua família; e, ainda, se permitiu alcançar uma maior estabilidade emocional no seu país de origem. Ademais, será igualmente verificada a satisfação em estar de regresso a casa e se o apoio à reintegração recebido influenciou nesse bem-estar.

Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como o retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não será identificado quando o material ou seu registro for utilizado, seja para propósito de publicação científica ou educativa. A sua privacidade será assegurada e as gravações realizadas serão somente para utilização do estudo. Após a utilização poderão ser destruídas.

Sua participação é voluntária e muito importante. Contamos com sua colaboração. Entretanto, você poderá se recusar a qualquer momento, não havendo nenhum dano pessoal, caso sua decisão seja a de não participar.

O pesquisador responsável (Professor Duval Magalhaes Fernandes) poderá esclarecer quaisquer dúvidas sobre o estudo, bastando contato por e-mail (duval@pucminas.br) ou telefone: (031) 3413 6782.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma) _____

Assinatura do participante ou representante legal e Data

Obrigado pela sua colaboração e por merecer sua confiança.

Nome (em letra de forma) e Assinatura do pesquisador e Data

ANEXO II – ROTEIRO: ENTREVISTA ABERTA DE RETORNADOS PELO PROGRAMA DE APOIO AO RETORNO VOLUNTÁRIO E À REINTEGRAÇÃO

**Projecto Financiado pelo
Fundo Europeu de Regresso**

Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração – (ARVoRe) III

Estudo sobre Fatores Positivos e Obstáculos a uma Reintegração Sustentável no Brasil

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ABERTA DE RETORNADOS PELO PROGRAMA

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Sexo:

Estado civil:

Escolaridade/Grau de Instrução:

Nacionalidade:

Nossa ideia é fazer a pergunta de forma bem aberta (o que está em negrito) e ter em mente as questões pontuadas. Caso elas não apareçam na resposta, o pesquisador pergunta.

2. SITUAÇÃO ANTERIOR À MIGRAÇÃO

Por que você decidiu migrar?

- Quando você migrou?
- Estado civil/Filhos?
- Trabalhava? Em quê?
- Morava com quem?
- Moradia própria/alugada/cedida?
- Conhecia alguém que já tinha migrado para Portugal? Quem?
- O que você esperava encontrar em Portugal?

3. SITUAÇÃO EM PORTUGAL

O que você encontrou em Portugal?

- Trabalho, moradia, amigos etc.
- Quanto tempo ficou em Portugal?

4. DECISÃO DE RETORNAR

Por que você decidiu voltar para o Brasil?

- Como conheceu o PRV da OIM?
- Conhecia alguém (amigo, familiar) que tinha voltado?
- O que você esperava encontrar no Brasil?

5. SITUAÇÃO NO BRASIL DESDE O RETORNO

Quando chegou ao Brasil?

O retorno ao país atendeu suas expectativas? Por quê?

Você está trabalhando? Com quê?

- Se o entrevistado não comentar, perguntar se ele/a está trabalhando com o que propôs no plano de negócios. E se não, perguntar o porquê.
- Para os que receberam a verba para abrir o empreendimento:

Você abriu o empreendimento proposto no plano de negócios?

Se a resposta for sim: O negócio está funcionando?

Se a resposta for sim: Você está satisfeito com o empreendimento? Por quê?

No caso de não ter aberto: Por que o empreendimento não foi aberto?

Você encontrou dificuldades? Quais?

No caso de ter sido aberto, mas não ter dado certo: Por que o empreendimento foi fechado? Faltou alguma coisa para o negócio ser bem-sucedido?

No caso de ter mudado de plano de negócio: Por que mudou sua ideia?

Teve dificuldades em abrir seu empreendimento? Se sim, que tipo de dificuldades? Por favor, explique.

Houve progresso na implementação do projeto em relação aos resultados inicialmente previstos? Qual(is)?

Vive apenas da renda do seu negócio, ou seja, retira 100% do seu rendimento do seu negócio?

A abertura do seu empreendimento teve algum impacto no desenvolvimento da sua comunidade local (ex.: Empregou alguém? Serviu para melhorar sua rua/seu bairro?)

Que tipo de apoio adicional acha que seria necessário obter para facilitar a abertura do empreendimento?

Que tipo de conselho daria para quem está pensando em abrir um pequeno negócio?

Tem alguma renda (que não seja do trabalho)?

Recebe algum benefício do governo? Qual(is)?

(Queremos saber se ele/a está inserido em algum Programa de Distribuição de Renda do Governo Federal)

Você está morando com quem?

- Situação de moradia: própria (financiada/quitada), alugada, cedida.

Como está sua vida no Brasil desde que retornou?

- Alguma dificuldade financeira?
- Problemas de saúde?
- Problemas de moradia?
- Relacionamento com amigos, vizinhos, parentes;
- Como você acha que os amigos/família vêem sua volta?
- Você se sente bem, emocionalmente, por estar de volta?

6. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À REINTEGRAÇÃO

Como soube do apoio à reintegração da OIM?

Que tipo de auxílio você recebeu da OIM?

Recebeu alguma orientação por parte da OIM antes da volta? Se sim, considera que essa orientação foi importante e ajudou no momento da sua instalação no Brasil? Se não, o que faltou?

Considera que o apoio financeiro recebido foi suficiente? Sim/Não. Por quê?

Teve alguma dificuldade no recebimento do auxílio financeiro? Qual(is)?

Sem o auxílio à reintegração você teria voltado ao Brasil?

Como você utilizou o auxílio (a ideia é saber se o auxílio foi utilizado para montar um negócio, fazer um curso etc.)?

Houve algum problema com a OIM ou a ONG local? Qual(is)?

O auxílio (financeiro e/ou orientação) ajudou na sua reintegração? Como?

Que tipo de apoio recebeu da ONG local? Considera que esse apoio foi suficiente (incluindo o tempo de acompanhamento no local)? Sim/Não. Por quê?

De que maneira o apoio da ONG local foi importante para a implementação da sua ideia de reintegração?

Considera que o apoio à reintegração facilitou seu reingresso no Brasil? Sim/Não. Por quê?

Há algo no Programa que precisa ser melhorado? O quê?

Quais eram suas expectativas quando retornou? Foram atendidas? Por quê?

Sente-se integrado(a) na sociedade brasileira novamente? Sim/Não. Por quê?

Você acha que falta alguma coisa para o seu retorno ao país ser mais bem-sucedido? O quê?

Quais são suas expectativas daqui para a frente?

Você tem vontade de ir para o exterior de novo? Para onde? Por quê?

PARA QUEM NÃO RECEBEU APOIO DE ONG LOCAL:

Sentiu muita dificuldade em implementar seu negócio? Sim/Não. Por quê?

Recebeu apoio de alguém/alguma instituição? Se sim, foi relevante? Por quê?

Se não, acredita que receber apoio local seria importante/facilitaria na implementação do plano de negócio?

Sentiu muita dificuldade para se readaptar? Acredita que receber acompanhamento local facilita o processo de reintegração? Sim/Não. Por quê?

ANEXO III – ROTEIRO : ENTREVISTA COM INSTITUIÇÕES

**Projecto Financiado pelo
Fundo Europeu de Regresso**

Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração – (ARVoRe) III

Estudo sobre Fatores Positivos e Obstáculos a uma Reintegração Sustentável no Brasil

ROTEIRO: ENTREVISTA COM INSTITUIÇÕES

7. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade/Grau de Instrução:

Cargo na Instituição:

Data da Entrevista:

8. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome:

Endereço: _____ N.º: _____

Bairro: _____ CEP: _____

CIDADE: _____ Tel: _____

E-mail: _____

Quais são as características gerais da instituição?

- Objetivo
- Quando foi criada
- Tipo de atividade
- Número de funcionários
- Perfil dos funcionários

A entidade tem representante junto ao Conselho Municipal da Assistência Social?

9. SOBRE OS RETORNADOS

Na opinião de vocês, por que os emigrantes retornam para o Brasil?

Quando eles voltam têm problemas no Brasil?

- Quais os principais problemas?
- Há problema com (re)adaptação?
- Como os amigos/familiares os recebem?
- Como os retornados acham que os familiares/amigos os recebem?

10. RELAÇÃO DOS RETORNADOS COM A INSTITUIÇÃO

Como eles ficam sabendo de vocês?

- No exterior, via OIM?

Quando eles voltam para a cidade já procuram a Instituição?

Que tipo de auxílio/serviço a Instituição oferece os retornados? Como é feito o atendimento?

Em sua opinião, o que eles esperam da Instituição?

Qual a relação dos retornados com a Instituição?

- Cobrança
- Avaliam bem
- Avaliam mal
- Dão sugestões

A Instituição realiza algum acompanhamento após a reintegração do emigrante?

Em sua opinião, o que eles esperam da OIM?

A Instituição tem passado por alguma dificuldade? Há algo que precisa ser melhorado?

11. AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DA OIM

O que você acha do Programa da OIM?

O que você acha da relação entre esta Instituição e a OIM?

Você faria alguma sugestão ao Programa? Qual(is)?

Como você vê a atuação do Governo Federal/Estadual e Municipal junto aos retornados?

- Há alguma atuação?
- Há alguma política específica para esse público?

ANEXO IV– Quadro de entrevistados e situação da entrevista

ESTADO	NOME	SITUAÇÃO DE ENTREVISTA	OBSERVAÇÃO
SÃO PAULO	Agenilda Miranda de Souza	Não realizada	Mudou de endereço
SÃO PAULO	Ana Cláudia Ferreira Aguiar	Não realizada	Telefone trocado
SÃO PAULO	Ana Maria Afonso Durães	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Antônio Oliveira das Graças	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Carlos Tadeu Fortes Manoel	Não realizada	Sem contato
SÃO PAULO	Cibeli Ivone de Araújo Silvestre	Não realizada	Mudou de cidade
SÃO PAULO	Damares Azarias da Silva	Não realizada	Telefone trocado
SÃO PAULO	Deivid Keny Feitosa	Não realizada	Mudou de cidade
SÃO PAULO	Edson Barbosa da Silva	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Erika Janaina Ribeiro Nascimento	Não realizada	Mudou de endereço
SÃO PAULO	Fabio Ramon de Resende	Não realizada	Não quis nos receber
SÃO PAULO	Gilda Pereira	Não realizada	Telefone trocado
SÃO PAULO	Ida Wanderly Teodoro	Não realizada	Mudou de endereço
SÃO PAULO	João Ricardo Marques Bonfim	Não realizada	Sem contato
SÃO PAULO	José Aparecido Nunes Pinto	Não realizada	Sem contato
SÃO PAULO	Junior Guimarães Rosa	Não realizada	Telefone desligado
SÃO PAULO	Laudemir Bezerra de Oliveira	Não realizada	Mudou de endereço
SÃO PAULO	Leyliene Coutinho Gimenez	Não realizada	Telefone trocado
SÃO PAULO	Luciel Ferreira da Cruz	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Maria Célia Valeriano Cruz Silva	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Marta Cecília Monteiro de Mello	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Magaly Ferraz da Silva	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Micheli Koloski	Não realizada	Telefone desligado
SÃO PAULO	Nildo Santos	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Rita Cristina Vasone	Entrevista realizada	

ESTADO	NOME	SITUAÇÃO DE ENTREVISTA	OBSERVAÇÃO
SÃO PAULO	Roseane Alves Coelho	Não realizada	Sem contato
SÃO PAULO	Tatiane de Carvalho	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	Vander Rodrigo dos Santos	Entrevista realizada	
SÃO PAULO	William Basaglia	Não realizada.	Não quis nos receber.
MINAS GERAIS	Amanda Luiza Cabral	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Analice Luiz da Silva de Jesus	Não realizada	Não localizada no endereço
MINAS GERAIS	Ângela Cristina dos Reis	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Carla Maria Ramos	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Cristina Alves de Sousa Cravo	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Edim Nascimento da Silva	Não realizada	Não quis nos receber
MINAS GERAIS	Edima Maria de Souza Fernandes	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Eliane Cristina Diniz Vieira	Não realizada	Telefone desligado
MINAS GERAIS	Eliane Maria Rodrigues	Não realizada	Sem contato
MINAS GERAIS	Eliane Sousa Santos	Não realizada	Telefone desligado
MINAS GERAIS	Érica Priscylla Nascimento de Almeida	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Evaristo Lopes da Silva	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Ezequiel Coelho Oliveira	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Fernando Pereira Silva	Não realizada	Sem contato
MINAS GERAIS	Geraldino Luiz Almeida	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Hanilton Eustáquio Aranha Junior	Não realizada	Não localizado no endereço
MINAS GERAIS	Henrique Marcos Rodrigues	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Jaconias Constantino	Não realizada	Falecimento
MINAS GERAIS	Juliana Pacheco Xavier	Não realizada	Telefone desligado
MINAS GERAIS	Karla Maria Laurindo Fabiano	Entrevista realizada	

ESTADO	NOME	SITUAÇÃO DE ENTREVISTA	OBSERVAÇÃO
MINAS GERAIS	Katia Cristina Silva Decaux	Não realizada	Telefone trocado
MINAS GERAIS	Katia Florentino da Silva	Não realizada	Endereço incorreto
MINAS GERAIS	Lauriene Figueiredo	Não realizada	Telefone trocado
MINAS GERAIS	Lecemes da Silva Morais	Não realizada	Não localizado no endereço
MINAS GERAIS	Lincoln Inácio Prado Junior	Não realizada	Não localizado no endereço
MINAS GERAIS	Marcia Aparecida do Prado	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Marizete Barbosa Gomes	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Marlindo Pereira da Silva	Não realizada	Telefone desligado
MINAS GERAIS	Milton Dias Filho	Não realizada	Não quis nos receber
MINAS GERAIS	Pedro Ferreira Leite	Não realizada	
MINAS GERAIS	Rogério Germano Rodrigues	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Rosangela Oliveira Dias Donato	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Sidney Mendes Reis	Não realizada	Telefone trocado
MINAS GERAIS	Silvana Oliveira Dias	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Suely Rodrigues de Souza	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Valeria Rodrigues	Não realizada	Sem contato
MINAS GERAIS	Valmira Sebastiana de Souza	Entrevista realizada	
MINAS GERAIS	Vanderley Fernandes Avelar	Não realizada	Sem contato
MINAS GERAIS	Viviane Nunes Leite	Não realizada	Sem contato
GOIÁS	Alex Guimarães Martins	Não realizada	Não localizado no endereço
GOIÁS	Ana Machado de Oliveira	Entrevista realizada	
GOIÁS	Bruna Gomes Viana	Não realizada	Mudou de endereço
GOIÁS	Carolyne Borges Amorim	Entrevista realizada	
GOIÁS	Célio Rosa dos Santos	Entrevista realizada	
GOIÁS	Cleidiana Maria de Sousa Tributino	Não realizada	Mudou de endereço

ESTADO	NOME	SITUAÇÃO DE ENTREVISTA	OBSERVAÇÃO
GOIÁS	Conceição Pires Xavier	Entrevista realizada	
GOIÁS	Elmi Alves Martins	Entrevista realizada	
GOIÁS	Erica Rosa de Aguiar Silva e Fabrício Leandro Dias da Silva	Não realizada	Não quis nos receber
GOIÁS	Gedeon Honorato Chagas	Entrevista realizada	
GOIÁS	Gilson Antonio Amaral	Não realizada	Mudou de endereço
GOIÁS	Hellen Teixeira Mamedes	Entrevista realizada	
GOIÁS	Ivanildes Silva Ribeiro	Entrevista realizada	
GOIÁS	João Batista Pedrosa	Entrevista realizada	
GOIÁS	Karyne Souza Abreu de Faria	Não realizada	Não localizado no endereço
GOIÁS	Leandro Silva Caetano	Entrevista realizada	
GOIÁS	Luis Antônio Borges Junior	Não realizada	Não localizado no endereço
GOIÁS	Marcos Medeiros Belasque	Não realizada	Não localizado no endereço
GOIÁS	Maria Abadia Moreira	Não realizada	Não localizado no endereço
GOIÁS	Maria Aparecida Daniel da Silva	Não realizada	Não localizado no endereço
GOIÁS	Maria José Gomes Camilo	Não realizada	Não localizado no endereço
GOIÁS	Paulo Henrique de Souza Lisboa	Entrevista realizada	
GOIÁS	Paulo Oliveira da Silva Duarte	Entrevista realizada	
GOIÁS	Simone Gonçalves Peixoto	Entrevista realizada	
GOIÁS	Vanilda Alves Martins Lima	Entrevista realizada	
GOIÁS	Werikldari Gomes da Costa	Entrevista realizada	

ANEXO V – INDICADORES: MUNICÍPIO DE GOIÁS

	IDHM – GO		PIB per capita – GO				Densidade Demográfica – GO (hab/Km ²)
	1991	2000	2000	2005	2009	2010	2010
Goiás	0,7	0,776	R\$ 5.246,41	R\$ 8.991,95		R\$ 16.251,70	17,95
Goiânia	0.677	0.764	R\$ 7.259,12	R\$ 11.257,97	R\$ 16.682,51	R\$ 18.777,09	1776,75
Aparecida de Goiânia	0.677	0.764	R\$ 3.163,02	R\$ 5.121,98	R\$ 9.008,70	R\$ 11.297,44	1580,27
Anápolis	0.664	0.759	R\$ 6.078,26	R\$ 9.008,87	R\$ 24.139,35	R\$ 30.025,66	358,58
São Luís de Montes Belos	0.669	0.752	R\$ 5.216,25	R\$ 8.327,04	R\$ 12.433,83	R\$ 12.630,76	36,36
Pontalina	0.682	0.805	R\$ 4.231,41	R\$ 6.402,40	R\$ 10.355,38	R\$ 10.798,01	11,91
Jussara	0.664	0.74	R\$ 3.920,81	R\$ 7.381,78	R\$ 9.846,52	R\$ 3.547,83	4,69

	% da população urbana – GO				Taxa de analfabetismo		
	1980	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Goiás	67,29	80,77	87,88	90,29	17,5	11,2	7,6
Goiânia	98,07	99,05	99,34	99,62	8	4,7	3,1
Aparecida de Goiânia	48,56	98,36	99,75	99,9	14,5	8,4	5
Anápolis	90,60	94,80	97,25	98,25	12,7	8,6	5,3
São Luís de Montes Belos	65,65	76,75	84,41	88,52	19,3	11,8	9,5
Pontalina	60,60	73,57	80,83	81,17	20,5	12,5	13,7
Jussara	56,67	68,71	78	79,4	19,3	16,1	12,6

	Proporção de pessoas com baixa renda ¹¹			Taxa de desemprego		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Goiás	69,02	46,84	26,46	3,84	12,1	5,95
Goiânia	47,81	26,32	15,2	4,24	11,28	5,05
Aparecida de Goiânia	72,12	46,46	23,84	3,13	12,23	5,64
Anápolis	64,06	41,43	23,51	4,33	12,59	6,42
São Luís de Montes Belos	71,87	50,97	22,92	2,44	12,35	5,2
Pontalina	75,94	44,84	31,05	1,78	7,89	5,07
Jussara	73,26	55,76	27,51	2,76	10,69	5,18

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013 – FONTE: DATASUS, 2013

¹¹ São consideradas pessoas com baixa renda aquelas com renda menor que meio salário mínimo.

ANEXO VI – INDICADORES: MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS

	IDHM – MG		PIB per capita – MG				Densidade Demográfica – MG(hab/Km ²)
	1991	2000	2000	2005	2009	2010	2010
Minas Gerais	0,697	0,773	R\$ 5.623,45	R\$ 10.013,75		R\$ 17.931,89	33,41
Belo Horizonte	0,791	0,839	R\$ 7.008,21	R\$ 12.188,24	R\$ 18.182,74	R\$ 21.748,25	7167,02
Esmeraldas	0,653	0,748	R\$ 2.207,84	R\$ 3.191,52	R\$ 4.901,81	R\$ 5.698,37	66,13
Ibirité	0,668	0,729	R\$ 2.134,71	R\$ 3.938,56	R\$ 6.800,85	R\$ 7.953,34	2190,26
Santa Luzia	0,686	0,754	R\$ 3.176,67	R\$ 5.516,92	R\$ 7.711,35	R\$ 10.331,48	862,38
Ipatinga	0,735	0,806	R\$ 9.772,27	R\$ 19.218,79	R\$ 23.145,75	R\$ 30.904,60	1452,34
Timóteo	0,768	0,831	R\$ 12.160,88	R\$ 23.119,14	R\$ 21.212,11	R\$ 26.405,21	562,7
São João do Oriente	0,593	0,679	R\$ 2.150,70	R\$ 4.042,58	R\$ 5.791,57	R\$ 6.806,52	65,55
Caratinga	0,659	0,754	R\$ 3.315,46	R\$ 5.899,72	R\$ 8.007,02	R\$ 10.541,52	67,72
Governador Valadares	0,717	0,772	R\$ 4.349,39	R\$ 7.855,11	R\$ 10.809,16	R\$ 12.687,47	112,58
Tumiritinga	0,613	0,683	R\$ 2.063,53	R\$ 3.534,86	R\$ 5.528,32	R\$ 6.155,90	12,58
Divino das Laranjeiras	0,611	0,703	R\$ 2.306,33	R\$ 4.029,40	R\$ 5.763,01	R\$ 6.626,35	14,43
Teófilo Otoni	0,651	0,742	R\$ 3.144,82	R\$ 5.789,70	R\$ 8.848,41	R\$ 9.510,79	41,56
Padre Paraíso	0,56	0,656	R\$ 1.426,51	R\$ 2.552,59	R\$ 3.779,05	R\$ 4.317,83	34,63

	% da população urbana – MG				Taxa de analfabetismo			
	1980	1991		2000	2010	1991	2000	2010
Minas Gerais	67,28	74,86	82	85,29		17,4	11,3	8,1
Belo Horizonte	99,68	99,66	100	100		6,7	4,3	2,8
Esmeraldas	32,88	28,99	81,08	93,27		16,4	10,3	8,2
Ibirité	68,63	98,40	99,47	99,77		15	8,7	6
Santa Luzia	86,58	94,46	99,62	99,72		10,8	6,9	4,6
Ipatinga	99,22	99,31	99,25	98,96		10,6	6,8	4,7
Timóteo	92,34	94,34	99,76	99,85		9,5	6,5	4

	% da população urbana – MG				Taxa de analfabetismo		
	1980	1991		2000	2010	1991	2000
São João do Oriente	54,77	60,26	76,58	80,33	32	20,9	17,5
Caratinga	50,26	60,87	80,14	82,68	23,6	13	9,8
Governador Valadares	90,65	93,31	95,54	96,06	15,3	9,5	7,2
Tumiritinga	56,21	63,19	66,46	68,7	32,3	24,1	17,9
Divino das Laranjeiras	37,13	47,68	58,45	83,21	30,1	23,7	18,1
Teófilo Otoni	68,28	72,40	79,44	81,69	26,6	17,3	12,6
Padre Paraíso	51,91	58,42	61,16	61,12	40,3	28,6	21,3

	Proporção de pessoas com baixa renda			Taxa de desemprego		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Minas Gerais	72,53	48,5	30,29	3,62	13,4	6,53
Belo Horizonte	46,18	27,52	16,13	4,57	16,39	6,21
Esmeraldas	83,4	65,47	37,64	1,92	18,51	7,59
Ibirité	82,5	56,41	31,5	3,8	22,29	7,66
Santa Luzia	76,18	48,76	28,78	5,72	21,95	7,16
Ipatinga	64,37	38,24	21,29	4,49	18,13	9,18
Timóteo	61,11	36,56	21,4	4,08	18,43	11,91
São João do Oriente	85,25	67,77	46,26	1,72	8,68	5,61
Caratinga	85,46	55,14	36,07	3,34	8,38	6,81
Governador Valadares	68,22	45,59	32,22	3,88	16,06	9,72
Tumiritinga	92,48	73,16	52,87	1,39	10,17	8,86
Divino das Laranjeiras	90,06	68,71	48,58	3,61	11,24	7,63
Teófilo Otoni	79,83	59,34	42,53	3,9	16,15	9,29
Padre Paraíso	92,96	82,46	70,41	2,42	16,69	10,14

FORNTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013 – FORNTE: DATASUS, 2013

ANEXO VII – INDICADORES: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

	IDHM - SP		PIB per capita - SP				Densidade Demográfica - SP(hab/Km ²)
	1991	2000	2000	2005	2009	2010	2010
São Paulo	0,778	0,820	R\$ 11.453,78	R\$ 17.975,61		R\$ 30.243,17	166,25
São Paulo	0.805	0.841	R\$ 15.361,48	R\$ 23.925,35	R\$ 35.271,94	R\$ 39.450,87	7387,69
Campinas	0.811	0.852	R\$ 12.930,16	R\$ 21.653,17	R\$ 29.731,98	R\$ 33.939,56	1358,63
Indaiatuba	0.765	0.829	R\$ 10.682,33	R\$ 18.991,73	R\$ 28.055,38	R\$ 28.905,86	647,54
Santo André	0.808	0.835	R\$ 11.459,60	R\$ 16.834,54	R\$ 21.843,98	R\$ 25.609,30	3866,35
Itanhaém	0.730	0.779	R\$ 4.780,67	R\$ 6.380,32	R\$ 9.436,08	R\$ 10.769,19	145,20
Araçatuba	0.787	0.848	R\$ 7.454,86	R\$ 10.490,79	R\$ 16.472,10	R\$ 19.281,36	155,54
Birigui	0.753	0.829	R\$ 6.013,99	R\$ 9.426,19	R\$ 12.705,79	R\$ 15.008,53	204,79
Buritama	0.734	0.79	R\$ 8.035,43	R\$ 11.147,49	R\$ 14.751,59	R\$ 16.721,47	47,19
Taubaté	0.797	0.837	R\$ 12.759,58	R\$ 17.450,48	R\$ 30.445,86	R\$ 35.083,20	445,98
Ubatuba	0.752	0.795	R\$ 5.428,86	R\$ 7.315,90	R\$ 10.403,78	R\$ 11.671,58	110,87
Presidente Prudente	0.794	0.846	R\$ 8.768,83	R\$ 12.402,27	R\$ 17.433,77	R\$ 20.489,14	368,89
Marília	0.774	0.821	R\$ 7.312,85	R\$ 10.073,79	R\$ 15.197,17	R\$ 18.076,94	185,21
Quintana	0.695	0.741	R\$ 3.631,77	R\$ 6.874,57	R\$ 10.995,14	R\$ 12.144,61	18,79
Botucatu	0.783	0.822	R\$ 7.318,21	R\$ 14.463,90	R\$ 17.776,46	R\$ 22.458,85	85,88

	% da população urbana - SP				Taxa de analfabetismo		
	1980	1991	2000	2010	1991	2000	2010
São Paulo	88,65	92,79	93,41	95,94	9,7	6,1	4,2
São Paulo	98,16	97,58	94,05	99,10	7,1	4,5	3,1
Campinas	88,99	97,33	98,33	98,28	7,3	4,5	3,2
Indaiatuba	86,23	90,99	98,43	98,99	9,5	5,9	3,1
Santo André	100,00	100,00	100,00	100,00	6,3	4,1	2,9
Itanhaém	95,34	97,28	98,82	99,06	13,5	8,1	5,5
Araçatuba	89,98	94,58	97,16	98,07	9,1	6,2	3,7
Birigui	89,06	93,93	96,52	97,02	11,7	6,7	4,5
Buritama	81,33	88,88	91,20	94,21	17,6	11,8	8,5
Taubaté	95,38	95,57	94,14	97,84	6,5	4,4	2,8
Ubatuba	90,91	97,75	97,51	97,60	12,2	8,3	5,8
Presidente Prudente	94,72	96,82	97,91	97,96	9,9	5,9	3,7
Marília	88,08	93,40	96,14	95,51	10,3	6,5	4,0
Quintana	67,52	83,73	90,30	91,51	20,2	12,7	9,3
Botucatu	90,34	93,49	96,02	96,35	8,2	5,7	4,0

	Proporção de pessoas com baixa renda			Taxa de desemprego		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
São Paulo	40,88	28,00	19,36	5,01	16,58	7,28
São Paulo	28,70	22,81	20,03	6,06	17,38	7,20
Campinas	26,92	20,02	15,82	4,29	15,44	6,26
Indaiatuba	37,03	21,53	9,45	4,81	14,45	5,86
Santo André	25,83	18,97	14,17	6,36	18,76	7,94
Itanhaém	54,88	40,48	28,44	2,93	20,71	10,15
Araçatuba	45,93	25,29	15,54	2,25	14,70	5,85
Birigui	44,19	20,60	11,11	1,21	6,89	3,52
Buritama	68,96	38,84	17,89	1,34	11,98	6,86
Taubaté	46,20	25,56	15,83	7,85	17,32	7,57
Ubatuba	54,58	38,34	28,21	4,08	17,54	7,27
Presidente Prudente	46,67	24,02	13,84	2,97	14,50	6,76
Marília	45,83	25,24	15,81	2,84	13,53	7,41
Quintana	73,98	50,68	27,18	1,64	14,04	8,27
Botucatu	39,75	26,61	17,20	3,27	14,32	6,89

OBS.: SÃO CONSIDERADAS PESSOAS DE BAIXA RENDA AQUELAS COM RENDA MENSAL MENOR QUE MEIO SALÁRIO MÍNIMO.

ANEXO VIII – RELATO DO DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES E ONGS

SEBRAE Regional Rio Doce – Governador Valadares /MG

No âmbito das ações voltadas para o público-alvo deste estudo, o SEBRAE participa, como parceiro da Caixa Econômica Federal, do Projeto Remessas. De início planejado para atender brasileiros retornados dos Estados Unidos, mais precisamente da região de Boston, o programa foi estendido a retornados de outros países. A participação do SEBRAE está mais voltada para o componente da capacitação de empreendedores por meio de palestras e cursos. Os recursos para essas atividades são fornecidos pela Caixa.

Na visão do entrevistado, o maior problema dos imigrantes retornados é a pouca familiaridade com a gestão de negócios. Muitos tomam contato com tecnologias avançadas durante a sua estada no exterior e, ao regressar, querem investir em negócios semelhantes àqueles que conheceram por lá. Apesar do conhecimento técnico, falta a familiaridade com os procedimentos de gestão empresarial e é nesse aspecto que o SEBRAE procura dar o seu apoio.

Esse tipo de projeto é desenvolvido em parcerias com prefeituras, cooperativas de crédito e outras entidades. No entanto, a experiência tem demonstrado que atuar em cooperação com os órgãos públicos, principalmente a prefeitura, não leva a resultados desejados. Atividades desenvolvidas com entidades de classe¹², quando apoiadas pelas comunidades, é que melhor resultado têm dado.

Outro importante detalhe da atuação do SEBRAE é que, salvo em casos específicos de consultoria, o programa atua mais diretamente com empreendedores já estabelecidos ou em processo de criação de um negócio, com o capital garantido.

¹² Entende-se por entidade de classe uma sociedade de empresas ou pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos seus associados. Toda entidade de classe tem em comum a gratuidade do exercício de cargos eletivos. São alguns exemplos de entidades de classe as confederações, as federações, as associações, os sindicatos, as cooperativas e as entidades profissionais, entre outras. (<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/296162/entidade-de-classe>).

Para um público como o apoiado pelo Programa da OIM, seria necessário criar um processo de capacitação voltado para as necessidades específicas dos retornados que não têm, em sua maioria, experiência de gestão ou mesmo nível de instrução elevado. No entanto, o número mínimo de alunos para cada turma é de 30, o que torna inviável tal iniciativa, considerando o número de retornados que foram apoiados pela OIM.

Um ponto importante que foi destacado é que há grande demanda por informações junto ao SEBRAE por parte de imigrantes que, ainda no exterior, já começam a preparar o retorno. A divulgação da parceria com o Itamaraty aumentou a demanda por informações. Outro aspecto indicado é que, segundo o entrevistado, os retornados têm dificuldade em “abandonar” o passado e, após algum tempo, possivelmente frente às dificuldades encontradas no retorno, pensam em voltar ao exterior. Os mais bem-sucedidos na implementação do projeto de retorno costumam colocar alguém na administração dos negócios no Brasil e partem para períodos de vivência no antigo país de destino que podem durar anos.

ASPAEMIG

O vereador Paulo Costa é, na atualidade, o presidente da Associação de Parentes e Amigos dos Emigrantes do Brasil-ASPAEMIG, de Governador Valadares, que trabalha com migrantes brasileiros residentes nos Estados Unidos. Apesar do foco da associação estar voltado para um grupo específico, também atende migrantes brasileiros residentes na Europa.

A criação da Associação aconteceu num momento em que o volume de brasileiros vivendo no exterior era recorde e tinha como objetivo contribuir com a proteção dos direitos dos emigrantes e facilitar contatos. A entidade tem um caráter muito mais político do que assistencial e, hoje, busca se adaptar à nova realidade do aumento do retorno.

O Sr. Paulo lembra ainda que o projeto Casa do Migrante, parceria da Prefeitura com o governo estadual, terá seu início em 2013. O centro de acolhida contará com psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais que poderão orientar e encaminhar os imigrantes retornados para o atendimento de suas demandas.

Tal projeto, como já explicado, fruto de longo processo de negociação entre município e estado, tem recursos da ordem de R\$ 250.000,00 para o seu primeiro ano de funcionamento.

Caixa Econômica Federal – Governador Valadares/MG

O contato com o Sr. Cornélio teve por objetivo conhecer o Programa Remessa coordenado pela Caixa Econômica Federal. Essa proposta surgiu após avaliação da Caixa sobre a situação das remessas de imigrantes brasileiros residentes nos Estados Unidos. Por volta de 2005, a instituição percebeu que havia um nicho de negócio no mercado de remessas de imigrantes brasileiros no exterior. Após avaliar, tanto no país como fora dele, as oportunidades, decidiu que a proposta deveria estar focada nos emigrantes residentes na região de Boston e em suas famílias, residentes na microrregião de Governador Valadares.

A proposta tem por objetivo maior tratar da educação financeira dos emigrantes e de suas famílias para melhor administrar o futuro, promovendo, por meio de palestras e cursos, a capacitação tanto daqueles que enviam o dinheiro como dos que o recebem no Brasil, para a melhor aplicação do capital acumulado pelo migrante.

O Sr. Cornélio avalia que, num primeiro momento, o programa teve melhor aceitação no exterior que no Brasil; tal fato levou a uma mudança de estratégia na divulgação da proposta, optando-se por uma ação massificada de sensibilização na região de Governador Valadares. Esse processo gerou forte efeito positivo na demanda pelos produtos oferecidos pela Caixa.

A dinâmica do projeto prevê uma fase de sensibilização, que seria a educação financeira, e a capacitação em empreendedorismo, que está sob a responsabilidade do SEBRAE. A avaliação da Caixa é muito positiva, pois a instituição teve oportunidade de oferecer seus produtos, financiamento de moradia, empréstimos e outros itens.

Apesar do público-alvo do Projeto Remessas não ser aquele que recebe apoio da OIM, o Sr. Cornélio indicou que se poderiam adaptar alguns elementos do projeto ao público do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, principalmente no tocante à educação financeira e aos elementos introdutórios da gestão de negócios. O apoio financeiro, via empréstimo para microempresários, só poderia acontecer após três meses de existência do negócio, por conta das regras da Caixa, mas poderia ser um caminho, caso os negócios iniciados pelos retornados prosperassem por pelo menos 90 dias.

Em resumo, poderia haver interesse da Caixa em auxiliar no projeto, mas seria necessário contar com um público interessado e atuar na área do empreendedorismo.

Prefeitura e Banco do Brasil – Padre Paraíso/MG

Na cidade de Padre Paraíso, foram realizadas duas entrevistas: uma com a chefe de Gabinete do Prefeito (Prefeitura) e outra com o gerente da agência local do Banco do Brasil.

No caso da Prefeitura, há o reconhecimento da onda migratória para Portugal e Estados Unidos da América, com maior ênfase para esse segundo destino. Segundo a chefe de Gabinete, os resultados dessa migração são visíveis na cidade, onde houve grande crescimento do setor da construção civil nos momentos que antecederam a crise. Essa nova situação, a crise europeia, também deixou suas marcas na cidade, com obras inacabadas e o retorno de várias famílias, o que pode ser observado com a chegada de crianças, filhos de imigrantes, às escolas estaduais. No entanto, o município não tomou nenhuma medida para atender a essa população que, segundo a interlocutora, em caso de necessidade, pode buscar a rede assistencial. Ressaltou que a abertura de um *campus* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM, na proximidade da cidade, em muito vai contribuir para reduzir a migração, tanto interna como internacional, pois os jovens terão a chance de seguir os estudos na região.

O contato com o Banco do Brasil mostrou que, apesar de a migração ser importante, não há uma grande quantia de recursos para a cidade; as remessas acontecem em número reduzido, três a quatro vezes por semana, e com valores entre USD 150 a USD 250. Nunca aconteceu de a agência receber remessas acima de USD 3.000,00, que necessitasse de autorização da central do banco em Belo Horizonte. Na sua avaliação, a crise trouxe uma nova perspectiva com o retorno e, em alguns casos, a necessidade de remessas reversas (envios de dinheiro para os imigrantes no exterior). No caso do retorno, acredita que a chegada de moradores com novas habilidades poderia auxiliar no desenvolvimento do município. Citou o fato de uma funcionária recém-contratada que havia trabalhado em uma rede de *fastfood*, em nada semelhante a uma atividade bancária, em que o cumprimento de metas e a satisfação da clientela era ponto fundamental para a manutenção do emprego. Esses requisitos são de grande importância para um banco no contato com o público, o que fez essa candidata ser mais bem avaliada do que outras que se apresentaram para a vaga. Segundo ele, há muitas oportunidades para os retornados, basta que se gerem ações que permitam identificá-las, pois o conhecimento adquirido em qualquer área é um capital humano que pode ser explorado

Centro de Referência da Assistência Social – Quintana/São Paulo

Na cidade de Quintana, a interlocução foi com a Sra. Sandra Maria de Almeida, que informou ser a cidade um ponto muito forte de migração interna por conta da atividade rural sazonal de corte de cana para as usinas locais. No entanto, acredita que a migração internacional não é muito importante na localidade. A população de pouco mais de 6.000 habitantes é composta em sua maioria por pessoas idosas e jovens que, ao atingirem a idade adulta, buscam oportunidades em cidades vizinhas. A região é bem servida na área de saúde e educação e, mesmo não tendo instituições de ensino superior na cidade, a Prefeitura apoia a ida de estudantes para as faculdades nas cidades vizinhas, que não distam mais do que 50 km. Sob o aspecto da assistência social e saúde, a cobertura é de 100% da população, inclusive atendendo a população de imigrantes temporários que ficam na cidade por seis meses e trazem as suas famílias.

Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior – NIATRE/São Paulo

Os interlocutores nesta entrevista foram os representantes da ONG Niatre.

O Niatre, criado em 2011, está vinculado ao Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural (ISEC) da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e da Assistência Social (Bunkyo), e foi criado através de um convênio com o Ministério do Trabalho para atender a emigrantes retornados, principalmente do Japão. Conforme informado por um dos entrevistados, “[...] *este convênio prevê não só a recepção de retornados do Japão, mas de todos os países, de brasileiros que foram para o exterior trabalhar e que retornam, e a gente sabe que é um período difícil de adaptação*”.

A instituição, por trabalhar com pessoas retornadas do Japão, tem parceria com o SEBRAE para auxiliar na elaboração de planos de negócio e orientar aqueles que querem fazer algum tipo de empreendedorismo. Na maioria dos casos, esses emigrantes voltam com algum capital e têm oportunidade de escolher entre os nichos de negócio oferecidos. Como a Bunkyo tem nos quadros sociais vários empresários e contatos no Japão, há sinergia nos empreendimentos com propostas maiores de produção para a exportação. O Núcleo faz parcerias com as secretarias municipal e estadual para a realização de cursos de capacitação para os retornados, mas como tem poucos recursos, essas atividades estão sempre dependendo de convênios especí-

ficos. Os recursos do Ministério do Trabalho são utilizados para a manutenção de pessoal técnico (três funcionários) e gastos com a estrutura.

A experiência do Niatre mostra que a solução do empreendedorismo é boa, mas foi ressaltado que essa não é uma opção para quem não tem opção. Ou seja, não se deve esperar que pessoas em situação de vulnerabilidade busquem o empreendedorismo como solução, isso só pode piorar a situação se não há vontade e ideias claras sobre o que se pretende fazer.

O trabalho do Niatre é divulgado pela Casa do Imigrante Brasileiro no Japão, em Hamamatsu, e também pelos postos consulares. No entanto, a comunicação interpessoal se mostra como a mais importante.

Em termos de atendimento, o convênio com o Ministério do Trabalho prevê tratar somente de questões laborais, mas a experiência tem mostrado que é necessário incluir outros atendimentos que são feitos via encaminhamento à rede de contatos da Associação, como o projeto CAIRU, de reinserção das crianças filhas de retornados no ambiente escolar brasileiro, ou parcerias como a com o Instituto Sol Nascente, que dá atendimento na área de saúde, assistencial, social e jurídica. Outra forma de apoio é a reinserção laboral nas empresas de empresários ligados à Associação Bunkyo, que buscam aproveitar a mão de obra que retorna do Japão.

Casa do Imigrante/São Paulo

O interlocutor na Casa do Imigrante foi o Padre Paolo Parisi, diretor do Centro de Estudos Migratórios da Missão Nossa Senhora da Paz.

O Serviço de Acolhida do Imigrante dos Scalabrinianos foi aberto em 1978, sendo que aproximadamente 50 mil imigrantes foram acolhidos pela entidade. Em 2012, foram atendidos 4.600 imigrantes. Na avaliação do Padre Paolo, a história da Casa que está implantada há vários anos, mesmo antes da abertura do Serviço, pode ser contada remontando ao final do século XIX, quando da fundação da Ordem Scalabriniana, que tinha por objetivo acompanhar os imigrantes italianos nos países de destino. Como o Brasil foi um dos principais portos para essa migração, os scalabrinianos chegaram ainda no século XIX ao país. *“Então aqui mesmo, na chegada desse bairro, foi devido à imigração italiana. A migração italiana montou uma casa de acolhimento, tinha um barracão antes, até temos fotos de arquivo e tudo. Em seguida, um trio de arquiteto, um escultor e um pintor italiano montaram essa estrutura, que era no fundo*

uma tentativa de acompanhar os migrantes italianos de uma maneira integral, com a parte religiosa, a igreja, a creche, a escola, teatro, cinema, tinha toda uma estrutura, quadra, isso era o ideal". "Com a evolução no passar dos anos, aqui, começaram a ser acolhidos também coreanos, vietnamitas, pessoas que fugiam da ditadura do Chile, da Argentina, de outros lugares, eles vinham pra cá. Depois começaram nos anos 1980 os latino-americanos. Depois para chegar, por exemplo, no ano passado passaram quase 1.400 vietnamitas por aqui, e podemos dizer que este ano o grande fenômeno são os africanos".

Na atualidade, o atendimento aos imigrantes é feito pelo Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes – CPMM, que atua em cinco eixos, a saber: trabalho, jurídico/regularização, saúde, comunidade/família e educação. O trabalho conta com diversas parcerias que incluem órgãos públicos e também a academia, na qual estagiários vindos de diversos cursos prestam apoio aos imigrantes dentro de suas especificidades. Deve ser considerado também que, por pertencer o Centro a uma ordem religiosa muito envolvida com a Pastoral da Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, a capilaridade da instituição cobre praticamente todo o território nacional e tem na acolhida do imigrante a sua mais forte atividade.

Em relação a ações voltadas para a reinserção laboral, o Centro faz somente os encaminhamentos e auxilia na colocação das pessoas em postos de trabalho. No caso dos imigrantes haitianos, alguns empresários procuraram a casa com propostas de trabalho, e assim vários haitianos conseguiram se colocar no mercado laboral.

Diretoria de Políticas Públicas para a Mulher – Anápolis/Goiás

Na cidade de Anápolis, o contato foi com a Sra. Cíntia Maria Ferreira Maia, psicóloga da Diretoria de Políticas Públicas para a Mulher. Como já salientado, em Goiás prevalece a visão da migração relacionada à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, assim, mesmo os órgãos públicos não estão preparados para atuar no auxílio aos migrantes retornados que não se encaixam nesse perfil.

Foi possível notar que, mesmo muito bem estruturado em nível estadual, o Programa de Enfrentamento ao Tráfico ainda tem dificuldades em funcionar em nível municipal. A Sra. Cíntia informou sobre alguns problemas entre as entidades municipais e estaduais na condução de ações no combate ao tráfico.

Secretaria Municipal da Mulher – Goiânia/Goiás

Na cidade de Goiânia, o contato foi feito com a Sra. Neide Maria, diretora de Projetos e Ações Temáticas da Secretaria Municipal da Mulher, que havia assumido o cargo há pouco na nova administração da cidade. O trabalho da Secretaria está voltado para a mulher em situação de vulnerabilidade, como violência doméstica, e para ações de capacitação para atuação no mercado de trabalho local.

Apesar de mencionar que a questão da migração faz parte das preocupações do prefeito Paulo Garcia, não foi possível encontrar a mais leve menção a esse tema no seu programa de governo ou propostas de ações da Prefeitura da cidade. Em resumo, não há no âmbito da autoridade municipal explícita preocupação com a questão migratória.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES
MISSÃO EM LISBOA

Rua José Estevão, 137, 8º
1150-201 LISBOA
www.iom.int



Projeto Financiado pelo
Fundo Europeu de Regresso

